



**Universidade Federal do Piauí
Campus Ministro Reis Velloso
Programa de Pós-Graduação em Psicologia - PPGPsi**

Thalita Pachêco Cornélio

**Suicídio e produção de subjetividade na contemporaneidade:
Uma cartografia de discursos em redes sociais**

Parnaíba

2019

Thalita Pachêco Cornélio

**Suicídio e produção de subjetividade na contemporaneidade:
Uma cartografia de discursos em redes sociais**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Piauí, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Orientadora:

Prof.^a Dr.^a Lana Veras de Carvalho

Parnaíba

2019

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Setorial Prof. Cândido Athayde – Campus Parnaíba
Serviço de Processamento Técnico

C814s Cornélio, Thalita Pachêco

Suicídio e produção da subjetividade na contemporaneidade: uma cartografia de discursos em redes sociais [manuscrito] / Thalita Pachêco Cornélio. – 2019.

171 f. : il. color.

Impresso por computador (printout).

Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Piauí, 2019.

Orientação: Prof^a. Dr^a. Lana Veras de Carvalho.

1. Cartografia. 2. Discursos. 3. Suicídio. 4. Produção de Subjetividade. 5. Contemporaneidade. I. Título.

CDD: 150

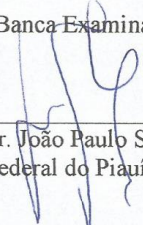
Thalita Pachêco Cornélio

**Suicídio e produção de subjetividade na contemporaneidade:
Uma cartografia de discursos em redes sociais**

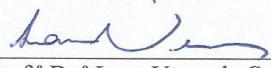
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Piauí, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Aprovada em: 11/03/14

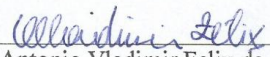
Banca Examinadora:




Prof. Dr. João Paulo Sales Macedo
Universidade Federal do Piauí – UFPI (Presidente)



Prof.ª Dr.ª Lana Veras de Carvalho
Universidade Federal do Piauí - UFPI (Orientadora)



Prof. Dr. Antonio Vladimir Felix da Silva
Universidade Federal do Piauí - UFPI (Avaliador Interno)



Prof. Dr. Marcos Ribeiro Mesquita
Universidade Federal de Alagoas - UFAL (Avaliador Externo)

Aos adolescentes e jovens do município de São Benedito (CE), que ao dividirem comigo suas ideias sobre a morte, me levaram a refletir sobre a vida.

Agradecimentos

“A glória da amizade não é a mão estendida, nem o sorriso carinhoso, nem mesmo a delícia da companhia. É a inspiração espiritual que vem quando você descobre que alguém acredita e confia em você” (Ralph Waldo Emerson)

A Deus, por me abençoar e guiar meus passos. Que assim possa continuar sendo.

A meus pais Rose May e Antonio de Padua, pelo apoio incondicional. Meus maiores incentivadores e porto seguro.

A meus irmãos, Thays e Eduardo, pelo incentivo e suporte, mesmo nas diferenças.

À Regina, uma segunda mãe, pelo cuidado e companheirismo hoje e desde sempre.

A minha família, avós, tio(a)s, primo(a)s, por ser exemplo, união e carinho.

A todos meus amigos que me ajudaram a chegar até aqui, com sua escuta confortante, seu incentivo e confiança frequentes.

Ao Matheus e Marise, por me ajudarem a compreender os (des)caminhos de uma cartografia.

À Kellem e Marinalva, amigas que o mestrado me presenteou, pela parceria e apoio mútuo.

À Secretaria de Saúde do Município de São Benedito (CE), que compreendeu a importância dos estudos para que um melhor trabalho possa ser ofertado, me possibilitando estar aqui hoje.

Ao Programa de Pós-graduação de Psicologia da Universidade Federal do Piauí, pela possibilidade de aprendizagem.

À professora Dr.^a Lana Veras, minha orientadora querida, por quem tenho gratidão e um enorme carinho. Agradeço por sua acolhida cuidadosa, pela ética, pelo respeito e pela confiança

depositada. Obrigada por sempre acreditar em mim e na minha capacidade, me incentivando a ir mais longe.

Ao professor Dr. Antonio Vladimir, pelo apoio e cuidado permanentes, além de contribuições essenciais para que este trabalho se concretizasse.

Ao professor Dr. Marcos Ribeiro Mesquita, por ter participado da banca de qualificação e ter aceito participar da defesa da dissertação, enriquecendo ainda mais nossa troca.

Ao professor Dr. João Paulo Macedo, pelas contribuições a esta pesquisa e durante o Mestrado.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de estudos concedida.

Aos meus alunos, com seu olhar confiante, sua disposição para ir além e as inúmeras possibilidades que representam de uma Psicologia mais crítica e um futuro melhor.

A todos aqueles com quem convivi durante o mestrado, colegas de turma, professores e funcionários da universidade, pelos encontros que sempre ensinam e nos (re)construem.

*E tropeçou no céu como se fosse um bêbado
E flutuou no ar como se fosse um pássaro
E se acabou no chão feito um pacote flácido
Agonizou no meio do passeio público
Morreu na contramão, atrapalhando o tráfego*

(Construção – Chico Buarque)

Lista de Figuras

Figura 1: Crítica ao uso da internet	32
Figura 2: Trecho de publicação analisada, demonstrando o número de comentários, reações e compartilhamentos e a aba “mais relevantes” selecionada	45
Figura 3: Mensagem que surge ao final da publicação após todos os comentários “mais relevantes” serem mostrados	49
Figura 4: Questionamento na página inicial do Facebook	77
Figura 5: Comentários em apoio à não divulgar notícias sobre suicídio	80
Figura 6: Comentário de sujeito que se identifica como profissional da mídia	81
Figura 7: Comentário sobre o suposto Efeito Werther	82
Figura 8: Comentário defendendo que se noticie casos de suicídio	84
Figura 9: Comentário que dá nome a este analisador	85
Figura 10: Comentário de usuário - Imagem retirada do Facebook	87
Figura 11: Publicação-dispositivo com 1,3 mil comentários, 1,9 mil compartilhamentos, e 29 mil reações	88
Figura 12: Usuário emite opinião sobre o suicídio de celebridades	89
Figura 13: Usuários expressam curiosidade em relação ao suicídio de uma celebridade	90
Figura 14: Usuário especula a divulgação de notícias de suicídio	91
Figura 15: Comentário considerando o suicídio “seleção natural”	92
Figura 16: Comentário associando suicídio à ideia de escolha	93
Figura 17: Comentário denominando suicídio como “darwinismo”	94
Figura 18: Comentário associando suicídio à fraqueza	96
Figura 19: Comentários irônicos	97
Figura 20: Comentário associando suicídio a covardia	97
Figura 21: Comentário de usuário	99
Figura 22: Comentário associando o suicídio a adultos “mimados”	100
Figura 23: Comentário culpabilizando os “pais ausentes”	101
Figura 24: Comentário associando suicídio à depressão, seguido de respostas de outros usuários	102
Figura 25: Comentário associando transtorno borderline e suicídio	103
Figura 26: Comentário com relato pessoal	104
Figura 27: Comentário contendo relato pessoal e foto	105
Figura 28: Comentários associando suicídio e transtornos mentais	106
Figura 29: Comentários associando suicídio e transtornos mentais	107
Figura 30: Comentário com viés religioso	111
Figura 31: Crítica a comentário com viés religioso	112
Figura 32: Comentário retratando a perspectiva do suicídio como um direito	113
Figura 33: Comentários do mesmo usuário da Figura 32	114
Figura 34: Comentários considerando o suicídio como um direito do sujeito em exercer seu livre-arbítrio	115
Figura 35: Comentário e resposta em concordância	116
Figura 36: Comentário em defesa do suicídio como um direito	116
Figura 37: Comentário que dá nome a este analisador	121
Figura 38: Relato pessoal sobre a pressão no mundo educacional	122
Figura 39: Comentários sobre cobranças sociais	123

Figura 40: Comentários I e II sobre cobranças sociais	124
Figura 41: Comentário III sobre cobranças sociais	125
Figura 42: Comentário relacionando a internet às cobranças atuais	126
Figura 43: Comentário sobre as redes sociais	128
Figura 44: Comentário sobre pressões sociais	128
Figura 45: Comentários revelando a pressão social velada em falas que alegam respeito	129
Figura 46: Comentário que dá nome a este analisador	131
Figura 47: Comentário sobre preconceito em relação a transtornos mentais	132
Figura 48: Comentário com relato pessoal	133
Figura 49: Comentário responsabilizando o sujeito discriminado	134
Figura 50: Comentário com relato pessoal	135
Figura 51: Comentário em resposta ao da Figura 50	136
Figura 52: Comentário de usuário	137
Figura 53: Comentário de usuário	138
Figura 54: Rede de suporte em formação	143
Figura 55: Elogios a comentário	144
Figura 56: Comentário que demonstra a possível formação de novos vínculos	145
Figura 57: Comentário postado no dispositivo-publicação sobre a morte do DJ Avicii	146
Figura 58: Comentário que possibilitou o início da formação de uma rede de trabalho	148
Figura 59: Comentários sobre a ideia retratada na figura 58	150
Figura 60: Relato de tentativa frustrada de contato de pessoas próximas ao agressor	151
Figura 61: Críticas, comentários irônicos e ameaça	151
Figura 62: Comentário da usuária (figura 58)	152
Figura 63: Comentário com poesia sobre suicídio publicada por usuário do Facebook	154
Figura 64: Comentário em resposta a um usuário que afirma que não existiam suicídios em outras décadas	157
Figura 65: Oferta de auxílio do Facebook	158

Lista de Abreviações

ABP - Associação Brasileira de Psiquiatria

CVV – Centro de Valorização da Vida

IASP - Associação Internacional para Prevenção do Suicídio

LGBTTQI+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Queers e pessoas Intersexuais

MS – Ministério da Saúde

NASF - Núcleo de Apoio à Saúde da Família

OMS – Organização Mundial de Saúde

SIM - Sistema de Informação sobre Mortalidade

SINAN - Sistema de Informação de Agravos de Notificação

Resumo

Pachêco, T. (2019). Suicídio e produção de subjetividade na contemporaneidade: Uma cartografia de discursos em redes sociais (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Piauí, Parnaíba, Piauí, Brasil.

Segundo a Organização Mundial de Saúde em 2012 ocorreram cerca de 804.000 suicídios no mundo, um a cada 45 segundos (OMS, 2014). No Brasil, foram notificados 55.649 suicídios de 2011 a 2015 (Brasil, 2017). Isto deixa claro a relevância da temática e os discursos sobre a mesma têm se ampliado, sendo preciso compreendê-los. Busca-se aqui esclarecer quais linhas de força atravessam os discursos sobre suicídio em uma rede social mediada pela tecnologia. O objetivo é cartografar os discursos sobre suicídio de usuários de redes sociais mediadas pela tecnologia, intenção que se desdobrou em: apreender as percepções dos usuários de páginas virtuais sobre a temática; caracterizar afetações acerca do suicídio nos discursos em páginas virtuais; e analisar os discursos acerca do tema em sua relação com os processos de produção de subjetividade contemporâneos. Foi traçada uma Cartografia (Deleuze & Guattari, 1995) dos discursos sobre suicídio no Facebook em comentários de publicações abertas ao público. Seguindo as pistas do método cartográfico (Passos, Kastrup & Escócia, 2015), realizamos uma busca ativa com a palavra “suicídio”. Dispensamos páginas religiosas, publicações anteriores a 2016, e postagens com menos de cem comentários. Os comentários “mais relevantes” foram selecionadas pela própria ferramenta. Reunimos 364 arquivos, que contribuíram para a construção de sete analisadores: Eixo 1 - discute o suicídio como um desafio ao tabu da morte; a morte autoprovocada sendo percebida como doença, fraqueza e covardia; e a defesa da mesma como um direito; Eixo 2 - possibilita pensar o suicídio como um resultado de pressões sociais; e como uma reação ao preconceito; Eixo das Resistências – observa a formação no território de grupos de apoio e trabalho. Percebemos os discursos sobre suicídio compondo um rizoma

complexo, bem como a importância da realização de mais pesquisas nesse território e sua apropriação para se pensar em prevenir o suicídio.

Palavras-chave: Cartografia; Discursos; Suicídio; Produção de Subjetividade; Contemporaneidade.

Abstract

According to the World Health Organization, in 2012 there were around 804,000 suicides in the world, one per 45 seconds (WHO, 2014). In Brazil, 55,649 suicides were reported from 2011 to 2015 (Brazil, 2017). This makes clear the relevance of the subject and the discourses about it are expanding it, been necessary to understand them. This paper seeks to clarify which lines of force cross the discourses about suicide in a social network mediated by technology. It aims to map the suicide discourses of users of social networks mediated by technology. This was unfolded in: apprehending the perceptions of the users of virtual pages on the subject; characterize affections about suicide in discourses in virtual pages; and to analyze these discourses in their relation with the processes of contemporary subjectivity production. We draw a Cartography (Deleuze & Guattari, 1995) of suicide discourses on Facebook with comments of opened publications. Following the clues of the cartographic method (Passos, Kastrup & Escócia, 2015), we conducted an active search with the word "suicide". We have waived religious pages, pre-2016 publications, and posts with less than one hundred comments. The tool itself selected the "most relevant" comments. We collected 364 files, which contributed to the construction of seven analyzers. Axis 1 - discusses suicide as a challenge to the taboo of death; self-deceived death being perceived as a disease, weakness and cowardice; and the defense of it as a right. Axis 2 – it thinks suicide as a result of social pressures, and as a reaction to prejudice. Axis of Resistance - observes the generation of support and work groups in the territory. We perceive the discourses on suicide by composing a complex rhizome, as well as the importance of conducting more research in this territory and its appropriation to think about suicide prevention.

Key words: Cartography; Discourses; Suicide; Subjectivity Production; Contemporaneity.

Sumário

Lista de Figuras	viii
Lista de Abreviações	x
Resumo	xi
Abstract	xiii
1. Introdução	15
2. Digitando caminhos: O fazer cartográfico em pesquisa	26
2.1 A pesquisa cartográfica no território mediado pela internet.....	29
2.2 Escolhas e passos dados no caminho de pesquisa	39
3. “Alerta de textão”: suicídio – conceitos, dados e fatores envolvidos	56
3.1 Epidemiologia do suicídio	62
3.2 Fatores de risco e proteção do suicídio	68
4. “No que você está pensando”, pesquisadora? Discorrendo sobre os dados de pesquisa	76
4.1 Eixo 1: Como o território compreende o suicídio.....	78
4.1.1 “O silêncio cria oportunidades”: o suicídio como um desafio ao tabu da morte	79
4.1.2 “Seleção natural”: O suicídio como doença, fraqueza e covardia.....	92
4.1.3 “Todo mundo tem o direito de tirar a própria vida”: o suicídio como uma reivindicação de cidadania	113
4.2 Eixo 2: Causas para o suicídio apontadas nos discursos estudados.....	120
4.2.1 “Nem todo mundo pode ser o melhor”: o suicídio como resultado de pressões sociais.....	120
4.2.2 “Não há suicídio... na verdade a sociedade comete homicídio”: o suicídio como uma reação ao preconceito	130
5. (In)Discretas Esperanças	140
5.1 “Se precisar conversar...”: Lamentos, ajuda e redes de suporte se formando.....	142
5.2 “Sair desse comportamento demagógico e buscar fazer algo útil”: A formação de redes de trabalho.....	147
6. “Posto, logo existo”	153
7. Referências	162

1. Introdução

Tem dias que acordar é uma mentira. Como tudo mais pode ser verdade? Tem dias *quase todos* que o perfume do instante próximo já se nos causa uma pequena morte. Vê? Todo dia a gente morre um bocado. É impossível seguir sem a lógica das pequenas mortes diárias. (Furtado, 2016, p.32)

No dia 17 de agosto de 2017 o escritor parnaibano Ithalo Furtado organizou um projeto aberto ao público. Na temática do dia, o suicídio. A proposta era que todos sentassem em uma roda de conversa e dessem suas opiniões e depoimentos espontaneamente. A discussão deveria ser disparada a partir da história do livro *Os Sofrimentos do Jovem Werther*, do escritor alemão Goethe, e dos casos contemporâneos de suicídio. Para isso, o escritor convidou um professor de história, que estuda literatura em seu mestrado, e uma psicóloga. O motivo da reunião, segundo Ithalo, era a frequência com que o tema é falado hoje, apesar de não ser exclusivo desse período.

Em conversa com o autor, de apenas 32 anos, Ithalo falou sobre como o impressiona o fascínio causado pela temática. Ele, que escreveu seu primeiro livro em 2014, viu sua vida mudar ao publicar sua segunda obra “*Dolores (e os remédios para dormir)*” em 2016. Anteriormente com pouco mais de 300 seguidores nas redes sociais, Ithalo Furtado se viu sendo seguido de repente por mais de 8000 internautas a partir da publicação de *Dolores* e admite que a obra lhe “abriu portas”.

Ithalo se surpreende com a repercussão do livro, em que uma jovem (Vâmila Santisteban) escreve cartas, mas não menciona diretamente o suicídio. Apesar disto, o tom melancólico da obra possibilita falar de depressão (esta sim, a *Dolores*) e ansiedade, sendo perceptível a relação da personagem com a morte. Há trechos em que Vâmila fala sobre morrer e chega a confessar: “Tenho em mim todos os motivos do mundo para não dar o próximo passo”

(Furtado, 2016, p. 17). Sem sequer usar a palavra tida como tabu na sociedade, Ithalo provoca o leitor sobre os pensamentos de autoextermínio de Vâmila: “Então era eu nua em frente ao espelho. [...] Não sou essa mulher. Que vontade de matá-la! Ou será vontade de morrer?” (Furtado, 2016, p. 32).

Desta forma, os escritos e composições da personagem proporcionaram a identificação do público com a mesma, e com seu sofrimento e angústia. O autor, por sua vez, não apenas viu seu número de seguidores nas redes sociais crescer vertiginosamente como passou a receber inúmeras mensagens privadas de jovens falando de seus problemas, de sua própria relação com suicídio e pedindo ajuda.

Diante da identificação do público com a temática, o autor admite que foi difícil lidar com a constante procura de indivíduos por uma ajuda pessoal, sendo necessário compreender os próprios limites e colocá-los aos leitores. De forma consciente, Ithalo incentivava quem o procurava a buscar ajuda profissional e mantinha uma distância segura das histórias, buscando não se envolver ao ponto de prejudicar a si mesmo e a sua própria saúde mental.

Em nossa conversa, comentamos sobre a presença de adolescentes no evento organizado pelo autor, ainda com o uniforme de um colégio de ensino médio. Eles não apenas participaram atentamente do momento, como demonstraram interesse em que Ithalo organizasse mais projetos para falar sobre a temática. Este evento, aliás, contou com a presença de mais de 22 pessoas. Segundo o autor, nunca um grupo de discussão no local teve a participação de tantos. Mais uma vez, o fascínio pelo tema o surpreendeu.

Ao ver a divulgação do convite para o evento, imaginei que seria um momento para falar sobre a obra literária *Os Sofrimentos do Jovem Werther*. Inicialmente, não percebi que a intenção seria discutir suicídio. Causou-me espanto ao perceber isto, surpresa que reflete o estranhamento que vivenciamos hoje diante do tema, pelo tabu que o envolve. No evento, pessoas de diferentes idades deram sua opinião e alguns mitos foram desmistificados por uns,

enquanto eram reforçados por outros, como a ideia de que há um único motivo que leve o indivíduo ao suicídio.

Observei alguns aspectos e discursos com que já havia me deparado enquanto psicóloga. Como profissional de um Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) em um município no Ceará de 2016 a 2017, entrei em contato com muitos adolescentes que, semelhantes à personagem do escritor parnaibano, mostravam profunda tristeza e pensavam na própria morte como alternativa ao seu sofrimento.

As muitas demandas que chegavam ao serviço relacionadas à temática, despertaram o interesse pela mesma. Em três anos como Psicóloga, deparei-me com a morte e o luto em diferentes contextos, e já me chamava a atenção como as pessoas, inclusive outros profissionais de saúde, falavam sobre suicídio de forma particular, o diferenciando das demais perdas, com um discurso cheio de estereótipos e pouca ação. Apenas no NASF, pela natureza do serviço, esta demanda chegou diretamente a mim e, com ela, a curiosidade e necessidade de estudar mais e compreender melhor, o que me trouxe ao mestrado.

Algo que percebi com o tempo é que falar em morte é algo que assusta as pessoas, pelo tabu social que envolve o termo, e faz com que muitas abordem a temática do suicídio com base em mitos, sem buscar a devida informação. É comum, por exemplo, associarem os casos de morte por esta causa a um evento específico da vida do sujeito ou a diagnósticos psiquiátricos, principalmente a Depressão, percepção que vai ao encontro dos resultados desta pesquisa. É importante esclarecer alguns aspectos.

Como relata Moretto et al. (2017) há diversas definições para o termo suicídio, devido ao caráter multifacetado do tema. Para os autores, este “é o ato por meio do qual uma pessoa dá fim à própria vida, provavelmente por ser o modo que ela encontrou para dar fim à dor de existir” (Moretto et al., 2017, p. 162). Minayo (1998) também ressalta que há diferentes

entendimentos sobre a temática do suicídio, de modo que aqueles advindos de saberes psi tendem a considerar a violência auto infligida como algo pessoal.

A própria autora reconhece que existe uma tentativa das disciplinas em reduzir o suicídio a sua própria perspectiva, propondo encaixes em categorias tradicionalmente estabelecidas na área. Para ela isto é um reducionismo e o que se entende sobre a temática é que o suicídio é consequência de uma série de fatores, tanto históricos, como culturais e individuais, num amálgama de elementos exteriores e interiores (Minayo, 1998).

A Organização Mundial de Saúde (OMS) (OMS, 2014) reconhece também que fatores psicológicos e sociais, além de outros não citados, podem interagir de modo a levar uma pessoa a comportamentos suicidas. A Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP), por sua vez, corrobora o explanado acima em sua cartilha sobre a temática, afirmando que:

O suicídio é um fenômeno presente ao longo de toda a história da humanidade, em todas as culturas. É um comportamento com determinantes multifatoriais e resultado de uma complexa interação de fatores psicológicos e biológicos, inclusive genéticos, culturais e socioambientais. Dessa forma, deve ser considerado como o desfecho de uma série de fatores que se acumulam na história do indivíduo, não podendo ser considerado de forma causal e simplista apenas a determinados acontecimentos pontuais da vida do sujeito. É a consequência final de um processo. (ABP, 2014, p. 10)

A ABP ressalta ainda que diferentes comportamentos são relacionados à temática, e esclarece que suicídio é um “ato deliberado executado pelo próprio indivíduo, cuja intenção seja a morte, de forma consciente e intencional, mesmo que ambivalente, usando um meio que ele acredita ser letal” (ABP, 2014, p. 9). Há também pensamentos relacionados à própria morte, planos e tentativas de suicídio, que compõem o grupo chamado de comportamento suicida. A

organização ressalta que apenas uma pequena proporção destes é conhecido no Brasil (ABP, 2014), o que dificulta a epidemiologia dos casos.

Observamos então, que a temática abarca outros comportamentos, para além da morte em si, o que exemplifica a complexidade do tema e a importância de nos informarmos corretamente sobre o mesmo, tanto como sociedade, quanto como profissional de saúde mental e/ou de instituições públicas de saúde.

A intensidade com que os adolescentes falavam e demonstravam vivenciar seus sofrimentos quando da demanda que chegava ao NASF chamava a atenção por ser acompanhada de diversos comportamentos suicidas, inclusive com tentativas de alguns e um óbito por esta causa de uma usuária do sistema de saúde, de apenas 18 anos, em janeiro de 2017. Por mais que a vivência intensa de diferentes emoções seja próprio da fase da adolescência, os pensamentos e tentativas de suicídio chamavam a atenção.

Além disso, em seus discursos os adolescentes falavam muito das redes sociais e vídeos na internet. Comecei a perceber como eles viam nesse universo um espaço não só para falar de seu sofrimento, mas também para consumir discursos referentes a este e a tudo que o envolvia, incluindo comportamentos suicidas. A presença deste meio de comunicação era tão frequente nas discussões, que precisei conhecer melhor as redes sociais e plataformas de vídeos, em uma tentativa de entender como as percepções dos jovens sobre morte são atravessados por estes discursos.

Diante desta realidade comecei a refletir sobre como a internet faz parte da vida de quase todos hoje e é possível nos depararmos com diversos materiais, sobre os mais diferentes assuntos, na rede. Depois de, em um primeiro momento desta pesquisa, observar os diferentes discursos sobre suicídio na contemporaneidade, em variados espaços, começamos a pensar quais os discursos sobre suicídio eram encontrados nas redes sociais mediadas pela tecnologia.

Assim explicitado, esta pesquisa busca esclarecer o seguinte questionamento: quais linhas de força atravessam os discursos sobre suicídio em uma rede social mediada pela tecnologia? Seu objetivo é, então, cartografar os discursos sobre suicídio de usuários de redes sociais mediadas pela tecnologia. Esta intenção se desdobrou de modo que buscamos apreender as percepções dos usuários de páginas virtuais sobre a temática do suicídio; Caracterizar afetações acerca do suicídio nos discursos em páginas virtuais; Analisar os discursos acerca do suicídio em sua relação com os processos de produção de subjetividade contemporâneos.

O método da cartografia foi utilizado nesta pesquisa segundo a perspectiva de Deleuze e Guattari (1995), se diferenciando da cartografia geográfica por não ser um mapeamento realizado a partir de coordenadas obtidas previamente. Segundo a perspectiva dos autores, a subjetividade é produzida como sócios. Guattari e Rolnik (1996) explicam preferir falar em “subjetivação” e “produção de subjetividade”, uma vez que defendem a compreensão de uma subjetividade produzida: “de natureza industrial, maquínica, ou seja, essencialmente fabricada, modelada, recebida e consumida” (p.25).

Ora, se a subjetividade é produzida, deve ter máquinas que o fazem e estas, para os autores, variam, dando-se tal processo de maneira industrial e em escala internacional no sistema capitalista (Guattari & Rolnik, 1996). Claro que as formas de se comunicar e relacionar ajudam a compor as linhas que entrelaçam esta produção, de modo que as redes sociais mediadas pela tecnologia não podem ser diferenciadas dos demais espaços de interação humana. Para os autores:

Tudo o que é produzido pela subjetivação capitalística – tudo o que nos chega pela linguagem, pela família e pelos equipamentos que nos rodeiam – não é apenas uma questão de ideia, não é apenas uma transmissão de significações por meio de enunciados significantes. Tampouco se reduz a modelos de identidade, ou a identificações com pólos maternos, paternos, etc. Trata-se de sistemas de conexão direta entre as grandes

máquinas produtivas, as grandes máquinas de controle social e as instâncias psíquicas que definem a maneira de perceber o mundo. (Guattari & Rolnik, 1996, p. 27)

Muito chega a nós hoje através da internet e dos variados aplicativos e redes sociais que ela possibilita. Estes elementos, no entanto, não podem ser considerados como mera transmissão do que quer que seja. É preciso que reconheçamos o papel destes na produção de subjetividade e como seu emaranhado contribui para compor as máquinas produtivas hoje. Pensar os modos de subjetivação vigentes na atualidade em sua relação com os discursos sobre suicídio pode nos ajudar a pensar a problemática e provocar tensões necessárias, uma vez que é preciso considerar o papel dessa produção nas mudanças macrossociais que se pretende hoje diante da questão.

A cartografia é um modo de pesquisar calcada em um paradigma ético-estético-político. Rolnik (1993) define tal rigor, explicando que o ético se refere ao modo com que se escuta as diferenças e à forma como estas suscitam o devir. Estético se refere ao criar, pensando o campo e diferentes percursos, tal qual em uma obra de arte. O Político, por sua vez, se refere à dimensão que se opõe às forças que entram em nós o devir.

Desta forma, precisamos neste modo de fazer pesquisa, escutar as diferenças, inventando percursos com o uso da criação e lutar contra aquilo que obstrui o devir. Para isso, é necessário pensar as diferentes linhas que se entrelaçam na produção de subjetividades, gerando multiplicidades. Estas proveem a lógica dos agenciamentos, pois “uma multiplicidade é composta de dimensões que se englobam umas às outras, cada uma recapturando todas as outras em um outro grau, segundo uma lista aberta que pode ser acrescida de novas dimensões” (Zourabichvili, 2004, p.38).

A cartografia exige uma construção contínua, um acompanhamento de processos de subjetivação e produção de subjetividades que não visa representar objetos, mas reconhece a

existência de multiplicidades que o envolvem. Desta forma, esta pesquisa não tem a intenção de isolar o objeto em uma tentativa de pensá-lo de forma neutra, tal qual o faz a ciência moderna, pois não pode concebê-lo como a-histórico ou desconsiderar suas conexões com o mundo (Barros & Kastrup, 2015; Kastrup, 2008). Ela busca exatamente o oposto: “desenhar a rede de forças à qual o objeto ou fenômeno em questão se encontra conectado, dando conta de suas modulações e de seu movimento permanente” (Barros & Kastrup, 2015, p. 57).

Para isto, não basta admitir o não controle das variáveis, mas é preciso também que o pesquisador deixe que o campo o conduza, até mesmo porque quando este inicia seu projeto, já há processos se desenvolvendo (Barros & Kastrup, 2015). Quando iniciei esta pesquisa, a rede a que me propus traçar, das linhas que atravessam os discursos sobre suicídio na internet, já possuía um movimento constante, e este continua mesmo depois que o cartógrafo se retira do campo.

Os jovens do município em que atuei, que conheci através do trabalho no NASF, já produziam e consumiam discursos sobre a temática nas redes sociais mediadas pela tecnologia quando esta pesquisa sequer era planejada e um olhar cartográfico não habitava o campo. Iniciar a pesquisa com este modo de ver e tentar acompanhar águas que correm com firmeza já há um tempo foi sem dúvida um desafio, sendo preciso manter em mente que a intenção deste método não é separar o fenômeno pesquisado do que o envolve hoje ou historicamente, e sim traçar a rede de forças a qual o mesmo está conectado, englobando as diferentes formas que assume, suas multiplicidades e movimentos (Barros & Kastrup, 2015).

Ao longo deste trabalho, convidamos o leitor a seguir conosco nessa busca em desenhar a rede que envolve os discursos sobre suicídio no campo mediado por outra rede, a tecnológica, acompanhando emaranhados, (des)fazendo nós, e se deixando guiar pelas falas da internet. Estas são as protagonistas aqui e reiteramos que a pesquisa foi construída com base nos

discursos do campo, de modo que os analisadores foram produzidos através da fala destes tantos outros presentes na rede social que habitamos.

Pra deixar claro esta demarcação, os discursos retirados diretamente de comentários públicos de usuários da rede social são trazidos no texto sempre entre aspas, tal qual os dos autores reconhecidos no meio científico que embasam esta pesquisa. Consideramos que, assim como a fala considerada “científica”, os discursos populares, chamados senso comum, tem muito a dizer sobre a produção de subjetividade hoje e sobre as tramas que envolvem as percepções sobre o suicídio na sociedade contemporânea. Desta forma, estes são aqui utilizados em larga escala, mas sempre devidamente assinalados.

O objeto desta pesquisa visa, então, acompanhar processos de subjetivação e produção de subjetividades, e não relacionamos o estudado a temáticas ou objetos previamente estabelecidos. Procuramos abordar o suicídio, bem como as redes sociais, livres de estereótipos e ideias preconcebidas, compreendendo esta relação a partir do que se faz presente e se mostra no campo. Assim, os discursos cartografados nos possibilitaram explorar variados temas, como a pressão existente hoje na busca de seguir padrões sociais, preconceitos e bullying; a relação entre transtornos mentais, seu diagnóstico e o suicídio; e diferentes compreensões sobre o tema.

Desta forma, esta dissertação é organizada em quatro capítulos, além da Introdução e das Considerações Finais. O títulos dos mesmos fazem alusão à linguagem do campo habitado na pesquisa, a internet, e à literatura estudada, e serão elucidados no decorrer do trabalho. Estão entre aspas nos nomes de capítulos as expressões utilizadas com frequência na internet.

São eles:

- a) **Digitando caminhos: O fazer cartográfico em pesquisa.** Neste capítulo abordamos a cartografia e as pistas que guiaram esta pesquisa, detalhando estratégias e procedimentos realizados durante a produção e análise dos dados.

Também exploramos as peculiaridades do uso de uma rede social mediada pela tecnologia como campo de pesquisa.

- b) **“Alerta de textão”: O suicídio – conceitos, dados e fatores envolvidos.** Neste capítulo teórico abordamos o tema, na busca de esclarecer compreensões e importantes aspectos a se considerar ao falar do mesmo, desconstruindo mitos frequentes no senso comum. Exploramos definições e breve histórico do suicídio. Há duas sessões, uma sobre a epidemiologia do suicídio no Brasil e no mundo, que ressalta a relevância da temática, e uma sobre os fatores de risco e proteção.
- c) **“No que você está pensando”, pesquisadora? Discorrendo sobre os dados de pesquisa.** No terceiro capítulo analisamos os dados de pesquisa com base em cinco analisadores. Três deles compõem o eixo um, que aborda definições de suicídio segundo os discursos no território. Dois analisadores formam o segundo eixo, que explora as causas que os sujeitos no campo relacionam aos casos de suicídio na contemporaneidade.
- d) **(In)discretas esperanças.** Aqui falamos mais diretamente sobre alguns modos de resistência e deslocamentos que foram percebidos no território durante a pesquisa. Nele, pensamos linhas de fuga e possibilidades que vimos serem construídas. Há neste capítulo dois modos de resistência explicitados.

Nesta pesquisa abordamos as linhas de força e jogos de saber e poder relacionados à temática estudada que, tal qual propõe a cartografia, não podem ser separados do objeto. Como em qualquer outra rede, estas linhas se cruzam compondo um todo, e a construção dos analisadores, bem como a organização da pesquisa em capítulos e sessões, servem para melhor compreensão do leitor. É inevitável, porém, que estes elementos se conectem, sendo (re)lembrados a todo instante em uma tentativa de acompanhar o movimento natural do campo.

Ressaltamos que este estudo se insere em discussões pertinentes às ciências humanas, sociais e da saúde, ao pensar criticamente o suicídio, problema reconhecido hoje na saúde pública, e suas interconexões com a cultura contemporânea. Ele possibilita visibilidade à problemática estudada em sua relação com aspectos que atravessam a produção de subjetividade na contemporaneidade. Esperamos que esta cartografia possa colaborar com o surgimento de problematizações que se encontrem além dos estereótipos, mitos e tabus existentes em relação à morte e ao suicídio, bem como às redes sociais em meio eletrônico.

2. Digitando caminhos: O fazer cartográfico em pesquisa

O príncipe pegou o sapatinho: era pequenino, gracioso e todo de ouro. No outro dia, de manhã, ele procurou o pai e disse:

- Só me casarei com a dona do pé que couber neste sapato.

As irmãs de Cinderela ficaram felizes e esperançosas quando souberam disso, pois tinham pés delicados e bonitos. Quando o príncipe chegou à casa delas, a mais velha foi para o quarto acompanhada da mãe e experimentou o sapato. Mas, por mais que se esforçasse, não conseguia meter dentro dele o dedo grande do pé. Então, a mãe deu-lhe uma faca, dizendo:

- Corte fora o dedo, minha filha, pois quando fores rainha não terás mais que andar a pé. (Grimm, 1989)

A história acima é mundialmente conhecida, provavelmente não nesta versão. Cinderela é comumente mais consumida em sua versão pueril e voltada a crianças, apresentada pelos Estúdios Disney em diversos produtos ao longo dos anos: livros, desenhos, filmes. Este conto, assim como vários outros considerados clássicos infantis, foram originados em histórias transmitidas pela tradição oral.

Existem diversas narrativas semelhantes advindas destas histórias, e em geral suas versões hoje são muito diferentes das originais. A versão transcrita anteriormente, dos Irmãos Grimm, é mais conhecida como Gata Borralheira. Nesta, as filhas da madrasta da protagonista são obrigadas pela mãe a cortarem pedaços de seus pés para calçar o cobiçado sapatinho. Ainda assim são rejeitadas pelo príncipe quando este percebe o sangue a escorrer e, deste modo, a farsa.

Sempre que se procura alcançar algo, chegar a algum lugar, faz-se necessário pensar em como realizar tal feito. As irmãs de Cinderela buscavam se casar com o príncipe e, para isso,

forçaram os pés no sapato que não lhes cabia. Esta reflexão é importante ao fazer pesquisa para cuidar-se para que caminhos tortuosos, tal qual o das irmãs, não sejam traçados.

Forçar a pesquisa em um sapato no qual não encaixa pode, sem dúvidas, levar a resultados desastrosos. Neste sentido, buscamos nesta dissertação perceber qual o percurso mais adequado e viável para alcançar os objetivos traçados, ao contrário de tentar fazer com que a pesquisa “calçasse” previamente uma metodologia que não lhe cabia, precisando, assim, “cortar” pedaços essenciais.

O percurso metodológico escolhido deve ser útil aos objetivos da investigação pretendida. Desta forma, foi realizada uma pesquisa qualitativa, em que traçamos uma Cartografia dos discursos que atravessam a temática do suicídio em uma rede social mediada pela tecnologia, o Facebook. Este território foi explorado, seguindo os passos da pesquisa cartográfica que serão explicitados em seguida, através de um recorte dos discursos expostos em comentários postados em publicações relacionadas à temática e abertas ao público.

A cartografia foi se mostrando útil à pesquisa, na medida que nos possibilitou acompanhar o movimento do campo, sem a tentativa de prever o que seria encontrado. Ao mesmo tempo, o desafio de habitar uma rede de sujeitos que conversam não pessoalmente, mas através de mensagens postadas na internet, traz peculiaridades que fazem ser mais do que úteis, e sim necessárias, as possibilidades de criação que nos abre o paradigma ético-estético-político da Cartografia. Em alguns momentos, a sensação é de que, tal como diz o dito popular, esse modo de fazer pesquisa “caiu como uma luva” ao que foi pretendido, tamanha adequação mostrada pelo método diante da pesquisa.

Ao utilizar comentários abertos ao público, este trabalho está de acordo com as normas da Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde que autoriza a pesquisa que utiliza informações de acesso e/ou domínio público. O documento também regulariza o estudo que busca aprofundar teoricamente situações que surgem de forma espontânea no contexto

profissional de modo que não seja possível identificar os sujeitos (Conselho Nacional de Saúde, 2016), tal qual a curiosidade despertada no trabalho do NASF em relação aos discursos sobre suicídio que podem ser encontrados através da internet.

Para Denzin e Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa se originou da busca de entender o outro. Na tentativa de alcançar tal feito, ela envolve a coleta e o estudo de diferentes materiais, como textos e produções culturais, experiência pessoal, introspecção, dentre outros. Estes são utilizados de modo a descrever momentos e significados particulares da vida das pessoas.

Stake (2011) afirma que cada aspecto da ciência também possui um lado qualitativo. Para o autor, “*Qualitativa* significa que seu raciocínio se baseia principalmente na percepção e na compreensão humana” (Stake, 2011, p. 21). Segundo o autor, neste tipo de pesquisa a ética do pesquisador é essencial, uma vez que o mesmo é o instrumento principal de investigação; e, se bem conduzido, é também adequadamente triangulado, com relatórios com muitas informações e um estudo das teorias e compreensões relacionadas.

Denzin e Lincoln (2006) colaboram com a compreensão de que a pesquisa qualitativa utiliza diferentes formas de práticas interpretativas, que não precisam ser definidas com antecedência, de modo a evitar um “corte” nos “pés” do estudo. Se realiza na pesquisa qualitativa uma abordagem de múltiplos métodos, não privilegiando nenhum. Neste tipo de estudo pode-se empregar diferentes abordagens ao objeto, como a prosa etnográfica, narrativas históricas, imagens, relatos de vida, biografias e autobiografias, relatos em primeira pessoa, e a contação de fatos através de ficção, dentre outras (Denzin & Lincoln, 2006).

Stake (2011), por sua vez, corrobora que a pesquisa qualitativa possui variadas estratégias, de modo que o pesquisador irá tender para aquela que melhor atende a suas finalidades. Estas podem ser diversas, como gerar conhecimento ou colaborar com práticas e políticas; dissertar sobre questões costumeiras ou ampliar a compreensão de determinado caso; defender um ponto de vista; destacar uma única visão ou diferentes realidades; generalizar ou

particularizar algo; podendo interromper a pesquisa após as descobertas pretendidas ou então prosseguir investigando a temática, em prol de melhorias.

Assim, na busca do “sapatinho metodológico” adequado para alcançar os objetivos propostos na pesquisa, a cartografia foi adotada como um método qualitativo capaz de auxiliar na análise da temática estudada. Neste capítulo, exploramos os conceitos básicos que nortearam a pesquisa, assim como os princípios da cartografia que orientam nossas produções. Esclarecemos que o método é considerado aqui um “guia de viagem” e não um “protocolo” a ser seguido (Moraes, 2014). Além disto, também explicitaremos a forma como foi realizada a pesquisa e o recorte no território, seguindo os passos cartográficos até chegar aos dados apresentados.

O cartógrafo não segue protocolos nem procedimentos predefinidos, devendo inventá-los de acordo com o que pede o contexto, de modo que a sensibilidade é mais importante no campo que normas a serem seguidas (Rolnik, 2011). Para Costa, Angeli e Fonseca (2012): “para cartografar é preciso, pois, querer o acontecimento, o lançar dos dados, estar aberto à afirmação do acaso, àquilo que faz problema no mesmo. Suportar um problema, uma sempre vizinhança com territórios de soluções. Estar a caminho” (p. 46).

Consigo o pesquisador-cartógrafo leva apenas: um critério, o grau de abertura de cada um para a vida; um princípio, que sempre muda, pois refere-se à expansão da vida; uma regra, de sempre considerar o limiar que avalia se as defesas existentes estão ou não em prol da vida; e uma série de preocupações que são definidas pelo próprio cartógrafo constantemente (Rolnik, 2011), pois o movimento do campo exige. Assim, seguimos nossa pesquisa com pouca bagagem e um guia para não nos perdermos no caminho.

2.1 A pesquisa cartográfica no território mediado pela internet

Atualmente o cotidiano de quase todos é atravessado pelo uso da internet. Lévy (1996) afirma que “um movimento geral de virtualização afeta hoje não apenas a informação e a

comunicação mas também corpos, o funcionamento econômico, os quadros coletivos da sensibilidade ou o exercício da inteligência” (p. 11). Segundo o autor, tal processo atravessa até mesmo as formas de se estar com outras pessoas através, por exemplo, das comunidades virtuais.

Matos (2006) esclarece como a mídia envolve a nossa vida atualmente, restringindo o pensamento ao que veicula: “o que não estiver na televisão não está no mundo” (p. 41), afirma a autora. Podemos pensar esta fala hoje, mais de dez anos depois, considerando o papel das redes sociais e da internet, que ocupam um espaço central no nosso dia a dia, tal qual a televisão já o fez. Atualmente, não é preciso sentar e assistir ao jornal, pois qualquer notícia falsa pode se tornar verdade ao ser espalhada instantaneamente entre milhares de perfis e aplicativos. Ouso dizer que o que não está na internet, não está no mundo, mas também que o que não está no mundo pode se fazer presente ao habitar a internet.

Este fenômeno já vem acontecendo há algum tempo, de modo que cidadãos comuns passaram a produzir conteúdo e influenciar de maneira intensa o dia a dia, tal qual a mídia tradicional, composta por jornais, revistas, rádio, televisão. “Estamos modificando as artes, a política e o comércio, e até mesmo a maneira de percebermos o mundo”, afirma Sibilia (2008, p. 8-9). A autora ressalta que compreender este fenômeno não é algo fácil, de modo que se pode dizer que ele traz à tona tanto aspectos positivos como negativos da população. Ainda que mostre amplamente a capacidade dos sujeitos de produzir, por exemplo, também deixa claro como o mercado captura as massas. Para ela:

A rede mundial de computadores se tornou um grande laboratório, um terreno propício para experimentar e criar novas subjetividades: em seus meandros nascem formas inovadoras de ser e estar no mundo, que por vezes parecem saudavelmente excêntricas e megalomaníacas, mas outras vezes (ou ao mesmo tempo) se atolam na pequenez mais rasa que se pode imaginar. (Sibilia, 2008, p. 27)

Sibilia (2008) esclarece que a comunicação possibilitada pela internet e os computadores é diferente do sistema broadcasting, de rádios e televisores. Neste, uma única fonte transmitia mensagens para muitos receptores. A comunicação pautada na tecnologia digital, por sua vez, levou a mudanças vertiginosas e que continuam acontecendo. O cenário já estava a mudar com o e-mail, passando pelos canais de bato papo (famosos chats), depois mensagens instantâneas como o MSN, e se popularizando então as redes sociais, como o Facebook (Sibilia, 2008).

Além destes, os variados blogs, em textos, fotos ou vídeos, difundiram o hábito de se publicar espécies de diários na internet, “que consiste em expor a própria intimidade nas vitrines globais da rede” (Sibilia, 2008, p. 13). Os fóruns ou grupos de notícias, por sua vez, se destinam a debates online e lá, mais uma vez, os usuários são também os produtores de conteúdo. A internet possui uma ampla variedade de formas de comunicação, e estas se ampliam rapidamente.

E não se trata apenas da internet. Muda também o projeto político, cultural, econômico e social. Sibilia (2008, p. 15) afirma que “transformam-se também os tipos de corpos que são produzidos no dia-a-dia, bem como as formas de ser e estar no mundo que são ‘compatíveis’ com cada um desses universos”. Rolnik (1997), por sua vez, reitera esta perspectiva, afirmando que a mídia e os avanços tecnológicos conseguem aproximar diferentes universos, e como isto influencia na produção de subjetividades. Para a autora “as subjetividades, independentemente de sua morada, tendem a ser povoadas por afetos dessa profusão cambiante de universos; uma constante mestiçagem de forças delinea cartografias mutáveis e coloca em cheque seus habituais contornos” (p. 19).

Não podemos, então ignorar o papel das chamadas mídias sociais na produção de subjetividade hoje, pois isto já é uma realidade. Precisamos considerar que, assim como a globalização da economia, o movimento constante das redes sociais mediadas pela internet e as

demais mudanças na forma de se comunicar e produzir informações geradas pelos avanços tecnológicos, se entrelaçam nas linhas e redes de subjetivação, pois eles fazem parte da vida contemporânea. Sobre como isto acontece, Sibilía (2008) esclarece que os diferentes vetores que envolvem a vida humana, de políticos a culturais, de sociais a econômicos, favorecem a configuração de determinadas formas de ser, ao mesmo tempo que inibe outras.

Ainda assim, muitas pessoas tendem, no senso comum, a condenar o uso dessas ferramentas, inclusive para mediar relações interpessoais. O fato é que elas atravessam a vida de todos e a produção de subjetividade hoje, independente das críticas. Nesta pesquisa foi possível perceber este movimento que retrata uma visão negativa da internet sendo manifestado na própria rede social Facebook, em que pessoas faziam críticas ao uso da tecnologia, curiosamente empregando-a para expressar tal opinião. Na imagem abaixo retirada dos dados do estudo é possível observar tal opinião:

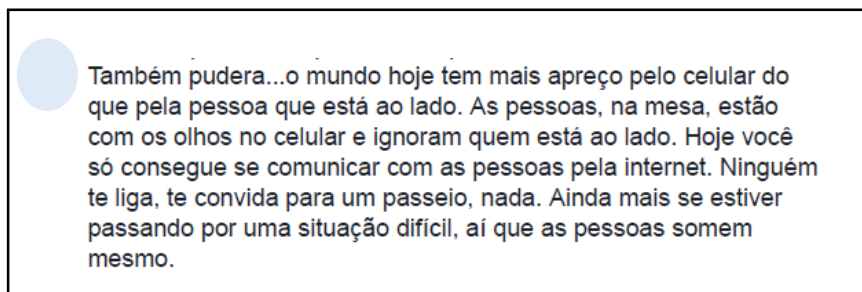


Figura 1: Crítica ao uso da internet

Lévy (1996) defende uma outra visão da rede. Sem negar os aspectos negativos das mudanças culturais relacionadas ao tema, o autor propõe um olhar sobre a virtualização que não a considere nem tampouco boa, nem ruim e muito menos neutra. Para ele, antes de enxergar a mesma com medo ou com um olhar que a condene previamente, é preciso compreender a virtualização em toda sua amplitude, pois “ela se apresenta como o movimento mesmo do ‘devir outro’ – ou heterogênesse – do humano”. (Lévy, 1996, p. 12)

O autor afirma que não tem a pretensão de associar tudo que é produzido através de redes digitais a aspectos positivos, mas que sua posição é de que devemos nos manter receptivos àquilo que na década de 1990 ainda era novidade. Para Lévy (1999), o mais importante não é ser favorável ou não às transformações, e sim reconhecê-las, numa tentativa de compreender “as mudanças qualitativas na ecologia dos signos, o ambiente inédito que resulta da extensão das novas redes de comunicação para a vida social e cultural” (Lévy, 1999, p. 11).

É desta forma que consideramos nesta pesquisa as redes sociais existentes na internet: sem julgar previamente seu uso, nem tampouco condená-lo. Há diversas possibilidades de interação online e como recorte do presente estudo selecionamos o Facebook como território a ser habitado e onde os dados poderiam ser produzidos, condicionados às peculiaridades do campo.

Rolnik (2011) esclarece que a prática da cartografia refere-se às formações de desejo que se dão no campo social, de modo que não importa quais setores da vida o pesquisador escolhe como objeto. O que realmente interessa é que o cartógrafo atente para as estratégias do desejo no fenômeno que se propõe a estudar, que pode ser “movimentos sociais, formalizados ou não, as mutações da sensibilidade coletiva, a violência, a delinquência... Até os fantasmas inconscientes e os quadros clínicos de indivíduos, grupos e massas, institucionalizados ou não” (Rolnik, 2011, p. 65).

Lévy (1999) considera que a tecnologia não pode ser considerada determinante da nossa cultura, pois a relação que se dá é muito mais complexa que esta, porém a sociedade encontraria-se condicionada pelas técnicas que produz. De forma semelhante, não consideramos o Facebook como um fator em potencial para determinar os discursos encontrados, mas buscamos mapeá-los como parte da nossa coletividade e permeados pelas peculiaridades do território.

São variadas as possibilidades de se fazer cartografia, e Filho e Teti (2013) esclarecem que não há como se limitar os números possíveis desta ou de campos a serem estudados através

deste método e, por isso, é preciso uma proposição estratégica para cada contexto, de modo flexível. Rolnik (2011), por sua vez, afirma ainda que mesmo a “teoria é sempre cartografia” (p. 65), inclusive a própria teoria da autora sobre o método cartográfico.

Félix-Silva (2015) esclarece que a cartografia é uma metodologia que pode ser realizada em diferentes elementos: cinema, literatura, teatro, sites, jornais impressos, documentários e curta-metragem. Isto porque, como afirma Costa (2014), tudo tem possibilidade de gerar um encontro. Barros e Kastrup (2015) corroboram que “a pesquisa cartográfica consiste no acompanhamento de processos, e não na representação de objetos” (p. 53).

Deleuze e Guattari (1977) realizaram uma cartografia da obra de Franz Kafka que resultou na publicação do livro “*Kafka: por uma literatura menor*”, que podemos citar como exemplo de uma cartografia biografemática, além de outros autores como Espinoza e Foucault, cartografados por Deleuze. A pesquisa biografemática é definida por Corazza (2010) como aquela que vale ao interesse de quem pensa em vida e obra em um mesmo plano, e não separadas como na Biografia e na Bibliografia. Esta conexão a autora define como *vidarbo*. Segundo Costa (2011), este tipo de pesquisa percebe a vida e a obra desta forma pois considera que elas têm a possibilidade de movimentar-se mutuamente, uma interferindo na outra.

Na pesquisa biografemática o biografólogo “coleta e cria biografemas” (Corazza, 2010, p.89). Segundo Costa e Corazza (2010, s/p), o biografema pode ser entendido como “uma pequena unidade biográfica, um traço distintivo de um biodiagrama, que é a biografia. A particularidade desses traços se dá pelo fato de serem vazios de sentido, detalhes insignificantes que constituem os espaços silenciosos de uma vida”. Desta forma, os autores consideram que o objeto desta pesquisa são diferentes pormenores, ou seja, pequenas unidades, que formam uma biografia descontínua.

De modo semelhante, apresentamos esta pesquisa, como uma cartografia biotemática. Aqui reunimos também pequenas unidades (comentários abertos ao público) que formam um

todo descontínuo (a pesquisa). A vida (bio) cotidiana e o tema (temática) pesquisado, o suicídio, se entrelaçam de modo a criar várias pequenas obras, os discursos cartografados, que respeitam o limite de caracteres da rede social mediada pela tecnologia em que se realizou a pesquisa.

Ao final, se tem uma cartografia biotemática com a “coleta e criação” dos dados que geraram o todo descontínuo que aqui apresentamos. De modo semelhante à pesquisa biografemática, que não é definida a priori (Corazza, 2010), também aqui o caminho foi sendo construído ao caminhar. Tal qual na *vidarbo* (Corazza, 2010), acreditamos que o movimento da vida acabará movimentando os discursos sobre suicídio veiculados, sendo o oposto também verdadeiro. Ambos, vida e tema, existem em movimento contínuo em um mesmo plano. Apesar da descontinuidade do todo, as linhas de força e de fuga existem e mostram conexões e distanciamentos.

O território escolhido, o Facebook, nos permite entrar em contato com diferentes discursos de vidas múltiplas: pessoas de variadas faixas etárias e diversas localidades e origens, vivenciando processos de subjetivação atravessados todos, mas distintamente, pela tecnologia. A rede social mediada pela internet favorece a expressão dos sujeitos abertamente e nos dá acesso a possibilidades de produção de dados de pesquisa.

A escolha de palavras anterior não é aleatória. Barros e Kastrup (2015) ressaltam que a mudança não se dá apenas no vocabulário, mas é conceitual. Desta forma, não falamos aqui em coleta de dados, pois as práticas de pesquisa da cartografia são melhor nomeadas pela linguagem da produção, uma vez que se refere a uma processualidade. O estudo é constituído de um caminhar fluido, e não de passos que se separam (Barros & Kastrup, 2015).

Assim, é possível traçar a rede de forças a qual o fenômeno pesquisado, o suicídio, está conectado, englobando seu movimento constante e as diferentes formas que assume. O Facebook se mostrou como um território propício para tal mapeamento. Meu caminho de contato com a temática, tal qual os processos no campo, já vem ocorrendo antes da pesquisa. A

profissão de psicóloga me permitiu em variados contextos entrar em contato com a morte, inclusive com a autoprovocada. O trabalho que motivou esta pesquisa, no NASF, trouxe uma aproximação maior com a questão do suicídio, algo que veio se estreitando ainda mais com o decorrer da pesquisa.

O Facebook, suas notícias sobre suicídio e os comentários dos usuários me permitiram ir, aos poucos compreendendo as linhas que se entrelaçam neste emaranhado, de modo que a certo ponto elas se tornaram claras, ainda que continuem tecendo uma complexa rede. Me aproximar do tema foi, sem dúvida, indigesto em vários momentos, não por ele próprio, mas pela forma como os sujeitos se referem ao mesmo e àqueles que se matam. É interessante observar a linguagem utilizada e a maneira aberta com que as pessoas se expressam na internet. A cartografia foi útil para acompanhar esses movimentos.

Rolnik (2011) esclarece que o pesquisador-cartógrafo assimila matérias independentemente de onde se originem, sem exclusão de nenhum tipo de linguagem, estilo ou constância, sendo bem recebido tudo que contribuir na criação de sentido, o que as peculiaridades do território escolhido sem dúvida cumpriram. A cartografia pode contar com variadas fontes, inclusive aquelas que não são escritas nem teóricas, como filmes e conversas. Importa para o cartógrafo descobrir o que contribui para que ele possa entender seu objeto, não como uma forma de explicá-lo, e sim de “mergulhar na geografia dos afetos” (Rolnik, 2011, p. 66).

Tedesco, Sade e Caliman (2013, p. 301) colocam ainda que “O cartógrafo não varia de método, mas faz o método variar”. Para os autores, a cartografia busca principalmente estudar a experiência, que é, segundo os mesmos, onde se dão realmente os processos pesquisados. Para eles “a realidade a ser investigada é composta de processos e não só de objetos (coisas e estados de coisas) delimitados por contornos precisos e atemporais” (Tedesco; Sade & Caliman, 2013, p. 300).

Costa (2014), por sua vez, afirma que o cartógrafo deve inventar seus próprios caminhos na medida em que passa a compor o território de pesquisa, reiterando que não se coleta dados, mas sim os produz. Sobre tal aspecto, Alvarez e Passos (2015) explicam que na cartografia o pesquisador não se coloca em posição hierárquica diante do objeto, mas ao lado deste, não sendo a pesquisa realizada sobre algo ou alguém e sim com ele. Desta forma, o cartógrafo não está distante do que pesquisa e sim se mistura com o mesmo, e se implica no processo. É por isto que os dados são produzidos por ele: na cartografia não se deseja manter distância nem se supõe neutralidade nas investigações (Costa, 2014).

Mais do que fórmulas a serem seguidas, ela se apresenta como uma maneira de compreender não só a pesquisa, mas o próprio encontro do pesquisador com o campo, uma possibilidade diferente de conhecer, afirma Romagnoli (2009). A autora complementa que “a produção de conhecimento se dá a partir das percepções, sensações e afetos vividos no encontro com seu campo, seu estudo, que não é neutro, nem isento de interferências e, tampouco, é centrado nos significados atribuídos por ele” (Romagnoli, 2009, p. 170).

A produção nesta pesquisa se deu a partir do encontro com a problemática estudada, e buscou, a partir de um modo particular de “estar com outros” (Moraes, 2014, p. 131), mediado pela internet, construir um conhecimento útil à compreensão da rede que entrelaça esta complexa questão. Filho e Teti (2013) explicam que na cartografia geográfica tradicional o principal objetivo é traçar mapas, que podem retratar aspectos do território ou características de uma população. O trabalho aqui proposto, no entanto, não se trata de um mapeamento físico e sim de diagramas. Para os autores, diz respeito a:

Movimentos, relações, jogos de poder, enfrentamentos entre forças, lutas, jogos de verdade, enunciações, modos de objetivação, de subjetivação, de estetização de si mesmo, práticas de resistência e de liberdade. Não se refere a método como proposição de regras, procedimentos ou protocolos de pesquisa, mas, sim, como estratégia de

análise crítica e ação política, olhar crítico que acompanha e descreve relações, trajetórias, formações rizomáticas, a composição de dispositivos, apontando linhas de fuga, ruptura e resistência. (Filho & Teti, 2013, p. 47)

O conceito de rizoma foi construído por Deleuze e Guattari (1995) para se referir ao campo de forças que diz respeito à produção de subjetividade. Cada cartografia produzida procura desenhar um rizoma, que por sua vez é atravessado por diferentes vetores. Dentre estes pode-se citar, econômicos, sociais, políticos, tecnológicos e outros. A cartografia seria, para Deleuze e Guattari, uma forma de funcionamento do rizoma, de modo que o mapa traçado é sempre rizomático: um todo aberto, em movimento frequente, formado por linhas que se conectam de modo que tais relações podem ser modificadas e rompidas (Kastrup, 2008)

Assim, o que nos interessa aqui é perceber os movimentos existentes no território mediado pela internet, com um olhar crítico, mas que não realiza a pesquisa sobre o outro, e sim se baseia no pesquisadorCOM descrito por Moraes (2014), em que é preciso abrir mão de conhecimentos prévios e estereótipos para ter sua atenção captada por aquilo que também interessa ao outro. Nas palavras de Costa, Angeli e Fonseca (2012) “habitar um estado de coisas, seus trajetos possíveis, seus impossíveis, subtrair o que insiste e produzir com” (p.45).

Para isso, algumas escolhas metodológicas precisaram ser realizadas. Cartografar um território ao ponto de construir um mapa tão amplo quanto o espaço original não contribui para guiar o caminho de quem o observa. Borges (1982) colabora com tal reflexão ao utilizar exatamente a arte de fazer mapas para explicitar as dificuldades geradas por uma ciência extremamente rigorosa:

...Naquele império, a Arte da Cartografia alcançou tal perfeição que o mapa de uma única Província ocupava uma cidade inteira, e o mapa do Império uma Província inteira.

Com o tempo, estes Mapas Desmedidos não bastaram e os Colégios de Cartógrafos levantaram um Mapa do Império que tinha o Tamanho do Império e coincidia com ele ponto por ponto. Menos dedicadas ao estudo da Cartografia, as gerações seguintes decidiram que esse dilatado Mapa era inútil e não sem impiedade entregaram-no às inclemências do sol e dos invernos. Nos Desertos do Oeste perduram despedaçadas Ruínas do Mapa habitadas por animais e por mendigos; em todo o país não há outra relíquia das Disciplinas Geográficas. (Borges, 1982, p. 117)

É inviável alguém guiar-se por um mapa que coincide ponto a ponto com o espaço cartografado. Isto demonstra que a ideia de precisão total não é adequada à cartografia, pois o mapa descrito acima é uma representação real do Império que não se faz útil para a compreensão do todo. Assim, para que o mapa traçado realmente guie uma captação acerca do território retratado, é preciso que ele também se diferencie do real, de modo a representá-lo de forma palpável ao indivíduo que o observa.

Assim, em seguida serão descritas as pistas que serviram de guia de viagem (Moraes, 2014; Rolnik, 2011) para esta pesquisa, detalhando estratégias e procedimentos realizados durante a produção e análise dos dados, que contribuíram para que a cartografia traçada realmente guie aqueles que seguem o caminho deste texto. Como afirma Moraes (2014, p. 132), “a pesquisa, mais do que representar o mundo, é uma ação de produzi-lo”. Em seguida descrevemos, então, como nos orientamos para problematizar e movimentar as fronteiras encontradas no território.

2.2 Escolhas e passos dados no caminho de pesquisa

Em uma pesquisa precisamos ter clareza em relação ao que deve ser destacado e o que não contribui significativamente para a compreensão da temática e alcance dos objetivos

traçados. Estas questões também atravessam o caminho do estudioso que se utiliza da cartografia:

Para se mostrar disponível às coisas que se apresentam no caminho (e não são poucas as coisas que nos entornam) é comum (e esperado) que o pesquisador-cartógrafo se veja constantemente exposto a dilemas do tipo: será que isto é importante para minha pesquisa? A condição para selecionar o que fará parte de sua pesquisa é a força do encontro gerado. Antes de se perguntar se determinada coisa é ou não importante, o cartógrafo procurará pensar se houve ou não encontro com esta coisa. (Costa, 2014, p. 73)

Desta forma iniciamos esta pesquisa atentos à força gerada nos diversos encontros possibilitados por ela. Percebemos, então que as redes sociais mediadas pela internet nos possibilitam encontros privilegiados com discursos da população em geral, diferentemente de outros territórios mais habitados por falas de profissionais da saúde e outras pessoas envolvidas com a temática do suicídio devido a seu ambiente de trabalho, como educadores. Desta forma, pelas características do próprio Facebook, este foi percebido como um espaço favorável à realização da pesquisa, uma vez que o mesmo é frequentemente utilizado tanto para informação como para emissão de opiniões.

Seguindo as pistas sobre o método cartográfico reunidas por Passos, Kastrup e Escócia (2015), fomos traçando o caminho a ser percorrido na pesquisa à medida que habitávamos o território escolhido, mediado pela tecnologia. A cartografia foi utilizada aqui como uma forma de proceder no que se refere à produção do conhecimento (Regis & Fonseca, 2012). Como afirma Kastrup (2008), “o método cartográfico não equivale a um conjunto de regras prontas para serem aplicadas, mas exige uma construção *ad hoc*, que requer a habitação do território investigado e a implicação do pesquisador no trabalho de campo” (p. 467).

O território aqui explorado favorece interações através da mediação pela internet. Não consideramos que discursos com vieses científicos sejam mais importantes para esta pesquisa do que àqueles provindos de outros atores sociais, mas reconhecemos que as falas que encontramos podem ser atravessadas por diferentes linhas, inclusive a ciência, mas também a religião, a mídia, saberes populares, e outras. Valorizamos as opiniões dos sujeitos que habitam a rede social, não independente disto, mas considerando o que os atravessa, pois este é o exercício cartográfico. Reconhecemos a importância deste discurso para o que nos propusemos a fazer.

A este respeito, Costa (2014) ressalta que não há uma concepção a priori sobre uma importância social do que está na pesquisa, mas sim relaciona-se ao encontro com o pesquisador, principalmente considerando que esta metodologia não tem a pretensão de obter uma neutralidade positivista. A função do cartógrafo é apenas de dar, fazer e ser passagem (Costa, 2014; Rolnik, 2011). Assim, procuramos ser e dar acesso aos discursos encontrados em relação às questões que envolvem a temática do suicídio.

Isto não significa que Cartografia exija passividade, e sim habitar o território sem metas pré-estabelecidas, construindo o caminho de pesquisa à medida que se acompanha o processo. Há diferentes formas de se pesquisar, e esta é a assumida aqui, em que “mais importante que o evento em geral, é a singularidade deste ou daquele evento. Ao invés de controlá-los, os aprendizes-cartógrafos agenciam-se a eles, incluindo-se em sua paisagem, acompanhando os seus ritmos”, assumindo que para fazer cartografia é preciso mais do que aprender regras (Alvarez & Passos, 2015, p. 143).

Para fazer isso, compreendemos, como Kastrup (2015), que não há um caminho definido para se realizar a cartografia, pois cada caso é construído de forma particular. Desta maneira, para a realização desta pesquisa passos novos foram dados para compreender o tema estudado, mantendo, como defendido pela autora, uma atenção não focalizada e aberta. Kastrup (2015)

se refere a quatro modos de atenção que colaboram com o trabalho do cartógrafo: “o rastreo, o toque, o pouso e o reconhecimento atento” (p. 40), e estes foram muito importantes no nosso guia de viagem.

No primeiro momento desta pesquisa, mantivemos nossa atenção aberta a diferentes territórios em que discursos sobre suicídio eram com frequência encontrados. Foram eles: matérias em *sites* e jornais/revistas, redes sociais mediadas pela tecnologia, eventos de prevenção no mês de setembro, rodas de conversa científicas ou leigas sobre o tema, encontros de profissionais com propostas políticas de cuidado e prevenção. Utilizando os modos de atenção, percebemos então o Facebook como um território propício à pesquisa.

O cartógrafo, em seu trabalho, primeiro varre o campo (rastreo), como se possuísse um alvo que não fica parado (Kastrup, 2015). Esta etapa foi realizada tal qual descrita anteriormente, até a escolha do território de pesquisa. Kastrup (2015) esclarece que na cartografia não se sabe previamente de onde surgirá a meta a ser percorrida, de modo que localizar pistas sobre o processo é mais importante, acompanhando as mudanças que se dão ao longo deste. É uma atenção que se dá “pelo problema e no problema. [...] O objetivo é atingir uma atenção movente, imediata e rente ao objeto-processo” (Kastrup, 2015, p. 40-41).

Uma vez tendo sido selecionado o território, passamos a habitá-lo com maior afincamento e frequência, atentos a seus movimentos e ao que o atravessa. A cartografia exige que se compartilhe um território existencial, de modo que aí se tem uma aprendizagem por parte do cartógrafo. É importante o engajamento no território ao se pesquisar não sobre, mas com algo ou alguém: “pôr-se ao lado, o ethos da pesquisa” (Alvarez & Passos, 2015, p. 141).

“Varremos o campo” (Kastrup, 2015), então, atentos aos discursos sobre suicídio. Percebemos que era preciso realizar uma busca ativa para ter acesso com maior eficiência e agilidade aos que se pretendia e cumprir com os objetivos da pesquisa. Desta forma, realizamos uma investigação preliminar utilizando a barra de pesquisa com a palavra “suicídio”.

A rede social mostra resultados em oito categorias diferentes, que podem ser acessadas pelo usuário: “Páginas”, “Atalhos”, “Publicações públicas”, “Publicações de amigos”, “Fotos”, “Vídeos”, “Grupos”, “Artigos”. Exploramos as diferentes opções com a atenção não focalizada do cartógrafo até que ela fosse apreendida por algum resultado específico, dando vazio ao toque. O toque refere-se à capacidade da atenção do cartógrafo de ser apreendida por algo. Ele inicia a seleção, surgindo da percepção de algo diferente do que foi percebido até o momento. Começa então uma reorientação da atenção no sentido em que esta foi tocada (Kastrup, 2015).

Inicialmente, nossa atenção foi apreendida pelas páginas e grupos que apareciam sobre a temática do suicídio, havendo o pouso. Este que se refere a uma parada no movimento processual da atenção, focalizando algo. É quando se permite concentrar em um objeto em particular (Kastrup, 2015).

Após este movimento, no entanto, percebemos que páginas e grupos não colaborariam de forma significativa com a pesquisa, pois alguns são fechados e necessitam de autorização para que você tenha acesso ao material. Para além disto, percebemos que poucos eram aqueles que se manifestavam nestes espaços do território, sendo o discurso encontrado frequentemente do criador da página e/ou grupo, havendo poucos comentários do público em geral.

Para compor o território, é necessário que o cartógrafo, como um aprendiz, seja receptivo ao campo e, então, o habite, permitindo engajar-se nele: “estar ao lado sem medo de perder tempo, se permitindo encontrar o que não se procurava ou mesmo ser encontrado pelo acontecimento” (Alvarez & Passos, 2015, p. 137). Este pesquisador não tem medo do movimento e leva consigo uma sensibilidade que deve prevalecer em seu trabalho (Rolnik, 2011).

Retornamos, então, a varrer o campo, engajando-nos no território, sabendo que este tempo de voo era importante e necessário. Nossa atenção foi, então, tocada pelas “publicações públicas”. Nos permitimos, mais uma vez, pousar, nos concentrando nos discursos aí

encontrados. Percebemos a diversidade e o quão interessante estes eram, permitindo o acesso à fala de diferentes indivíduos, independente de faixa etária, identidade de gênero, classe social e grupo étnico-cultural.

Realizamos, então, o reconhecimento atento. Este se refere à habilidade do cartógrafo de procurar ver o que está ocorrendo quando algo atrai sua atenção e a faz pousar. Durante este reconhecimento, o pesquisador é reconduzido ao objeto em que se focou, procurando identificar melhor sobre o que se trata (Kastrup, 2015). Neste movimento, percebemos que mais interessante do que as publicações em si, os comentários existentes em relação às mesmas eram a expressão de discursos variados sobre a temática. A ferramenta nos possibilitava o acesso ao material dentro dos critérios éticos, uma vez que as falas eram públicas.

Uma vez realizada a pesquisa pela palavra “suicídio” variadas publicações de páginas diferentes apareciam, sem se fazer necessário que o perfil do sujeito que realiza a pesquisa esteja conectado de alguma forma a quem fez a publicação. Elencamos, então, alguns critérios para selecionar as publicações que poderiam ter seus comentários analisados, de acordo com as escolhas metodológicas realizadas.

Como critérios de exclusão, dispensamos páginas de figuras e instituições religiosas, como igrejas e pastores, porque estas provavelmente são acompanhadas por um público específico. Desta forma, pensamos ser possível ter acesso a discursos menos enviesados à priori a esta perspectiva. Também descartamos publicações realizadas nos anos de 2016 e precedentes, pois este estudo tem enfoque no período de 2017 a 2018. Além disto, excluimos postagens que houvessem obtido, até a data da pesquisa, menos de cem comentários, por visarmos ter acesso àquilo a que os habitantes da rede social mais pousaram sua atenção, e a variados discursos.

Assim que é realizada a pesquisa com o descritor escolhido, é possível ver as publicações e o número de reações, comentários e compartilhamentos recebidos (Figura 2).

Desta forma é fácil visualizar o alcance da postagem na rede e se ela atende aos critérios de pesquisa. Para selecionar o que deveria ser analisado, utilizamos uma ferramenta do Facebook para eleger quais comentários analisaríamos. Há três opções: “novos”, em que aparecem no topo aqueles mais atuais e com respostas novas; “todos os comentários”, em que são mostrados os comentários em sua totalidade, inclusive em outras línguas e que parecem *spam*¹; e “mais relevantes”, opção selecionada durante toda a pesquisa (Figura 2):



Figura 2: Trecho de publicação analisada, demonstrando o número de comentários, reações e compartilhamentos e a aba “mais relevantes” selecionada

Segundo a alternativa escolhida, os comentários selecionados pela rede para aparecerem no topo da visualização são, dentre outros, de amigos e de pessoas cujos discursos foram mais visualizados por outros usuários, que geraram mais reações e respostas. Durante esta pesquisa nenhum comentário de um perfil de alguém conhecido ou com qualquer relação com a pesquisadora (amigo, nos termos da rede social) surgiu para análise, aparecendo no topo aqueles com mais reações, respostas e visualizações.

¹ O termo Spam se refere ao envio de mensagens eletrônicas automáticas a um grande número de pessoas.

As reações no Facebook podem ser de seis tipos: “curtir”, “amei”, “haha” (referência a algo engraçado), “Uau” (que se refere a algo que impressionou o usuário e é às vezes utilizado com ironia), “triste” e “Grr” (alusão à raiva). Os comentários com muitas reações apareciam no topo, independente destas serem positivas ou negativas.

Os modos de atenção do cartógrafo sugeridos por Kastrup (2015) foram também utilizados na leitura e análise dos comentários. Apesar da rede social selecionar aqueles que considera “mais relevantes”, é possível visualizar outras postagens, abrindo conversas com várias respostas ou simplesmente acessando comentários que não obtiveram até aquele momento muitas reações, através da ferramenta “mais comentários”.

Utilizamos, então, “o rastreio, o toque, o pouso e o reconhecimento atento” (Kastrup, 2015, p. 40) para perceber quando era interessante abrir mais comentários e acompanhar conversas, ainda que elas não tivessem sido muito visualizados por outros usuários. Muitas vezes isso pode se dever até mesmo pelo tempo de publicação de uma postagem ou comentário, que poderiam ser muito recentes no momento da pesquisa.

Apesar do território de pesquisa ter sido habitado anteriormente, utilizamos as ferramentas da rede para a produção dos dados do dia 30 de abril a 19 de maio de 2018. Sete dispositivos nos fizeram “ver e falar” (Deleuze, 1988) sobre os atravessamentos da temática suicídio hoje: as publicações na rede social cujos comentários foram analisados. Kastrup (2008) esclarece que a cartografia necessita de um dispositivo para operar.

Kastrup e Barros (2015) abordam o caráter processual do método, esclarecendo que para acompanhar a produção de subjetividades são exigidos procedimentos concretos para funcionar, os dispositivos. Estes são práticas e modos de funcionamento que levam a consequências. Para as autoras:

O dispositivo alia-se aos processos de criação e o trabalho do pesquisador, do cartógrafo, se dá no desembaraçamento das linhas que o compõem [...]. Trabalhar com dispositivos

implica-nos, portanto, com um processo de acompanhamento de seus efeitos, não bastando apenas pô-lo a funcionar. (Kastrup, V. & Barros, R. B., 2015, p. 79)

A cartografia em si tem, inclusive, a habilidade de criar dispositivos próprios. Para Kastrup (2008), na pesquisa de campo existem três funções para o dispositivo: a de referência, através de um funcionamento mais ou menos regular, onde se percebem repetições e variantes; a de apontar quais linhas circundam no território; e a de produzir e transformar a realidade, possibilitando mudanças nas conexões entre os diferentes vetores.

Escóssia e Tedesco (2015) afirmam que este método de pesquisa preocupa-se com o constante processo de produção dos objetos, não se ocupando apenas com a descrição ou classificação dos mesmos. Assim, falam acerca do coletivo de forças, que é imprescindível acessar para ampliar o olhar do cartógrafo e poder, desta forma, alcançar a processualidade dos acontecimentos e objetos de pesquisa. Ressaltam também que sujeito e objeto são inseparáveis na cartografia.

Desta forma, acompanhamos os dispositivos através dos comentários existentes, numa tentativa de desenrolar as linhas que os compõem. Os dispositivos-publicações eram sete, podendo ser assim descritos:

- 1) Uma publicação da página do jornal O Globo com o endereço eletrônico de uma reportagem sobre o suicídio de dois alunos de um mesmo colégio particular em São Paulo. A publicação continha a manchete da reportagem e uma foto da fachada do colégio. Ela foi publicada no dia 24 de abril de 2018 e continha no momento da pesquisa 3,3 mil reações, 182 comentários e 284 compartilhamentos;
- 2) Uma postagem do perfil do *site* TecMundo com o *link*² para uma matéria que fala sobre a criação de uma máquina para realização de eutanásia. A publicação possui

² Endereço eletrônico que direciona o usuário para uma outra página da internet.

a seguinte manchete: “Polêmica: máquina do suicídio é real e promete mais tecnologia à eutanásia”; além de uma imagem de pessoas carregando um caixão. O *post* foi feito em 23 de abril de 2018 e no momento da pesquisa contava com 2,2 mil reações, 422 comentários e 330 compartilhamentos;

- 3) Uma publicação do perfil do portal de notícias G1 com o *link* para a reportagem sobre a morte do *DJ* sueco Avicii, afirmando logo na manchete se tratar de suicídio. A publicação contém uma foto do artista e data do dia primeiro de maio de 2018. Continha no momento da pesquisa 29 mil reações, 1,3 mil comentários e havia sido compartilhada 1,9 mil vezes;
- 4) Uma publicação do perfil da revista Superinteressante de 30 de maio de 2017 com o endereço eletrônico para a seguinte reportagem: “Por que o suicídio não para de crescer no Brasil?”, afirmando ainda que a taxa de mortes por tal causa cresceu 60% desde os anos 1980. Este *post* continha, no momento da pesquisa, 2,8 mil reações, 385 comentários e um mil compartilhamentos;
- 5) Uma postagem do perfil Quebrando o Tabu, com um endereço eletrônico para a reportagem do *site* da revista Veja, da editora Abril, sobre o segundo suicídio no colégio particular de São Paulo, também anunciado no primeiro dispositivo-publicação descrito anteriormente. A publicação data do dia 25 de abril de 2018 e no momento da pesquisa 14 mil usuários da rede já haviam reagido a ela, haviam 1059 comentários e foi compartilhada 3,3 mil vezes;
- 6) O sexto dispositivo analisado era uma publicação datada do dia 26 de abril, porém do ano de 2017, do perfil BBC Brasil com o endereço eletrônico para a reportagem da revista: “Suicídio: como falar sobre o ato sem promovê-lo”. Ela já havia provocado 745 reações, 125 comentários e 193 compartilhamentos no momento da pesquisa;

- 7) Uma postagem do perfil Quebrando o Tabu do dia 18 de maio de 2018, com imagens sobre a notícia do suicídio de uma adolescente que sofria bullying e prints³ dos comentários agressivos deixados na rede social do sujeito que anunciou a morte. Apesar de ter sido publicada há apenas 18 horas no momento da pesquisa, já haviam 2,1 mil comentários, 32 mil reações e 10 mil compartilhamentos.

Em três destes dispositivos foi possível analisar todos os comentários selecionados pela ferramenta “mais relevantes”, o que era percebido por uma mensagem ao fim da publicação (Figura 3). Outras quatro publicações não puderam ser analisadas por completo, pela grande quantidade de comentários associados a elas no momento da pesquisa. Os modos de atenção do cartógrafo elencados por Kastrup (2015) foram, então, novamente utilizados para saber quando pousar a atenção e selecionar a aba “mais comentários”, continuando a pesquisa, e quando parar.

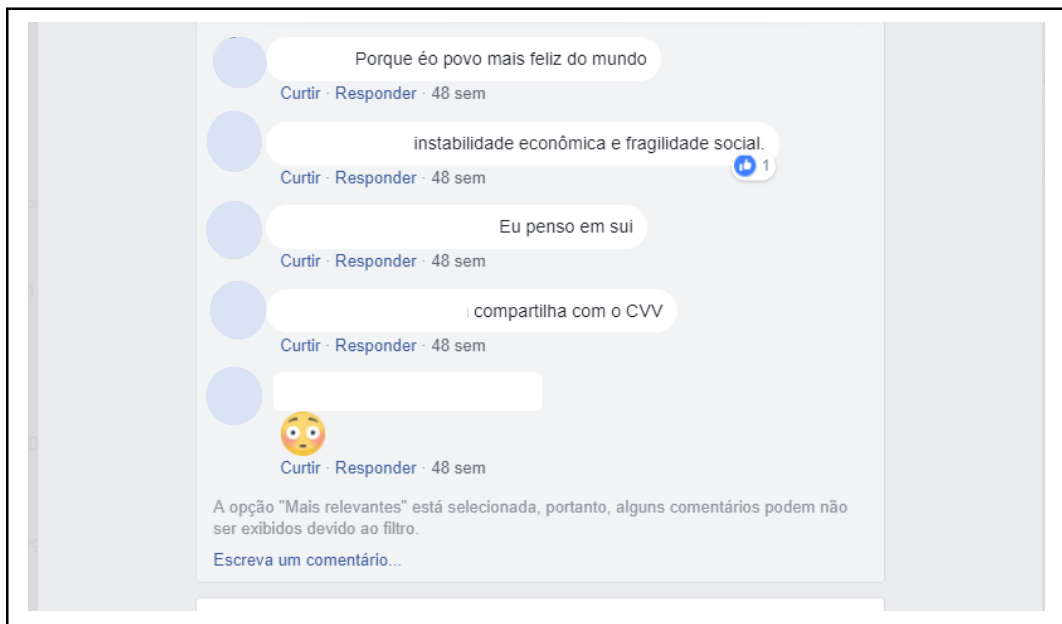


Figura 3: Mensagem que surge ao final da publicação após todos os comentários “mais relevantes” serem mostrados

³ Um print é uma imagem da página do computador tal qual ela está no momento.

Outro critério utilizado foi perceber quando os comentários que surgiam já não provocavam reações ou respostas. Além disto, em alguns momentos foi preciso realmente se retirar temporariamente do território e até mesmo encerrar a produção de dados, pois algumas opiniões expressas causavam incômodo e mal estar.

O uso da cartografia leva à necessidade de dissolver o ponto de vista do observador, sem que isto o faça desconsiderar a própria observação. A questão é que o cartógrafo não pode se prender a determinado olhar. Deve, ao contrário, permitir-se experiências, acompanhando o que emerge daí. Não considerar a realidade como algo dado, mas admitir que interage e é interdependente deste mesmo mundo onde emerge e está o objeto de pesquisa (Passos & Eirado, 2015).

Explicitamos que cada um dos setes dispositivos foi acessado uma única vez. O caráter processual da pesquisa cartográfica revela uma história que é também movimento, atravessa o presente e ajuda a modificar o futuro a cada momento que se passa. Como dito anteriormente, quando iniciado o projeto do pesquisador, os processos já estão se desenvolvendo (Barros, L. P. & Kastrup, V. 2015) e o território não para quando o pesquisador se retira.

Assim, rastreamos o campo, sempre permitindo ter a atenção captada e reconduzida a algo. Publicações sobre suicídio continuam surgindo na internet enquanto este trabalho é produzido, da mesma forma como ainda geram reações e discursos. Deste modo, se formos acessar hoje as mesmas publicações analisadas neste estudo, é possível que haja novos comentários e reações.

Por esta razão, para a realização da pesquisa, utilizamo-nos de imagens da tela do computador (print) no momento em que os comentários eram lidos e, algumas vezes, optamos por salvar a página da internet como um P.D.F. (Portable Document Format), totalizando 364 arquivos ao final da etapa, quando consideramos pertinente nos retirar do território. Neste trabalho há, então, muitas imagens retiradas do Facebook durante a pesquisa, tendo sido as fotos

e nomes de usuário apagados dos comentários com tarjas brancas e azuis em prol de resguardar a identidade dos sujeitos da pesquisa, ainda que as opiniões sejam de acesso público.

Posteriormente, todos os arquivos, em print e P.D.F., foram novamente lidos e estudados para a construção dos analisadores. Analisador é um “conceito-ferramenta” tecido por Guattari no decorrer de diversos anos. É definido como “aquele ou aquilo que provoca análise, quebra, separação, explicitação dos elementos de dada realidade institucional” (Rossi & Passos, 2014, p. 173). Nesta pesquisa, foi possível perceber alguns discursos que convergem nos diferentes dispositivos e, assim, tais analisadores provocaram a análise da realidade habitada.

Romagnoli (2014) esclarece que um analisador é aquilo que de forma enfática demonstra as contradições presentes nas instituições e no sistema social como um todo. Eles são, então, marca das incoerências e conflitos em um campo de força, deixando claro o quanto as organizações tanto reproduzem o que já se esperava, como conseguem criar, produzindo o que não se pensava, aquilo que vem a chamar de instituinte. Nesta cartografia conseguimos observar exatamente isto, de modo que alguns discursos trouxeram mitos sobre o suicídio, o que já esperávamos, e outros, no entanto, mostraram a potencialidade de criação do território, inclusive ao ser resistência.

A cartografia sempre se faz de um “coletivo de forças”, independentemente de ser realizada a partir de sujeitos ou grupos, pois “há uma dimensão coletiva da subjetividade” (Kastrup, 2008, p. 470). Quando cartografamos um território, procuramos signos, pois os limites existentes não são espaciais e sim semióticos. São os signos que possibilitam identificar as forças circundantes onde se está habitando, bem como sua importância e intensidades. A violência, religião, família, são exemplos variados de sistemas de signos, que se cruzam e contribuem para que possamos compreender como o território se configura (Kastrup, 2008), e estes também se mostraram presentes no território cartografado nesta pesquisa.

Alguns discursos que se sobressaíram no coletivo de forças na pesquisa foram a competição existente hoje e a pressão exercida por diferentes instituições (escola, família...) para seguir padrões e ser sempre o melhor; bem como o preconceito a quem foge de tais moldes, ambos causadores de sofrimento e relacionados ao suicídio. Além disto, percebeu-se nos comentários uma tendência a considerar a atual geração jovem como fraca e com baixa tolerância à frustração, o que frequentemente foi associado a pais considerados superprotetores. Os muitos comentários nos mostraram que aqueles que habitam o território falam de modo aberto sobre o tema, se expressando livremente.

Também foi possível apreender que é comum relacionar casos de suicídio a transtornos mentais, especialmente à depressão; e como discursos religiosos são facilmente associados à temática, seja como uma crítica à morte autoprovocada ou como fator protetivo à saúde mental. Além disto, observou-se que as pessoas também utilizam a rede social mediada pela tecnologia para lamentar as mortes por suicídio e até mesmo, em alguns momentos, oferecer apoio a outros usuários que demonstrem sofrimento. Ainda foi percebido que comumente se refere ao suicídio como uma fraqueza ou covardia e em outros momentos ele é notadamente considerado um direito.

Diante dos muitos dados produzidos, serviram como analisadores na construção desta pesquisa: **“O silêncio cria oportunidades”**: o suicídio como um desafio ao tabu da morte; **“Seleção natural”**: o suicídio como doença, fraqueza e covardia; **“Todo mundo tem o direito de tirar a própria vida”**: o suicídio como uma reivindicação de cidadania; **“Nem todo mundo pode ser o melhor”**: o suicídio como resultado de pressões sociais; **“Não há suicídio... na verdade a sociedade comete homicídio”**: o suicídio como uma reação ao preconceito.

Esses analisadores apontam o que, segundo os discursos analisados, seria o suicídio e o que o ocasiona. Frisamos que os analisadores são construídos com falas dos usuários do

Facebook, por isto estão entre aspas. As opiniões refletidas por estas sentenças são destes sujeitos, e não das pesquisadoras envolvidas neste trabalho. Deste modo, exploramos as diferentes perspectivas emergidas no território sobre a violência auto infligida: como uma doença, um ato de fraqueza e covardia e a morte como um direito. Além disto, pensamos também as pressões sociais e preconceitos, pois os dispositivos de pesquisa nos permitiram ver que estes são associados aos casos de suicídio e ao aumento do mesmo na sociedade contemporânea. Com tais analisadores buscamos traçar o “campo problemático” habitado pelas subjetividades em questão (Kastrup, 2008).

Além disto, outros analisadores nos possibilitaram perceber os movimentos de resistência existentes no território. Assim, como movimentos de fuga analisamos também **“Se precisar conversar...”: Lamentos, ajuda e redes de suporte se formando**, que nos permite acompanhar o movimento feito pelos usuários das redes sociais mediadas pela tecnologia ao oferecer apoio uns aos outros, inclusive como enfrentamento dos transtornos mentais, pressões sociais e preconceitos abordados acima. Além disto, temos como analisador o processo insurgente de se criar formas de combater a manifestação de discriminação na internet, diferentes das já instituídas, nomeado como **“Sair desse comportamento demagógico e buscar fazer algo útil”: A formação de redes de trabalho**.

Passos e Eirado (2015) colocam a cartografia como adequada para a pesquisa em ciências humanas e sociais. Ela é descrita como uma abordagem metodológica que deve estar conectada com conceitos que ajudam a compor “um plano de pesquisa: de transversalidade, de implicação e de dissolução do ponto de vista do observador” (p. 109). Isto não significa que este seja um método subjetivo, e sim que o pesquisador não deve se ater a posições pessoais, como conhecimento prévio e interesses particulares. São as forças do campo que devem orientar a pesquisa, e não as expectativas do cartógrafo (Kastrup, 2008). Também por isto fizemos questão de trazer já no título dos analisadores sentenças que representam estas forças.

A transversalidade, por sua vez, refere-se a uma direção assumida pela pesquisa, em que diferentes pontos de vista podem ser tocados, sem tomar nenhum como principal ou verídico (Passos & Eirado, 2015). Assim, tocamos na pesquisa as diferentes perspectivas sobre o suicídio e as causas apontadas pelas subjetividades no território sem a pretensão de confirmá-las ou infirmá-las, mas visando tensionar tais questões. O cartógrafo quer participar da construção da realidade, de modo que para ele a questão não gira em torno do que é ou não verdadeiro, nem tampouco do que é teórico ou empírico, e sim de fazer parte da construção do território existencial. (Rolnik, 2011)

Ainda há a questão da implicação na pesquisa, que desafia a neutralidade almejada pela ciência, incentivando uma postura crítica em relação à distância sujeito-objeto. A recusa ao objetivismo não significa, porém, que o pesquisador inclua no estudo suas crenças e interesses (Passos & Eirado, 2015), de modo que podemos realizar um trabalho implicado sem julgar as percepções dos usuários que surgem nos dados. Logo, abordamos a temática do suicídio de modo transversal e implicado, sem a afirmação de juízos pessoais.

A escrita deste trabalho está também atravessada pela perspectiva metodológica adotada. Até mesmo as escolhas narrativas ao se fazer cartografia são decisões políticas. A narrativa cartográfica pode ser de forma extensiva, que faz uso da redundância, ou intensiva, a qual usa a desmontagem como procedimento. Estas duas formas de narrar implicam diferentes políticas (Passos & Barros, 2015).

A escrita do estudo promove a sua reinvenção e não deve ser encarada como algo póstumo ao processo de construção, mas sim de modo que narrativa e pesquisa sejam um condição do outro. Ela não pode ser encarada como “mera expressão do processo de pesquisar, mas o seu fundamento e condição para sua reinvenção, bem como do próprio pesquisador” (Zanella, 2012, p. 89). Ao escrever, transformam-se os pensamentos, e logo a própria subjetividade em construção que escreve.

A cartografia não se presta a simplificar o mundo, mas sim ousa complexificá-lo. Não se trata de um encontro com a verdade, mas sim de “afirmar *uma* verdade no encontro com o mundo” (Costa, Angeli & Fonseca, 2012, p. 45). É importante, então, que a narrativa seja capaz de expressar os processos que a pesquisa acompanha, seguindo as mudanças que ocorrem, pois as alterações no método em relação a outros tipos de pesquisa devem ser acompanhadas por diferenças também nas práticas narrativas (Passos & Barros, 2015).

É com esta tarefa que, nos próximos capítulos, exploramos os analisadores citados anteriormente que se sobressaíram no território habitado. Tentamos fazer da nossa escrita também um guia de viagem (Moraes, 2014; Rolnik, 2011), na busca de orientar você leitor em um caminho que fomos construindo até chegarmos aqui. Esperamos que esta narrativa colabore com a visão da rede formada pelas linhas que tentamos (des)enrolar na busca de (des)construir percepções tanto sobre o suicídio, como sobre a mediação de relações pela tecnologia.

3. “Alerta de textão”: suicídio – conceitos, dados e fatores envolvidos

Estátuas e cofres e paredes pintadas
 Ninguém sabe o que aconteceu
 Ela se jogou da janela do quinto andar
 Nada é fácil de entender.
 (Pais e Filhos, Legião Urbana)

A célebre música da banda Legião Urbana, Pais e Filhos, é normalmente lembrada pelo seu refrão que propaga a mensagem “É preciso amar as pessoas como se não houvesse amanhã”. Muitas vezes não se percebe que na realidade esta não é uma composição que retrata um romance entre um casal, e sim triste, descrevendo logo na primeira estrofe o suicídio de alguém que se jogou de um prédio. Ainda hoje as pessoas se questionam muito em casos de morte autoprovocada. Em geral, como dito pelo artista, em casos de suicídio tudo é mesmo difícil de entender. E, veja bem, esta não é uma tentativa recente.

Este capítulo se inicia demonstrando a coerência da afirmação acima, explorando os registros em relação a uma história da violência autoprovocada, bem como com uma tentativa de compreender melhor a que nos referimos ao falar em suicídio, através de conceitos de diferentes autores e entidades. O texto traz em seu título um aviso que se popularizou na linguagem da internet: “alerta de textão”.

No universo de redes sociais mediadas pela tecnologia, muitos se habituaram a ler apenas 140 caracteres, limite de escrita permitido pelo Twitter. Iniciou-se então a prática de noticiar uma leitura maior e aprofundada sobre discussões sérias, como um pedido de perdão. Na vivência de uma “Modernidade Líquida” (Bauman, 2001) o que é leve ganha, também, o status de inconstante, móvel, e o tempo passa a ser instantâneo, não só se referindo à efetivação imediata, mas também a uma rápida fuga do interesse. Existem somente momentos agora.

Desta forma, é preciso avisar quando se necessita mais tempo. A modernidade tal qual descrita por Bauman associa-se a uma “vida líquida”, também conceituada pelo autor. Para ele, esta é o modo de viver em uma sociedade “líquido-moderna”. Bauman (2007) afirma que “A liquidez da vida e a da sociedade se alimentam e se revigoram mutuamente” (p. 7). Neste tipo de vivência a incerteza é companheira fiel do sujeito, pois tudo muda rapidamente, sendo as ligações também frouxas e os compromissos facilmente se encerram.

É preciso então, nesta sociedade, avisar, em tom de desculpas, quando o texto é longo e precisará de mais tempo e atenção para ser lido, levando ao risco de proporcionar ligações profundas e reflexões importantes no leitor, suscitadas por aquele que escreve suas opiniões e experiências. Isto nos faz refletir e pensar que em um mundo “fluido”, em que não há tempo para ler textos com mais de 140 caracteres, e que as conexões estabelecidas são fracas, parece ser difícil obter atenção de outros por período suficiente para emitir um pedido de ajuda. Ou para que este seja ouvido.

O mundo, segundo Bauman (2007), só reserva tempo para o que pode ser consumido de forma fugidia, breve, pois é a agilidade que importa. Os sujeitos que tentam e pensam em se matar, no entanto, precisam de uma atenção que dure mais que um momento e, de forma semelhante, o assunto em si aqui abordado necessita ser tocado com cuidado e pelo tempo que for necessário para que compreendamos sua relevância. O que precisamos falar aqui sobre suicídio extrapola o limite de caracteres toleráveis na contemporaneidade e exige foco e zelo em sua leitura, por isso o “alerta de textão”.

Há muito o que se explanar acerca da temática, não somente por tal fenômeno ser complexo, mas ainda por não ser recente. Segundo Minayo (1998), há registros de sujeitos atentarem contra a própria vida desde a alta antiguidade e a violência auto dirigida é algo que existe desde a emergência da consciência, acompanhando a história da humanidade, e apresentando-se como um fenômeno universal. Botega (2015) descreve diferentes percepções

e motivações para o suicídio desde sua existência entre povos primitivos e tribais, passando por sua compreensão na Antiguidade Greco-Romana, na Idade Média até chegar aos tempos modernos, ressaltando como as sociedades lidaram com esta morte ao longo dos séculos.

Inicialmente, o debate sobre a temática era centrado nas discussões da criminologia, religiões e filosofia, com um foco no indivíduo (Botega, 2015). Na França do século XIX e XX, por exemplo, o suicídio era de tal forma criminalizado que aquele que praticava tal ato era arrastado pelas ruas amarrado apenas pelos pés, tinha o corpo queimado e posteriormente jogado no lixo em via pública (Venco & Barreto, 2014). Durkheim inaugurou a problematização do tema nas ciências sociais com os estudos de 1897 e sua obra clássica “O suicídio”.

Foi este livro que possibilitou o deslocamento das discussões para se pensar o tema a partir da sociedade e de questões não mais morais, e sim levando em consideração os problemas sociais (Botega, 2015; Minayo, 1998). Na citada obra, Durkheim (2000, p. 14) define suicídio como “toda morte que resulta direta ou indiretamente de um ato, positivo ou negativo, realizado pela própria vítima e que ela sabia que produziria esse resultado. A tentativa é o ato assim definido mas interrompido antes que dele resulte a morte”.

O autor constrói uma narrativa que nos ajuda a compreender sua percepção de que a taxa de suicídios sempre muda de forma abrupta e completamente quando o meio social também se altera rapidamente, o que mostra que devemos atentar para tais questões, transformando a morte autoprovocada em um fato social (Durkheim, 2000). A partir daí, acompanhando o ritmo de mudanças ocorridas nos séculos XIX e XX, foi possível perceber a descriminalização do suicídio.

O século XXI trouxe consigo novos significados para este tipo de morte e a biologia passou a contribuir com o conhecimento sobre o ser humano (Venco & Barreto, 2014). Também cresceram os estudos científicos sobre o tema em outras áreas, como as ciências humanas,

neurociência e estatística, o que propiciou a apropriação da questão por um viés científico. Assim, o ato que antes era julgado moralmente e sujeito a penalidades legais e religiosas passou a ser compreendido como algo a ser pensado pela ciência (Botega, 2015).

Desde então, instituições de saúde pública começaram a se apropriar da questão. Inicialmente pensada por grupos filantrópicos e religiosos. O suicídio começou a ser definido e ponderado por diferentes órgãos e hoje é considerado como um problema de saúde pública, sendo alvo de atenção de instituições internacionais, de governos e não governamentais, como o Centro de Valorização da Vida (CVV), no Brasil, e de grupos religiosos. Ainda assim, apenas em 2006 o país definiu as Diretrizes Nacionais para Prevenção do Suicídio, através da Portaria nº 1.876 de 14 de agosto. No documento, o Ministério da Saúde reconhece o problema como uma questão grave de saúde pública, reiterando que afeta a sociedade de forma geral e afirmando que é possível a sua prevenção (Brasil, 2006).

A Organização Mundial de Saúde (1969, citado em Botega, 2015), por sua vez, se apropriou do tema ainda na década de 1960, e definiu o comportamento suicida como o ato que o sujeito realiza e causa lesão a ele mesmo. A instituição não condiciona o conceito ao grau de letalidade ou ao motivo por detrás desta ação, compreendendo tal comportamento como um *continuum* que envolve pensamentos, ameaças, gestos, tentativas e culmina com o a morte por suicídio. Para Botega (2015), é importante tal distinção, para que não se valorize exageradamente a intenção e o quão consciente o sujeito está do ato.

Hoje, a OMS (2014) considera que não há uma única explicação para mortes por suicídio e reconhece que diferentes fatores podem interagir, levando alguém a comportamentos suicidas. A organização deixa claro que muitos casos poderiam ser prevenidos, inclusive através da restrição a elementos que o sujeito pode recorrer para se matar. Como muitos casos acontecem de forma impulsiva, o fácil acesso a meios, como armas de fogo e pesticidas, podem ser a diferença entre a vida e o óbito de um indivíduo. Algumas medidas restritivas apontadas

são exatamente limitar o acesso da população a estes elementos, bem como a colocação de barreiras em pontes.

A adoção destes ajustes não podem ser feitas ao acaso e devem envolver estudos. É importante realizar um levantamento em relação ao método utilizado com mais frequência pelos diferentes grupos na sociedade, que devem ser acompanhados da colaboração de outros setores (OMS, 2014). O próprio Durkheim (2000), em seus estudos publicados em 1897, ao abordar os fatores que chamou de extra sociais, já apresentava exemplos em que ao remover o acesso da população a determinados locais onde haviam muitos casos de suicídio, como um corredor específico em que houveram quinze mortes, o problema era, pelo menos em parte, resolvido. Apesar deste tipo de medida poder precaver um número considerável de mortes, a prevenção ao suicídio se apresenta como algo mais amplo e que ainda não é uma prioridade de muitos governos (OMS, 2014).

A OMS (2013) esclarece ainda que a crise financeira global ocorrida no início da segunda década do século XXI é um exemplo de como fatores macroeconômicos podem levar a cortes nos fundos enquanto há uma crescente necessidade de serviços de saúde mental e sociais, devido aos altos índices de doenças mentais e suicídio. Para a instituição a crise também gera grupos vulneráveis, como os novos desempregados ao mesmo tempo em que a verba diminui.

No Brasil, o Ministério da Saúde (MS) lançou em setembro de 2017 uma série de materiais em prol da prevenção ao suicídio, o que ressalta a importância da problemática e revela o crescimento da atenção recebida pelo tema recentemente no país. Nos documentos o órgão destaca que a problemática afeta diferentes indivíduos, com diversas origens, classes sociais, idades, identidades de gênero e orientação sexual (Brasil, 2017).

Na Agenda de Ações Estratégicas para a Vigilância e Prevenção do Suicídio e Promoção da Saúde no Brasil, divulgada no mesmo período, o órgão traça o que deve ser avançado neste

campo até 2020. Nela, esclarece que o suicídio é um problema sério de saúde pública que envolve diferentes questões, incluindo as socioculturais, históricas e ambientais, além das psicossociais (Brasil, 2017).

Houve muitos avanços na compreensão deste acontecimento e na contemporaneidade o sujeito que tenta e/ou morre por suicídio deixou de ser considerado amplamente como um pecador e começou a ser entendido como uma vítima. O suicídio passou a ser relacionado a diferentes fatores como afirma Botega (2015), ao se referir ao sujeito com comportamentos suicidas como “vítima de sua fisiologia cerebral, da decepção amorosa, das misérias humanas, das calamidades sociais; vítima de uma organização política e econômica que conduz à perda de sentido e ao desespero, a uma vida desprovida de sentido, a mortes aparentemente sem razão” (p.23).

Apesar destas mudanças, existe uma tradição em criminalizar o ato, que se relaciona com questões culturais, filosóficas e religiosas, destacando a influência do cristianismo nas leis do Estado moderno no Ocidente que colaboraram para este fator. Desta forma, o suicídio continuou sendo tema sensível nas sociedades modernas. Ele tem sido tratado pela história ocidental como uma patologia ou como algo deprimente, uma morte a ser escondida (Barreiro, 2017).

Ambas as perspectivas foram encontradas nesta pesquisa, nas linhas que se entrelaçam nos discursos sobre o tema. Houve usuários que consideraram os sujeitos que se matam vítimas de doenças mentais, ou de sofrimentos que envolvem a sociedade, como as pressões para seguir padrões. Por outro lado, outros sujeitos julgaram o suicídio através de uma lente moral e/ou religiosa, considerando o mesmo uma fraqueza, enquanto outros reivindicam o status de direito à morte autoprovocada.

É possível relacionar a tendência apontada acima de tratar o suicídio como algo a ser disfarçado à forma como toda e qualquer morte é compreendida hoje. Marquetti (2014) analisa

como o suicídio rompe com os limites entre público e privado, bem como com o padrão ocidental de morte, tal qual observamos na pesquisa. Em seguida, exploramos os dados que colocam o suicídio como uma questão de saúde pública, para pensarmos posteriormente como ele interage com a interdição da morte na sociedade contemporânea e como isso repercute nas medidas que precisam ser tomadas.

3.1 Epidemiologia do suicídio

É sabido que um único caso de suicídio é capaz de causar um significativo impacto emocional. Ainda assim, os dados epidemiológicos são importantes, pois demonstram a magnitude e alcance da problemática e possibilitam sensibilizar a sociedade sobre a mesma, levando a tentativas de compreender, formulando hipóteses e orientando a construção de políticas públicas de saúde de qualidade e efetivas para enfrentar a problemática (Botega, 2015).

Segundo a Organização Mundial de Saúde (2014), em 2012 ocorreram cerca de 804.000 suicídios no mundo, o que representa uma taxa anual padronizada por idade de 11,4 mortes por esta causa a cada 100 mil habitantes⁴, 15,0 quando sexo masculino e 8,0 para o feminino. Isto é o mesmo que dizer que a cada 45 segundos alguém tira a própria vida no planeta, um total de mais de duas mil pessoas diariamente (OMS, 2014).

Mundialmente, o suicídio é responsável por 1,4% do total de mortes. Em um ano é referente a 50% das mortes violentas entre homens e 71% entre mulheres. Nos países mais ricos, eles morrem três vezes mais por esta causa que elas, enquanto nas nações de pobres e de renda média essa diferença é de 1,5 pessoas do sexo masculino para cada mulher. Apesar dos números serem maiores em países de população mais rica, são aqueles de baixa ou média renda que ocorrem 75% dos casos de suicídio. O número de mortes por tal causa no mundo é

⁴A taxa de suicídio ou coeficiente de mortalidade por suicídio é equivalente ao número de suicídios para 100 mil habitantes em um ano.

maior que a soma de todas as vidas perdidas por homicídios, acidentes de trânsito, guerras e conflitos civis (OMS, 2014; Värnik, 2012).

De 2002 a 2012, o total de suicídios no Brasil se elevou de 7.726 para 10.321, o que significa um aumento de 33.6%. Este crescimento foi superior ao da população, que se elevou apenas 11,1% no mesmo período. Entre as mortes consideradas violentas, a autoprovocada apresenta maior crescimento decenal, ao comparada com os homicídios (2,1%) e ao óbito em consequência de acidentes de transporte (24,5%) (Waiselfisz, 2014). Em números absolutos, houveram 11.821 suicídios registrados oficialmente no Brasil em 2012, uma média de 32 mortes por dia (OMS, 2014).

Em 2017 o Ministério da Saúde brasileiro divulgou o boletim epidemiológico das tentativas e óbitos por suicídio. Os dados sobre as mortes foram colhidos através do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), de acordo com os casos registrados de 2011 a 2015. No período foram notificados 55.649 suicídios no país, o que leva a uma taxa de 5,5 óbitos para 100 mil habitantes, que variou de 5,3 em 2011 a 5,7 em 2015 (Brasil, 2017).

Os números não negam e alarmam a todos: os índices de suicídio vem crescendo. Botega (2014) esclarece que o Brasil não está entre os países com os maiores coeficientes de suicídios devido a ser populoso, mas encontra-se entre as nações com mais números absolutos de casos, segundo dados da OMS. Waiselfisz (2014) revela que entre 1980 e 2012 as taxas cresceram 62,5% no Brasil, o que se intensificou com a chegada do século XXI, tanto para a população em geral, como para os jovens.

Os índices costumam serem maiores em quase todas as regiões do mundo entre pessoas com 70 anos ou mais, em ambos os sexos (OMS, 2014), faixa etária que no Brasil conta com 8,9 casos para 100 mil habitantes (Brasil, 2017). Isto pede uma atenção especial a esses dois públicos, idosos e jovens, por ter altos índices no primeiro caso e pelo crescente aumento de números no segundo. A OMS (2014) chama atenção também para os jovens por já ser o grupo

mais afetado em alguns países. Mundialmente o suicídio é a segunda maior causa de morte entre pessoas de 15 a 29 anos.

No Brasil, os dados indicam 6,8 óbitos por 100 mil habitantes em decorrência de suicídio na faixa etária de 20 a 29 anos, segundo as características colhidas no período de 2011 a 2015 (Brasil, 2017). Waiselfisz (2014) em seu estudo justifica a baixa atenção dada aos casos de suicídio no país com os números relacionados a outras mortes consideradas violentas. Segundo ele, entre jovens há tantos acidentes de trânsito fatais e homicídios que a violência autodirigida não recebe a devida atenção.

Em relação aos sexos, o risco de suicídio entre homens no Brasil, no período de 2011 a 2015, foi de 8,7/100 mil habitantes, cerca de quatro vezes maior que o feminino, de 2,4 por 100 mil habitantes. Durante o período pesquisado, este índice aumentou em ambos os sexos, de 8,4 para 9,1/100 mil habitantes entre homens e de 2,3 para 2,5/100 mil no caso das mulheres. Isto indica um crescimento da taxa em ambos os sexos, de 0,7/100 mil habitantes no masculino e 0,2/100 mil habitantes no feminino (Brasil, 2017).

A Organização Mundial de Saúde ainda alerta que os índices de suicídio não retratam a realidade das tentativas, que ocorrem de dez a vinte vezes mais que a morte em si, sendo o suicídio apenas o estopim e um espectro de comportamentos de autoagressão (Botega, 2015; OMS, 2014). O boletim divulgado no Brasil em 2017 revela que dentre as 1.173.418 ocorrências de violência interpessoal ou autoprovocada registradas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) no período de 2011 a 2016, 176.226 (15%) casos referem-se à lesão autoprovocada, 116.113 (65,9%) em mulheres e 60.098 (34,1%) em homens (Brasil, 2017).

Há no Brasil uma predominância dos casos de lesão autoprovocada e tentativa de suicídio entre mulheres brancas, adolescentes (10-19 anos) e jovens adultas (20-39 anos), moradoras de zonas urbanas e com escolaridade abaixo dos 8 anos de estudo. Entre os suicídios,

44,8% das mortes na população indígena (que conta em si com altos índices) foi de adolescentes de 10 a 19 anos, oito vezes mais que entre brancos e negros nessa faixa etária, em que cada raça/cor registrou 5,7% de óbitos de adolescentes (Brasil, 2017).

Em relação ao suicídio em si, as maiores taxas foram observadas entre indivíduos com 70 anos ou mais (8,9/100 mil hab.), com até 3 anos de estudo (6,8/100 mil hab.), e na população indígena (15,2/100 mil hab.) (Brasil, 2017). Existe uma dificuldade em se obter estatísticas acuradas sobre suicídio (Värnik, 2012). É comum que em óbitos por causas externas como este hajam subnotificações e mesmo o registro da ocorrência nos documentos legais com o uso de outros termos, como causas mal definidas ou indeterminada (Gotsens et al., 2011).

O fato de ser necessário definir a intenção do sujeito antes de morrer pode complicar ainda mais as estatísticas, pois isto não é fácil de ser determinado e um suicídio pode ser confundido ou erroneamente classificado com um acidente, por exemplo (Botega, 2014; OMS, 2014). No Brasil, é comum que mortes por causas externas sejam registradas apenas em seu modo e não a intenção do ato, de modo que quedas e afogamentos equivalem a 10,9% de todas as mortes deste tipo (Botega, 2015). É preciso se considerar, no entanto, que ambas as descrições podem se enquadrar como acidentes, homicídios ou suicídios.

Os variados métodos utilizados para se matar podem levar a esse tipo de confusão, por não se ter claro se o sujeito pretendia morrer ou manuseou erroneamente o que o levou a óbito. Entre os elementos mais utilizados no mundo estão pesticidas, enforcamento e armas de fogo, porém muitos outros são também usados. Esta escolha pode variar de acordo com o grupo mapeado e estes dados são fundamentais para a criação de políticas que restringem o acesso aos meios de suicídio, artifício essencial à prevenção e que depende da colaboração de diferentes fatores para ser posto em prática (OMS, 2014).

No Brasil, as maiores proporções de óbitos por suicídio foram por enforcamento (61,9%). Em seguida, os meios mais utilizados foram intoxicação exógena (17,7%) e arma de

fogo (8,7%) (Brasil, 2017). Em relação ao modo utilizado pelo sujeito para tirar a própria vida, Botega (2015) afirma que:

O poder de letalidade dos métodos de suicídio deve ser contraposto à presteza de um possível resgate e à viabilidade de tratamento das pessoas que tentam se matar. No caso dos pesticidas, uma tentativa de suicídio em zona rural desprovida de serviço médico envolve maior risco de morte. O contrário ocorre em centros urbanos, quando o socorro médico pode ser prestado com mais agilidade e qualidade. (Botega, 2015, p. 49)

Desta forma, observamos que os dados precisam ser cuidadosamente interpretados, levando em consideração diferentes aspectos para que possa se pensar políticas locais de qualidade. O autor também esclarece que a escolha do método a ser utilizado na tentativa de tirar a própria vida é o resultado da interação de diferentes fatores, inclusive o acesso dos sujeitos a meios, além da intenção existente e de preferências tanto individuais como culturais. O sexo feminino faz mais uso de métodos não violentos, como ingestão de venenos ou medicamentos em excesso. Os homens, por sua vez, fazem uso de modos mais extremos (Botega, 2015).

Em relação ao estado civil, observou-se, em uma tentativa de caracterizar as vítimas, que a maioria dos mortos por esta causa no Brasil no período contabilizado era de solteiros (as), viúvos (as) ou divorciados (as) (60,4%), sendo 31,5% casados ou que viviam em união estável, e 8,2% dos casos não teve esse dado registrado (Brasil, 2017).

A temática é delicada e até mesmo ilegal em alguns países, de modo que é comum o sub registro mesmo onde há uma qualidade no registro de dados importantes. Registrar esta morte é complicado e envolve diferentes setores. Assim, em países em que não há uma contabilidade confiável de mortes, o suicídio não é escriturado corretamente (OMS, 2014). Além disto, como pode ser observado nos estudos aqui referidos, estatísticas sobre mortalidade normalmente são disponibilizadas após 2 a 4 anos da ocorrência dos fatos (Botega, 2015).

Como para cada morte há muitas tentativas de suicídio, é importante melhorar os dados para uma prevenção efetiva (OMS, 2014). No Brasil, a notificação da tentativa de suicídio passou a ser obrigatória e imediata com a portaria do Ministério da Saúde Nº 1.271, de 6 de junho de 2014. Com ela, a Secretaria Municipal de Saúde deve ser notificada em 24 horas e o cuidado para com o indivíduo deve ser imediato (Brasil, 2014).

O que observamos em nossa prática profissional, no entanto, é que a comunicação de violências interpessoais e autoprovocadas não é realizada em todos os municípios do país, não só no que se refere às tentativas de suicídio, mas também à violência doméstica em suas múltiplas tipologias, por exemplo. Esta subnotificação é algo grave, por obviamente não termos, assim, como mensurar a extensão do problema. Deste modo, a epidemiologia pode ser afetada.

Segundo Botega (2015), nenhum país possui um registro nacional de tentativas de suicídio. Desta forma, reconhecemos os esforços brasileiros com a portaria que estipula a notificação compulsória, apesar desta estar longe de ser cumprida como deveria. Uma das medidas de prevenção ao suicídio previstas na Agenda de Ações estratégicas lançadas em 2017 é, inclusive, aprimorar a ficha de notificação de violências interpessoais e autoprovocadas do SINAN, com inclusão de novos campos e modificações nos que já compõem o documento (Brasil, 2017).

Apesar das falhas em registros, já existem avanços epidemiológicos. O Ministério da Saúde (MS) ressalta que a base de dados que há com as notificações de lesões autoprovocadas e tentativas de suicídio tornou possível que o perfil daqueles que são atendidos pelo sistema de saúde no período mapeado fosse conhecido (Brasil, 2017). Todos estes dados são importante para definir grupos de risco e ações estratégicas de prevenção. Os dados colhidos até hoje permitiram às instituições implicadas na causa em estabelecer fatores de risco e proteção ao suicídio. É importante que estes sejam discutidos, para que possamos compreender mais sobre a temática.

3.2 Fatores de risco e proteção do suicídio

Botega (2015) define grupo de risco como “um conjunto de pessoas que, por apresentarem determinados atributos, ou por terem sido expostas a circunstâncias específicas (fatores de risco), passam a ter maior probabilidade de desenvolver uma doença ou condição clínica” (p. 86). Desta forma, ao utilizarmos aqui este conceito, nos referimos àqueles que tem maior probabilidade de comportamento suicida devida a suas características ou a situações a que foram submetidos.

A Organização Mundial de Saúde afirma que há diversos fatores de risco que comumente agem para aumentar a vulnerabilidade do sujeito ao comportamento suicida, não de forma isolada, mas cumulativa (OMS, 2000; 2014). Seria como um jogo do privilégio quanto ao risco do suicídio, em que pessoas que acumulam fatores de risco andam cada vez mais para trás, aproximando-se da morte autoprovocada, enquanto aquelas que contam com vários aspectos protetivos andam para a frente, afastando-se dela.

O Ministério da Saúde (MS) brasileiro esclarece que há variadas determinações para os fatores de risco e de proteção que envolvem o comportamento e a morte por suicídio, devido à complexidade do fenômeno. Reconhece, porém, que quando existem dados confiáveis para subsidiar as intervenções, ambos podem ser prevenidos (Brasil, 2017).

Os fatores e situações de risco para a população jovem são referidos pela Organização Mundial de Saúde como aqueles que com frequência são associados a tentativas de suicídio e morte autoprovocada de crianças e adolescentes, mas que não estão necessariamente sempre presentes. Também ressalta que tais aspectos variam de acordo com a localidade, cultura, e fatores políticos e econômicos presentes nos diferentes países (OMS, 2000).

Para a OMS (2014) fatores de risco podem ser associados aos sistemas de saúde e à sociedade como um todo, à comunidade e relacionamentos, e ao sujeito de maneira individual. No primeiro grupo há dificuldades de acesso ao sistema de saúde e aos cuidados necessários,

fácil acesso a meios de se matar, informações sensacionalistas e inapropriadas por parte da mídia, e o estigma enfrentado por aqueles que precisam de ajuda devido a problemas de saúde mental, abuso de substâncias e comportamento suicida (OMS, 2014).

Os riscos que envolvem a comunidade se relacionam a guerras e desastres, estresses decorrentes de aculturação, como no caso de indígenas e refugiados, discriminação, isolamento, abuso, violência e relacionamentos conflituosos (OMS, 2014). No caso de fatores observáveis no meio escolar especificamente entre a população jovem estão baixo nível socioeconômico, educacional, desemprego no grupo familiar, ser indígena ou imigrante, problemas de aceitação no grupo devido a questões relacionadas a identidade de gênero e orientação sexual, e ser vitimado por tortura, ferimentos de guerra e isolamento, no caso principalmente de refugiados. A estes aspectos somam-se a baixa participação em atividades sociais rotineiras e as diferenças de valores entre culturas (OMS, 2000).

Os padrões familiares destrutivos durante a infância, além da existência de situações traumáticas no período também podem afetar os indivíduos posteriormente, transformando-se em fatores de risco para o suicídio em adolescentes e jovens. Alguns aspectos associados à morte em consequência de violência auto infligida são: psicopatologia dos pais, abuso ou violência doméstica (incluindo a sexual e física na infância), negligência por parte de pais ou responsáveis, divórcio, separação ou morte destes ou brigas frequentes entre eles, com tensão e agressão, autoridade excessiva ou inadequada, rigidez familiar, famílias adotivas (OMS, 2000).

Além disso, os fatores que envolvem o sujeito incluem tentativas de suicídio anteriores ou histórico de mortalidade por esta causa na família, problemas de saúde mental, abuso de álcool, perdas financeiras e dor crônica (OMS, 2000; 2014). Alguns aspectos da personalidade de adolescentes são também associados com frequência com riscos de tentativa de suicídio e suicídio, principalmente quando acompanhados de transtornos mentais, de modo que a OMS

ressalta que apesar de observáveis nos jovens, a capacidade destes traços preverem o suicídio é limitada (OMS, 2000). São eles:

Humor instável; raiva e comportamento agressivo; comportamento antissocial; comportamento manipulativo; alta impulsividade; irritabilidade; pensamento e padrões rígidos de enfrentamento de problemas; pouca habilidade para resolver problemas; dificuldade em aceitar a realidade; tendência a viver num mundo ilusório; fantasias de grandeza alternando com sentimentos de menos valia; baixa tolerância a frustrações; ansiedade, particularmente com sinais de sofrimento físico ou frustração leves; perfeccionismo; sentimentos de inferioridade e incerteza que podem estar mascarados por manifestações exageradas de superioridade, comportamento provocativo ou de rejeição a colegas e adultos, incluindo pais; incertezas em relação à identidade ou orientação sexual; relacionamentos ambivalentes com pais, outros adultos e amigos. (OMS, 2000, p. 12)

No Brasil, as informações divulgadas pelo Ministério da saúde em 2017 revelam que ter como profissão atividades agropecuárias ou fazer parte da população indígena se apresentam como fatores de risco ao suicídio. Por outro lado, a existência de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) no município se apresenta como um importante fator de proteção, reduzindo o risco de morte por lesões autoprovocadas em 14% (Brasil, 2017). Hoje funcionam no país 2463 CAPS (Brasil, 2017).

A Agenda de Ações Estratégicas brasileira revela que há grupos prioritários para mapear o tema suicídio no país, como populações indígenas, LGBTTQI+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Queers e pessoas Intersexuais), trabalhadores que utilizam agrotóxicos, e outros (Brasil, 2017). Botega (2015) afirma que o principal fator de risco para o suicídio é a existência de tentativas.

O documento do Ministério da Saúde reitera tal informação, considerando que alguns grupos tem maior vulnerabilidade para o risco de suicídio, dentre eles aqueles de sujeitos que já tentaram se matar. Também são mencionados: pessoas em sofrimento psíquico, principalmente com depressão; usuários de drogas, inclusive álcool; pessoas em privação de liberdade ou residentes/internadas em instituições, como hospitais, clínicas e presídios; adolescentes e jovens; pessoas em situação de rua; vítimas de discriminação, violência e abusos; trabalhadores rurais com precárias condições de vida ou expostos a agentes tóxicos específicos; aqueles que sofrem com doenças crônico-degenerativas; indígenas; população LGBTTTQI+; e idosos do sexo masculino (Brasil, 2017).

Botega (2015) elenca ainda uma lista de fatores de risco para o suicídio, dividindo-a em quatro tópicos: fatores sociodemográficos, transtornos mentais, fatores psicossociais, e outros. No primeiro grupo estão: sexo masculino; dois grupos etários (de 19 a 49 anos e idosos); estados civis (viúvo, divorciado e solteiro); orientação homo ou bissexual; ser ateu ou protestante tradicional (quando comparados com católicos e judeus); e pertencer a grupos étnicos minoritários.

Dentre os Transtornos Mentais, o autor afirma que são fatores de risco para o suicídio a presença de depressão, transtorno bipolar, dependência de drogas, incluindo álcool, esquizofrenia e transtornos de personalidade, especialmente o borderline. Além disto a comorbidade entre doenças psiquiátricas e o histórico de transtorno mental na família aparecem como fatores de risco. O psiquiatra também alerta para a falta de tratamento adequado em saúde mental, a presença de ideação ou planejamento suicida, tentativas anteriores de se matar ou histórico de casos de suicídio na família (Botega, 2015).

O Plano de Ação em Saúde Mental da OMS (2013), por sua vez, reforçou que entre os determinantes de saúde mental e problemas deste âmbito estão aspectos individuais, sociais, culturais, econômicos, políticos e ambientais. Como exemplos, cita: habilidade de gerenciar

emoções, pensamentos, comportamentos e interações com outros; políticas nacionais; proteção social; padrões de vida; condições de trabalho; e suporte comunitário. Como fator de risco a doenças mentais está a exposição a adversidades quando o indivíduo ainda é muito jovem (OMS, 2013).

A Organização reconhece que algumas pessoas e grupos são vulneráveis a vivenciar problemas de saúde mental, dependendo do contexto em que se encontram. Estes podem incluir famílias pobres, pessoas com doenças crônicas, crianças negligenciadas e maltratadas, adolescente expostos pela primeira vez ao uso de substâncias, indígenas, populações minoritárias, idosos, pessoas que sofrem discriminação e têm seus direitos humanos violados, indivíduos da comunidade LGBTTTQI+, prisioneiros e aqueles expostos a conflitos, desastres naturais ou outras emergências humanitárias. Isto no entanto não é uma regra, de modo que não necessariamente estes indivíduos desenvolverão problemas de saúde mental (OMS, 2013).

Botega (2015) também relaciona fatores psicossociais de risco ao suicídio, sendo que alguns coincidem com os grupos vulneráveis a desenvolver problemas mentais apontados anteriormente. São eles: o sofrimento de abuso físico ou sexual e violência doméstica; perda ou separação dos pais ainda na infância; instabilidade familiar; falta de apoio e isolamento social; acontecimentos estressantes, como perda afetiva recente; a presença de datas importantes; desemprego; aposentadoria; desesperança; desamparo; ansiedade intensa; vergonha e humilhações, como o bullying; baixa autoestima; sujeito pouco flexível para enfrentar adversidades e rigidez cognitiva, além de pensamento dicotômico; e alguns traços de personalidade, como impulsividade, agressividade, labilidade do humor e perfeccionismo (Botega, 2015).

Observamos que os grupos de risco para doença mental (OMS, 2013) e aqueles mais vulneráveis ao suicídio apontados pelo autor (Botega, 2015) em muitos momentos são os mesmos, de forma que a organização, assim como o psiquiatra, relaciona a existência de ambos.

A OMS (2013) ressalta inclusive que pessoas com problemas de saúde mental têm índices de mortalidade desproporcionais quando comparados com a população em geral, de modo que têm maiores chances de morrer de forma prematura devido a doenças físicas e suicídio.

Além dos fatores explanados acima, Botega (2015) também alerta para o risco de suicídio em outras circunstâncias, como casos de acesso a meios de se matar, por exemplo armas de fogo e venenos; e doenças físicas que incapacitem o sujeito e sejam dolorosas, estigmatizantes ou terminais. O autor também chama a atenção para estados confusionais orgânicos; a não adesão ao tratamento ou agravamento ou recorrência de doenças que o sujeito já teve anteriormente, e a relação terapêutica frágil ou instável.

Como se observa, os fatores de risco têm diferentes naturezas, que vão desde a influência genética, até questões da história pessoal, cultural e socioeconômica do indivíduo. Acontecimentos estressantes e traços de personalidade e mentais também entram nesta equação. Alguns fatores não podem ser alterados, como o sexo, por exemplo. Apesar disto, podem sinalizar o risco de suicídio. Outras questões apontadas podem ser modificadas como estratégia de prevenção, como o acesso a meios letais (Botega, 2015).

Em 2000, já preocupada com a situação entre o público adolescente e jovem, a Organização Mundial de Saúde publicou um manual direcionado a professores e demais funcionários de escolas, visando a prevenção do suicídio neste ambiente. Nele destacou situações e fatores de risco, ressaltando porém que também há aqueles que colaboram com a proteção destes ao comportamento suicida (OMS, 2000).

Segundo a OMS (2000), são fatores de proteção contra o comportamento suicida observados no contexto escolar:

Bom relacionamento com familiares; apoio familiar; boas habilidades/relações sociais; confiança em si mesmo, em suas conquistas e sua situação atual; capacidade de procurar ajuda quando surgem dificuldades, ex. em trabalhos escolares; capacidade de procurar

conselhos quando decisões importantes devem ser tomadas; estar aberto para os conselhos e as soluções de outras pessoas mais experientes; estar aberto ao conhecimento; integração social, ex. através de participação em esportes, igrejas, clubes e outras atividades; bom relacionamento com colegas de escola; bom relacionamento com professores e outros adultos; aceita a ajuda de pessoas relevantes. (OMS, 2000, p. 8-9)

É importante pensar a prevenção ao suicídio e os fatores apontados como protetivos podem também contribuir nesta pauta. A cultura influencia tanto elevando o risco como protegendo o sujeito contra o suicídio. Em comunidades indígenas, por exemplo, um fator protetivo significativo é a preservação de uma identidade cultural (OMS, 2014). Observamos, no entanto, que a literatura sobre os mesmos não é consolidada do mesmo modo que aquela que aponta os riscos. Os aspectos que favorecem a proteção do sujeito contra o suicídio são mais complexos de serem tanto definidos, como operacionalizados e mensurados (Botega, 2015).

Botega (2015) aponta como fatores de proteção aspectos da personalidade do sujeito e seu estilo cognitivo; questões relativas à estrutura familiar; fatores socioculturais; além de outros pontos relevantes, como gravidez e puerpério, qualidade de vida boa, sono regular e uma boa relação terapêutica. Assim, está mais protegido o sujeito que possui uma flexibilidade cognitiva, está disponível a buscar ajuda e a aconselhar-se para tomar decisões significativas em sua vida, aberto às experiências dos demais, possui a habilidade de se comunicar, de avaliar adequadamente a realidade, e de solucionar problemas (Botega, 2015).

Botega (2015) ainda lista como fatores que contribuem com a proteção: um bom relacionamento interpessoal entre o grupo familiar, senso de responsabilidade para com a família, a presença de crianças pequenas em casa ou de pais atenciosos e consistentes e o apoio dos membros do grupo em situações de necessidade. Como questões socioculturais ressalta: a

integração e um relacionamento positivo em grupos sociais, como amigos e vizinhos; a adesão a valores e normas sociais; práticas religiosa e coletivas, como esportes ou grupos culturais; apoio prático e emocional da rede social em que se está inserido; possuir um emprego; além da disponibilidade de serviços de saúde mental.

É preciso reconhecer a importância que a temática suicídio tem e como ela não pode ser ignorada pelos Estados e tampouco pela população. O Brasil assumiu por diversas vezes um compromisso com a prevenção e o Ministério da Saúde afirma esta política como uma de suas prioridades, destacando o desafio que a temática representa para a saúde pública, por ser algo complexo e com variadas determinações (Brasil, 2017).

Com a Agenda de Ações Estratégicas para a Vigilância e Prevenção do Suicídio e Promoção da Saúde lançada em 2017, o órgão prevê atitudes a serem tomadas até 2020 com o objetivo de “ampliar e fortalecer as ações de promoção da saúde, vigilância, prevenção e atenção integral relacionadas ao suicídio, com vistas à redução de tentativas e mortes” (Brasil, 2017, p. 11). Como é possível observar, os fatores que contribuem na proteção contra o suicídio levam em geral a um bem-estar do sujeito, através da vivência de uma vida saudável e produtiva (Botega, 2015). Para atingir os objetivos do Ministério da Saúde é preciso, então, mais discussão e produção de conhecimento sobre suicídio, mas também sobre a vida e a produção de subjetividade hoje.

4. “No que você está pensando”, pesquisadora? Discorrendo sobre os dados de pesquisa

E até hoje, quem se lembra diz que não foi o caminhão
 Nem a curva fatal e nem a explosão
 Johnny era fera demais pra vacilar assim
 E o que dizem que foi tudo por causa de um coração partido
 (Dezesseis – Legião Urbana)

Com a tecnologia e a rapidez das informações, hoje tomamos conhecimento de casos de suicídio mais fácil e frequentemente. A temática, porém, se encontra presente de forma sutil em vários elementos da cultura popular já há um tempo, como músicas, séries e filmes. A música Dezesseis, da extinta banda brasileira Legião Urbana, dá a entender que o que a morte da personagem Johnny, descrita como acidente, foi intencional, e a relaciona a um sofrimento comum na adolescência, uma decepção amorosa.

Mortes autoprovocadas continuam sendo retratadas pela mídia, nem sempre de forma tão sutil quanto nesta canção. Moretto et al. (2017) consideram os frequentes suicídios atuais de jovens uma fatalidade que não deixa dúvidas quanto à gravidade da problemática. Os autores destacam o lugar que estas ocorrências obtiveram na mídia nos últimos anos em decorrência da série americana *13 Reasons Why* e da divulgação que teve o jogo Baleia azul, de modo que o tema foi muito discutido por jornais e revistas e por cidadãos comuns.

Polaczyk (2017) também registra o destaque do tema devido à popularidade desses produtos, ressaltando que a série foi assistida por muitos jovens em todo o mundo, inclusive no Brasil. Para ele, tanto o jogo como o seriado carregam riscos, mas o interesse que despertaram no tema é uma grande oportunidade para educar as pessoas em relação ao mesmo. O que não podemos negar é que tais elementos surgiram nos últimos anos, especialmente em 2017, e

levaram a comentários e discussões sobre suicídio, sendo a internet um espaço favorável para a emissão de opiniões e ideias.

O título deste capítulo faz referência à pergunta inicial que o Facebook faz a seus usuários (Figura 4): no que você está pensando? Com este convite, a rede social dá espaço para que o sujeito se expresse livremente e os discursos são diversos. Percebemos com esta pesquisa que na internet as pessoas entram em disputas facilmente, confrontando aqueles que emitem ideias opostas, que surgem a todo momento.

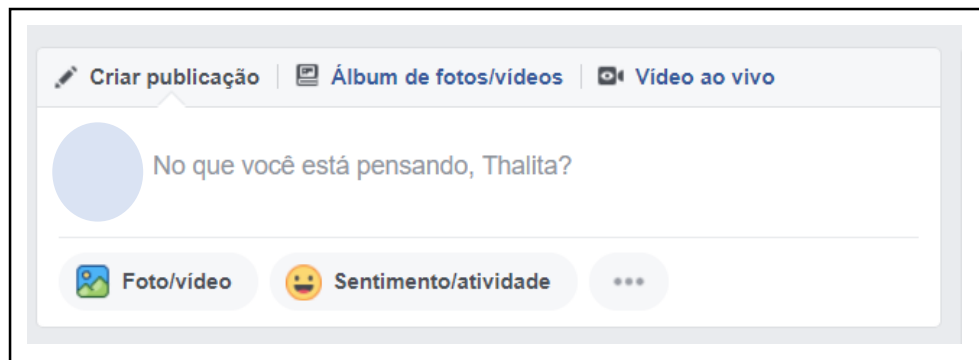


Figura 4: Questionamento na página inicial do Facebook

Foram muitas as opiniões que vimos serem emitidas e construídas, emaranhadas nas linhas que envolvem os processos de subjetivação hoje. Como pesquisadoras, respondemos à pergunta (Figura 4) que a rede social mediada pela tecnologia nos fazia sempre que chegávamos ao território. A resposta, no entanto, não se adequaria aos caracteres limitados que se pode utilizar na internet. Aceitamos, então, com este trabalho, ao convite ainda em aberto, de dissertar sobre o que o território nos fez pensar, abordando os dados construídos durante a pesquisa.

Desta forma, neste capítulo iremos explorar alguns elementos que ganharam destaque em nossa cartografia e se mostraram como analisadores dos discursos sobre suicídio no espaço mediado pela internet. Buscaremos articular os dados produzidos no território com discussões teóricas que envolvem as temáticas surgidas, inclusive retomando a literatura explanada sobre

o tema. O capítulo se divide, então, em duas subseções - dois eixos, cujos nomes se referem à forma como a temática surgiu no território pesquisado nos discursos analisados:

- a) “Eixo 1: Como o território compreende o suicídio”, se refere a formas como o suicídio é visto no território pelos sujeitos que o habitam, o que os discursos encontrados dizem ser o suicídio. Nele abordaremos os analisadores que relacionam o tema a diferentes conceituações, hora caracterizando-o como um tabu, hora como uma doença ou fraqueza/covardia, e em outros momentos como direito do cidadão.
- b) “Eixo 2: Causas para o suicídio apontadas nos discursos estudados”, subseção que explora os discursos no território que relacionam os casos de morte autoprovocada na atualidade a possíveis causas. Muitos sujeitos emitem a opinião de que há algo que leva ao suicídio e são tais motivos apontados nos discursos que exploramos aqui. Dois analisadores nos ajudam a ver que o território estabelece conexões entre o suicídio e pressões sociais, bem como entre o tema e preconceitos.

Um terceiro eixo será explorado em um próximo capítulo. Ele traz os movimentos de resistência observados no território, que são percebidos como esperanças diante da realidade que o presente capítulo retrata. É importante observar, porém, que estas linhas se entrelaçam, e foram separadas em eixos e analisadores apenas para melhor compreensão do leitor.

4.1 Eixo 1: Como o território compreende o suicídio

Comumente os discursos cartografados se referiam ao suicídio emitindo diferentes opiniões sobre a temática. Eles nos permitem ver e falar sobre como os sujeitos do território veem o suicídio, tema que muitas vezes foi caracterizado no campo como algo negativo, mas outras foi encarado com humor e até mesmo ironia. As diferentes opiniões favorecem a formação de linhas de força, que vem a se cruzar em alguns momentos. Exploramos aqui os encontros e desencontros que acompanhamos durante a pesquisa.

Mais uma vez, ressaltamos que este eixo traz as percepções do território sobre o que é o suicídio, motivo pelo qual as sentenças que dão nome aos eixos estão entre aspas. Elas são transcrições literais de frases registradas como comentários públicos no Facebook por usuários da rede nas publicações-dispositivos analisadas. É possível encontrá-las ao longo do trabalho, em imagens retiradas das postagens na rede social.

4.1.1 “O silêncio cria oportunidades”: o suicídio como um desafio ao tabu da morte

Falamos anteriormente sobre as dificuldades em se obter dados estatísticos apurados sobre suicídio, e mesmo a complexidade em pensar os fatores que põem os sujeitos em risco ou que os protegem de uma morte provocada por eles mesmos. As estatísticas demonstradas nesta pesquisa, no entanto, apontam a importância de pensarmos a temática, ainda que seja difícil.

Värnik (2012) afirma que, apesar das dificuldades, vale a pena aprender o máximo possível sobre suicídio, se considerarmos a magnitude de vidas perdidas. Claro que há complicadores. Não apenas existem países em que as mortes nem sempre são examinadas por serviços oficiais, como muitas vezes os próprios familiares da vítima podem desejar a omissão do tipo de morte na declaração de óbito e pressionar para que a sua natureza não seja registrada (Botega, 2014).

Para Kishi (2015), tal atitude revela o tabu que envolve o tema. Ariès (2003) descreve diferentes formas da sociedade ocidental lidar com a morte ao longo de seu desenvolvimento, chegando a como ela é assunto vedado hoje. Segundo o autor, após vários séculos em que se lidava com a morte de modo público, e ela era algo do qual não se imaginava esquivar, houve uma inversão e o estabelecimento de um interdito.

Elias (2001) reitera que nossa sociedade tende a censurar a morte como uma tentativa de encobrir nosso hábito de ignorar ou esconder a finitude da vida. Para Ariès (2003) o interdito se inicia no começo dos anos 1900 nos Estados Unidos para preservar a felicidade, de modo

que ainda na primeira metade do século XX, naquele contexto, o morrer tem sido reservado ao hospital, na presença de médicos e equipe técnica, distante dos familiares e olhos públicos. Há um dever e obrigação social de evitar tristezas e aborrecimentos e passa-se, também, a evadir-se da morte, ou de falar sobre a mesma.

No Brasil, tal movimento também ocorre, talvez com algumas peculiaridades. Em determinadas regiões, principalmente as mais pobres, onde o acesso a hospitais é, ou foi por muito tempo, escasso, muitos sujeitos continuaram a morrer em casa após o início do interdito nos Estados Unidos. Ainda assim, observamos cada vez mais a morte ser afastada do público e os rituais funerários se modificarem, de acordo com as condições socioeconômicas das famílias. Em uma mesma cidade é possível observar ainda hoje velórios em funerárias e outros que ocorrem em domicílio, organizados pela família.

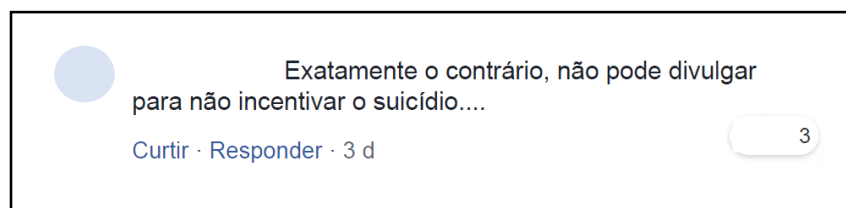


Figura 5: Comentários em apoio à não divulgar notícias sobre suicídio

Em nossa pesquisa, alguns sujeitos abordaram o tabu relacionado à temática e demonstraram incômodo com a mesma sendo debatida (Figura 5), porém isto foi percebido em poucos momentos. Os comentários com esta perspectiva tem poucas reações (na figura 5, o comentário recebeu até o momento da imagem, 3 reações) e era possível verificar pelas postagens seguintes que haviam sujeitos que discordavam e tentavam dissuadir aqueles que assim pensavam, inclusive indicando outras reportagens e materiais para leitura que desmistificassem essas crenças, mostrando também a capacidade informativa do campo.

A crença retratada no comentário acima é compartilhada pela imprensa brasileira (Figura 6), em que há um temor de contaminação ao se pensar em noticiar suicídio. Tal tensão

reverbera de alguma forma na prática dos profissionais da área, criando efeitos colaterais, dentre eles a evasão, a omissão, o eufemismo e a falta de explicação. O suicídio pode trazer sim algo de espetacular em sua notícia, por ser inesperado, e romper com a ordem considerada natural. A abordagem discreta, por outro lado, também não esconde o medo que há de que a notícia de um caso possa levar a outros (Dapieve, 2006).

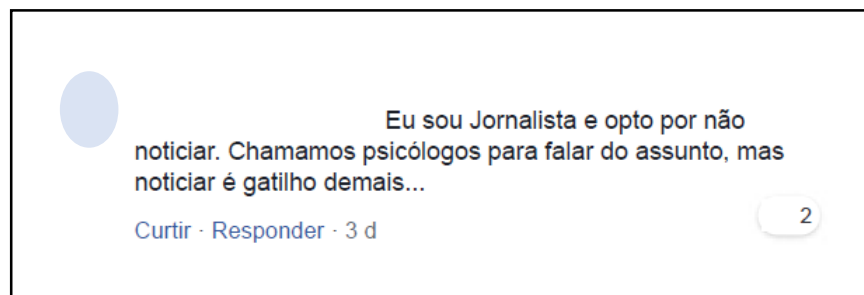


Figura 6: Comentário de sujeito que se identifica como profissional da mídia

Esta crença estaria associada à obra *Os sofrimentos do jovem Werther*, de Goethe, que ao ser publicado pela primeira vez em 1774 teria ocasionado uma onda de suicídios que se deram por imitação à morte do protagonista da narrativa, de modo que o incidente ficou conhecido como Efeito de Werther. Apesar disso, nunca foi realmente comprovado por pesquisas que o livro teria causado tamanho impacto (Almeida, 2000), ao contrário do que permaneceu no imaginário popular (Figura 7). Ainda assim, para Venco e Barreto (2014), “Werther, de temperamento enfermo e amor não correspondido (mesmo que em romance), criou o mito que atravessa os nossos dias: falar do suicídio estimularia novos suicídios” (p. 295).

É importante destacar, porém, que dentre os fatores de risco para o suicídio elencados no capítulo anterior, a Organização Mundial de Saúde (2014) propõe um cuidado com o papel da mídia. Para a OMS, informações que são divulgadas de forma inapropriada e com viés sensacionalista podem, também, levar a riscos. Desta forma, observamos que o problema não é

falar sobre a temática, mas sim o modo como isso tem sido feito muitas vezes, como uma maneira de impactar o público, baseado em mitos e preconceitos, e com pouca responsabilidade social.

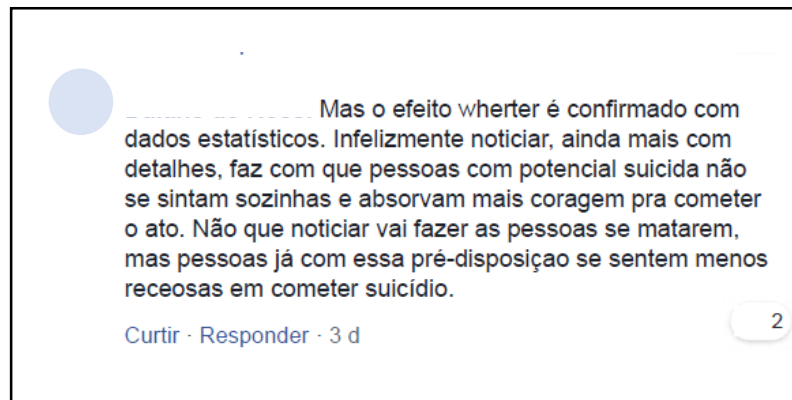


Figura 7: Comentário sobre o suposto Efeito Werther

Esta problemática ganha um outro tom quando pensamos no mundo contemporâneo, em que o sujeito comum não se é apenas consumidor das notícias na TV, mas também as cria e divulga. Matos (2006), ao explorar as mudanças que a mídia traz para as formas de aprender, reitera que até mesmo o esforço intelectual é modificado. A autora afirma que a televisão utiliza um vocabulário curto, de 300 palavras no máximo. O que dizer então das redes sociais e seus caracteres? No Facebook há a possibilidade de se utilizar muitos deles, mas esta pesquisa nos mostrou que nem sempre são tantos os necessários para que o sujeito expresse sua opinião. Deste modo, alguns caracteres digitados podem propagar informações errôneas e sensacionalistas.

Como afirma Matos (2006), a mídia e seus diálogos curtos faz com que os sujeitos sintam-se sabedores de variados assuntos, sempre dispostos a dar sua opinião, naquilo que a autora denomina de “lacaio do instante”, “escravos da manchete do dia” (p.43). De forma semelhante, na pesquisa percebemos que as pessoas no Facebook se mostraram dispostas a

comentar o assunto, o que aumenta os riscos de uma notícia não só dada em primeira mão de forma inapropriada, mas também disseminada e comentada de maneira irresponsável, nos compartilhamentos que a internet possibilita hoje.

Nos comentários acima observamos que mesmo aqueles que acreditam que não se deve falar sobre suicídio têm sua atenção captada pelo assunto e o comenta. Em nossa pesquisa, notamos que os sujeitos no território pareceram estar dispostos a discutir a temática, principalmente tecendo julgamentos e buscando explicações. Percebemos, não sem espanto, que debater o tema foi algo mais frequente que lamentos em relação às mortes retratadas ou mesmo o medo de se falar a respeito. Isto nos permite refletir sobre uma quebra ao tabu da morte nas redes sociais mediadas pela tecnologia, ruptura esta que pode conter tanto consequências positivas quanto riscos, como os ressaltados há pouco.

Marquetti (2014) acredita que o suicídio é algo essencialmente transgressor, por ser realizado distante da higiene do ambiente hospitalar e romper com o lugar reservado hoje à morte no ocidente. Para a autora, a transgressão ocorre independente do sujeito se matar em espaços públicos ou privados. Suicídios, segundo ela, contestam o tabu da morte existente na sociedade contemporânea, pois o evento em geral ocorre em espaços familiares ou sociais, como vias públicas ou locais de emprego, desafiando o interdito.

Notamos no território a pretensão de tentar entender e explicar o fenômeno e a falta de acanhamento em expressar opiniões, de modo que tal interdito é largamente desafiado na internet principalmente quando a intenção é de julgar e explanar a temática baseando-se em apreciações pessoais. Comenta-se as mortes por suicídio, falando muito sobre a vida, ressaltando-se aspectos que levariam o sujeito a tal fatalidade. É um desafio à proibição vigente que se manifesta principalmente quando consideramos que falar de morte é intrinsecamente pensar a vida, pois ao contrário do que a interdição nos faz ponderar, ambas são atravessadas pelas mesmas linhas de força, se relacionando e não se opondo.

O próprio Ariès (2003) afirma que nos Estados Unidos, onde teria se iniciado a interdição à morte, este não foi completamente aceito. Apesar disto, esta forma de (não) lidar com a morte propagou-se, segundo ele, em outras sociedades, mesmo onde o cuidado dos mortos parece enraizado. Na imagem abaixo (Figura 8) é possível perceber um comentário que defende a discussão aberta sobre suicídio, contestando aqueles com opiniões diferentes:

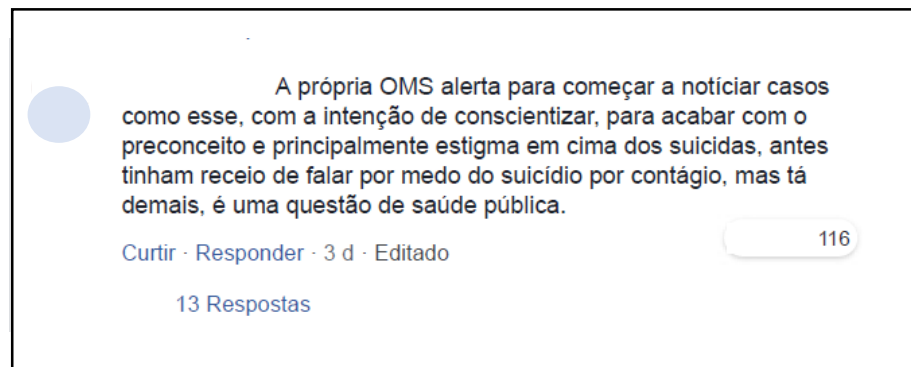


Figura 8: Comentário defendendo que se noticie casos de suicídio

A imagem gerou 116 reações, a maioria expressando concordância e aprovação ao comentário (107 “curti”), e foi respondida treze vezes, mesmo tendo sido publicada há apenas três dias na data em que foi captada, tal qual as falas da Figura 5, que expressam opinião contrária e obtiveram menos apoio. Percebemos que muitas vezes as pessoas se referem a uma divulgação da temática defendendo que informações são importantes e a população precisa entender do que se trata o suicídio e como lidar com esta questão (Figura 9).

Associa-se, então, o conhecimento sobre a problemática com as possibilidades de prevenir efetivamente mais mortes autoprovocadas. Ao mesmo tempo, o silêncio gerado pelo tabu à morte é reconhecido por muitos como algo perigoso. Reiteramos que, tal como afirma a fala da Figura 8, a OMS (2014) apoia a divulgação de notícias sobre suicídio sim, contanto que se tome o devido cuidado ao realizá-la. O comentário abaixo dá nome a este analisador, pois representa a perspectiva defendida pela Organização (bem como nesta pesquisa) de que não falar sobre suicídio traz riscos:

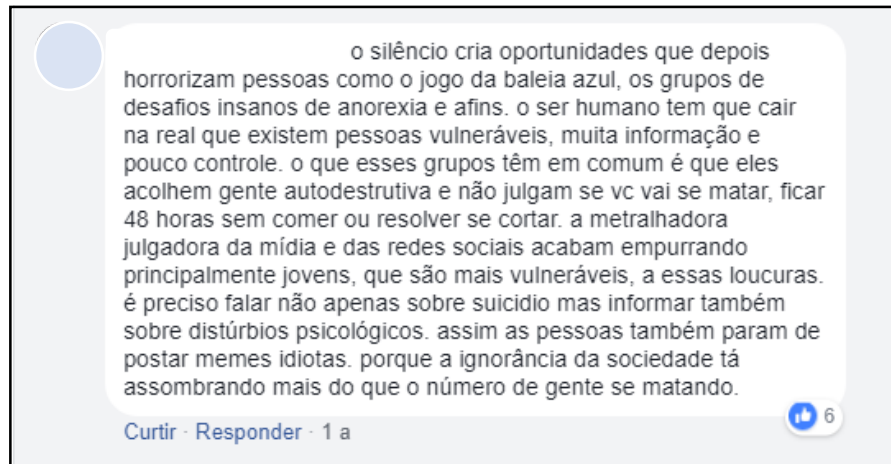


Figura 9: Comentário que dá nome a este analisador

Polanczyk (2017) reitera esta perspectiva, ressaltando que apesar da OMS reconhecer o suicídio como algo de prioridade para a saúde pública, a ignorância e o estigma ainda incomodam e atrapalham a existência de tratamento e prevenção adequados. Tal perspectiva vai ao encontro da campanha que ocorre anualmente e é promovida pelo governo federal e instituições não-filantrópicas, defendendo que, quando se trata de suicídio e tentativas, “falar é a melhor opção”.

A prevenção ao suicídio entrou na agenda da saúde brasileira em setembro de 2015, através da iniciativa do Centro de Valorização da Vida (CVV) e da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP), com a criação do “setembro amarelo”. Em seu primeiro ano, as atividades do evento ocorreram em Brasília. A Associação Internacional para Prevenção do Suicídio (IASP) é quem estimula que a causa seja divulgada ao redor do mundo, relacionando-a ao dia 10 de setembro, por ser o Dia Mundial de Prevenção ao Suicídio (Centro de Valorização da Vida, 2016).

Os movimentos que ganharam destaque associados à causa foram de iluminação de monumentos públicos, como o Cristo Redentor, no Rio de Janeiro, e ações de rua, como caminhadas, passeios de bicicleta ou moto e abordagens em locais públicos em diferentes cidades no país (CVV, 2016). Com o tempo, observamos a campanha se expandir e hoje várias

instituições públicas e privadas realizam ações de setembro amarelo, principalmente nas áreas da saúde e educação.

No Brasil, um mesmo mês comporta diferentes campanhas promovidas pelo Ministério da Saúde: conscientização do autismo, hemofilia e combate à malária em abril; uso racional de medicamentos e talassemia, em maio; prevenção ao suicídio e doação de órgãos, em setembro. O autismo é representado pela cor azul (assim como o câncer de próstata em novembro), prevenção ao suicídio pelo amarelo, doação de órgãos pelo verde, e o rosa de outubro associado ao câncer de mama.

São variadas cores e movimentos, alguns com maior visibilidade, como o outubro rosa e novembro azul. O setembro amarelo tem alcançado seu espaço. Percebemos que com frequência considerável se fala sobre a temática neste mês, em instituições públicas e privadas, sendo a mesma pouco abordada nos demais períodos do ano. Tal fator mostra-se preocupante, pois as estatísticas apontadas no capítulo anterior demonstram os altos índices de suicídio, e estes não se concentram em apenas um mês. Desta forma, percebemos ser necessário prevenir os comportamentos de risco de forma contínua.

No nosso trabalho pudemos entender que os esforços para divulgar a ideia de que é preciso falar sobre suicídio para que saibamos como ajudar, tem surtido efeitos, ainda que as atividades sejam concentradas em setembro. Os comentários tecidos em defesa de abordar o assunto (Figuras 8,9 e 10) foram publicados em outros meses do ano, o que mostra que é possível que a ideia reverbere. É importante, porém, que haja cuidado com a forma como a temática é abordada. É preciso falar sim, porém de modo adequado, proporcionando uma prevenção contínua.

Na figura 7 observamos como é comum em nossa sociedade a disseminação de notícias sem a devida confirmação de sua veracidade, de modo que os mitos sobre a temática se espalham, a despeito dos esforços para divulgar informações corretas. A pesquisa demonstra

que o trabalho de prevenção que tem sido realizado pode atingir a população, ainda que não seja claro nos dados qual o público que possui as informações corretas e qual aquele que se baseia e divulga mitos. As opiniões que defendem a explanação da temática podem ser de sujeitos com mais acesso a meios de saúde e educação, por exemplo, ou mesmo ser composta por profissionais dessas áreas, considerando que a internet está hoje ao alcance de variadas parcelas da população.

Os dados produzidos apontam também que ainda existem sujeitos que acreditam em informações errôneas sobre suicídio, divulgando mitos como a existência de um risco em falar sobre o assunto, reiterando a importância em se investir em prevenção no país. Este movimento é de iniciativa da OMS, mas outras instituições aderiram, como é o caso do Ministério da Saúde (MS) no Brasil, e é preciso se estabelecer ações efetivas que ampliem o alcance da campanha.

Notamos na pesquisa que apesar de ainda haver sujeitos que temem falar sobre o tema (Figura 5), muitos mais se manifestam a favor de abordar abertamente o mesmo e vários são os que apoiam este discurso, demonstrando inclusive a consciência de que é preciso cuidado ao se abordar o assunto (Figura 10). Consideramos que é importante o incentivo à quebra do tabu, de modo que a sociedade possa criar mais espaços para falar não só sobre suicídio, mas sobre morte de forma geral e que os sujeitos expressem seus sofrimentos.

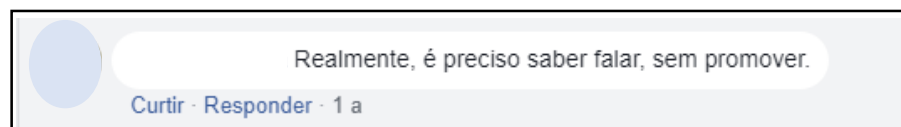


Figura 10: Comentário de usuário - Imagem retirada do Facebook

A imagem acima retrata a importante ressalva que estamos fazendo. A própria OMS (2017) atualizou suas orientações à mídia, pois reconhece que o suicídio é um problema mundial de saúde pública, mas também que preveni-lo não é uma tarefa fácil. Apesar de

possível, são necessários variados esforços para que a prevenção ocorra, incluindo, como mencionamos, a anteriormente, a divulgação de informações apropriadas e um aumento da consciência em relação à problemática. A Organização considera, inclusive, os profissionais da mídia como relevantes à prevenção do suicídio, juntamente com trabalhadores de outras áreas, como educação e saúde.



Figura 11: Publicação-dispositivo com 1,3 mil comentários, 1,9 mil compartilhamentos, e 29 mil reações

A visibilidade que as publicações-dispositivos obtiveram, sendo alguns com mais de mil comentários e compartilhamentos (Figura 11), mostram também como os sujeitos estão disponíveis a falar sobre o assunto, ainda que baseados muitas vezes em mitos e julgamentos pessoais (Figuras 7 e 12). A figura 11, que anuncia a causa da morte de um artista famoso como suicídio, não apenas contou com 29 mil reações e 1,3 mil comentários, como também foi compartilhada quase duas mil vezes, o que potencializa o alcance da reportagem, transformando cidadãos comuns em divulgadores de conteúdo sobre o tema.

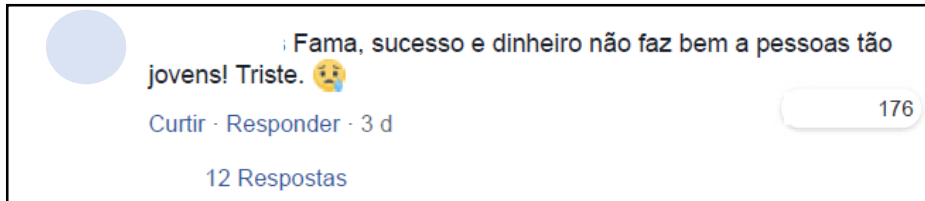


Figura 12: Usuário emite opinião sobre o suicídio de celebridades

A partir da ferramenta de compartilhamento, um sujeito que tem acesso à reportagem em sua página inicial do Facebook faz com que os seus amigos na rede também possam facilmente vê-la, ainda que não sigam o perfil original. Assim como no mundo tal qual ele era antes da mediação das relações pela tecnologia, as notícias atualmente também se espalham, porém de modo mais fluido e veloz.

É importante ressaltar que a OMS (2017) orienta os profissionais da mídia a educar a população em relação a ao suicídio e sua prevenção, evitando espalhar mitos. Compreendemos que os comentários na rede social mediada pela tecnologia são realizados pelo público em geral, e não por profissionais da comunicação, tornando difícil o controle do que é dito e divulgado. Assim como em uma roda de conversa não podemos controlar o que diz o outro, nas relações mediadas pela tecnologia isto também não é possível.

A situação é similar, com o agravante de que o que foi registrado na internet alcança um público maior em um curto tempo. Isso nos faz refletir, pois à medida que a OMS orienta com cuidado sujeitos que têm a mídia como profissão, é preciso que cada vez mais se atente para o comportamento de cidadãos comuns na internet, pois com ela todos nós somos criadores e divulgadores de conteúdo, já havendo hoje transmissões ao vivo de suicídios. Nossa pesquisa aponta que neste momento é preciso uma orientação direta não apenas para jornalistas, mas também para que cada sujeito reflita sobre o que divulga ou compartilha em seus perfis online.

A abertura que os sujeitos demonstram a discutir o tema pode evidenciar um momento interessante para a prevenção ao suicídio no Brasil, e os meios de comunicação, assim como

demais áreas envolvidas, poderiam aproveitar este momento para divulgar informações acuradas e desmistificar a temática, além de conscientizar a população de seu papel. A OMS (2017) ressalta ser também importante divulgar histórias de vida que demonstrem exemplos de como lidar com estressores e mesmo com pensamentos suicidas, sendo também necessário um cuidado particular ao falar da morte autoprovocada por celebridades. Como demonstrado na figura 13, este tipo de notícia pode gerar curiosidade:

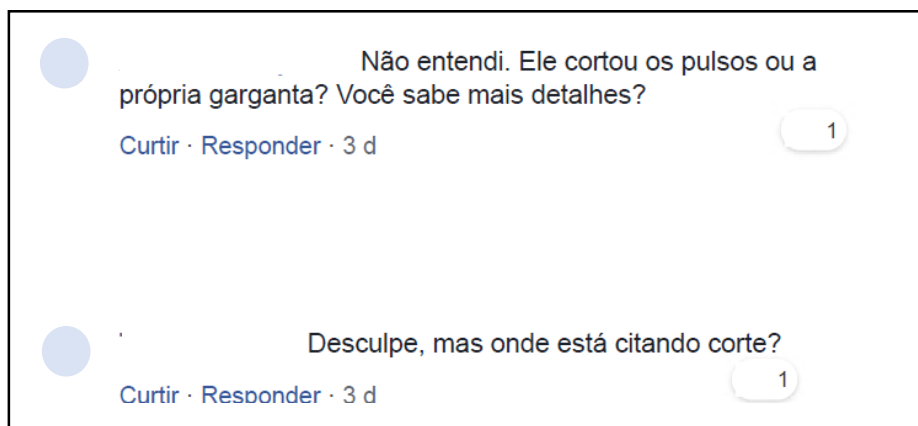


Figura 13: Usuários expressam curiosidade em relação ao suicídio de uma celebridade

Apesar da OMS (2017) reconhecer que normalmente essas reportagens são consideradas de interesse do público, considera que estes casos induzem mais comumente à cópia do comportamento suicida por sujeitos vulneráveis, como descreve corretamente o comentário da figura 14. Por isso, deve-se tomar ainda mais cuidados, não retratando a morte de uma figura pública de forma glamorosa nem descrever em detalhes os métodos utilizados. Também se deve evitar explicar a morte autoprovocada de forma simplista e é adequado fornecer na reportagem informação de como alguém que precise de suporte pode encontrar ajuda.

Consideramos que com um cuidado da mídia profissional e uma conscientização da população, poderíamos talvez diminuir os discursos errôneos e preconceituosos que rodeiam a temática. Reiteramos que o que a Organização defende não é que não se fale sobre o assunto. Pelo contrário: apenas contesta informações divulgadas de forma descuidada e que podem

potencializar a identificação de sujeitos vulneráveis com vítimas de suicídio. Casos de morte de artistas famosos e queridos pelo público geram grande comoção e, desta forma, é preciso tomar o cuidado para que os fãs e admiradores não visualizem a morte autoprovocada como a única alternativa a seu próprio sofrimento, tal qual estes casos podem ser descritos pelo sensacionalismo de uma mídia irresponsável e até por sujeitos que não compreendem sua responsabilidade ao compartilhar tais notícias.

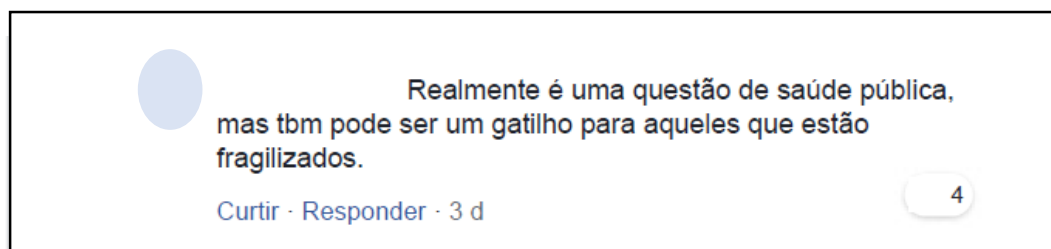


Figura 14: Usuário especula a divulgação de notícias de suicídio

O comentário retratado na Figura 14 está correto ao se referir à temática como uma questão de saúde pública e também em ressaltar que é preciso cuidado ao abordá-la. É importante, no entanto, não permitir que o medo de falar inadequadamente sobre o assunto leve a um silêncio que, como aponta o comentário que intitula esta subseção (Figura 9), é perigoso e cria oportunidades, possibilitando que quem precisa de ajuda pense não ser possível obtê-la, enxergando, assim, o suicídio como a única alternativa a seu sofrimento intenso.

Reconhecemos aqui a peculiaridade que os casos de suicídio trazem ao desafiar o tabu contemporâneo à morte, e a importância de se falar sobre o tema. Ressaltamos, porém, que este não pode ser o único esforço de prevenção ao suicídio, pois os índices alarmam para a necessidade de se pensar em variadas estratégias. Algumas são largamente explicitadas pela OMS, como limitar o acesso da população a meios de se matar. Outras, não são pensadas com frequência. Continuamos este trabalho discorrendo sobre linhas que nos permitem visualizar modos de produção de vida que não aproximem o sujeito da morte prematura.

4.1.2 “Seleção natural”: O suicídio como doença, fraqueza e covardia

Já estabelecemos aqui que apesar do interdito à morte existente em nossa sociedade ser percebido em alguns momentos no campo de pesquisa, muito se fala sobre quando o sujeito provoca seu próprio extermínio. Vários comentários são tecidos, que especulam sobre as circunstâncias da morte e da vida dos sujeitos, em uma tentativa de encontrar explicações para o ocorrido ao mesmo tempo em que opiniões e crenças são emitidas. Por variados momentos na pesquisa percebemos o suicídio sendo retratado como uma doença ou transtorno mental, principalmente associado à depressão. Por vezes as conversas são tecidas sobre esse diagnóstico ao ponto de os sujeitos se referirem ao mesmo como se este fosse sinônimo de suicídio.

Ao mesmo tempo, a morte autoprovocada também foi comparada no território à covardia, ato próprio de sujeitos fracos. Esta percepção traz em si um julgamento que desconsidera o sofrimento daqueles com comportamentos suicidas. Por vários momentos o suicídio foi chamado pelos usuários do Facebook de “seleção natural” (Figuras 15 e 16), expressão que dá nome a este analisador e faz referência ao processo sugerido por Charles Darwin em sua teoria da evolução. Tal comparação sugere que o suicídio faz parte do desenvolvimento dos seres humanos e que apenas os mais aptos sobrevivem.

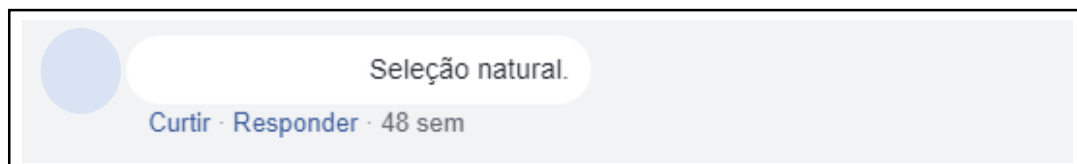


Figura 15: Comentário considerando o suicídio “seleção natural”

Apesar de não serem comentários com tanta expressão, pois não possuem muitas reações, chamam a atenção por se referirem à morte por suicídio como algo positivo, que levaria à evolução da humanidade. Os comentários sugerem que, sendo o suicídio próprio de sujeitos

fracos, o ideal é que estes morram e não reproduzam sua “espécie”, que carregaria consigo fraqueza. Desta forma, como no Darwinismo, apenas os mais fortes sobrevivem, ou seja, os que conseguem lidar com as adversidades da vida sem pensar em se matar. Os suicídios parecem não fazerem diferença, como se aquele que chega a se matar vivesse uma vida que pode facilmente ser descartada, sem ser passível de luto (Butler, 2015) (figura 16).

Tal percepção lembra Agamben (2007), quando o autor faz referência ao *Homo Sacer*, aquele que no direito romano representava quem poderia ser morto por qualquer pessoa sem que isto manchasse o indivíduo como assassino. Este conceito refere-se a uma vida considerada não digna e que, por isso, não deveria ser vivida. Assim, o *homo sacer* corresponderia àqueles cuja vida não possui mais valor jurídico e podem ser mortos sem penalidades aos responsáveis, pois tal ato não seria considerado homicídio. Esta vida é chamada de vida nua, aquela que pode ser interrompida sem que haja consequências. Em oposição, havia uma vida que seria digna e, assim, poderia ser vivenciada. Segundo o autor, toda sociedade, mesmo que moderna, elege os seus *homo sacer* (Agamben, 2007).

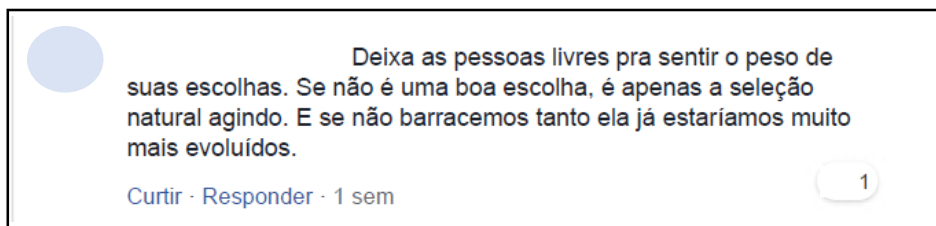


Figura 16: Comentário associando suicídio à ideia de escolha

Filho (2016), ao se referir ao conceito de *Homo Sacer*, explica que este traz em si um contrassenso, pois corresponde a “uma vida que não pode ser levada a morte dentro dos meios sancionados pelo rito, mas que, contraditoriamente, sendo impunemente exterminada por qualquer um sua morte não representa um crime, muito menos um sacrilégio” (Filho, 2016, p. 113). Para Agamben (2007), mais do que uma questão ética, o conceito de vida nua é político,

por tratar-se da vida do *homo sacer*, que pode ser morta, mas não vale sequer como sacrifício. É sobre esta vida que se baseia o poder do soberano, que detém a todo momento a possibilidade de decidir qual vida é passível de morte.

Segundo Agamben (2007), na era da biopolítica, este poder passa a ser o de decidir em que momento a vida deixa de ser politicamente relevante, de modo que se decide quanto ao valor da vida, ou à falta dele. Michel Foucault (2005) explica que o direito de vida e de morte, para o soberano, era fundamental. Afirmar que há alguém com esse direito significa dizer que esse indivíduo pode “fazer morrer e deixar viver” (p. 286), de modo que vida e morte não seriam fenômenos naturais, nem estariam fora do poder político.

Uma relevante mudança ocorrida no século XIX é apontada pelo autor. Ela refere-se a uma adição a esse direito de “fazer morrer e deixar viver”, sendo este o poder de “fazer viver e de deixar morrer” (Foucault, 2005, p. 287). A biopolítica refere-se à decadência do poder de morte e uma ascensão do domínio que, ao contrário, causa a vida. Assim, implantará mecanismos de previsões e medição, com o objetivo último de otimizar e gerir a vida, não mais disciplinando-a (Foucault, 2005).

Butler (2015) esclarece que para que uma vida possa ser ferida ou mesmo para que se considere a perda da mesma, é preciso primeiro que ela seja considerada viva. Quando, segundo certa epistemologia, não se compreende uma vida como tal, neste contexto não pode se falar, então, em perda da mesma, uma vez que ela nunca foi vivida realmente. Para a autora: “há ‘sujeitos’ que não são exatamente reconhecíveis como sujeitos e há ‘vidas’ que dificilmente – ou, melhor dizendo, nunca – são reconhecidas como vidas” (Butler, 2015, p. 17).

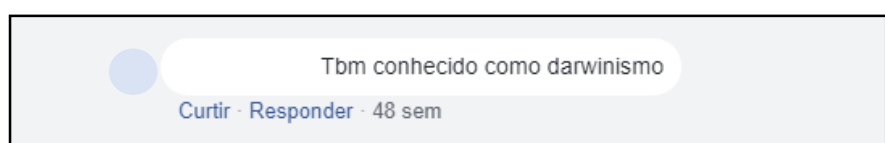


Figura 17: Comentário denominando suicídio como “darwinismo”

Os comentários sobre o darwinismo e a seleção natural (Figuras 15, 16, 17 e 19) lembram o explanado pelos autores citados, uma vez que estas pessoas na internet aparentemente se veem no direito de decidir qual vida vale à pena ser vivida e merece investimento para ser salva. A existência daquele que sofre e tenta suicídio parece não estar incluída neste grupo para aqueles que assim se manifestam no território. Mas como se chega a essa decisão sobre o outro?

Para Butler (2015), o reconhecimento como vida é precedido de condições de ser reconhecido; condições estas que são constituídas também historicamente. Segundo a autora:

Trata-se, contudo, de saber como essas normas operam para tornar certos sujeitos pessoas ‘reconhecíveis’ e tornar outros decididamente mais difíceis de reconhecer. O problema não é apenas saber como incluir mais pessoas nas normas existentes, mas sim considerar como as normas existentes atribuem reconhecimento de forma diferenciada. Que novas formas são possíveis e como são forjadas? O que poderia ser feito para produzir um conjunto de condições mais igualitário da condição de ser reconhecido? (Butler, 2015, p. 20)

Para Butler (2015), tanto a vida como a morte necessitam de certo enquadramento, o que não significam que ocorram apenas e completamente dentro dele. Deste modo, se questiona onde a vida começa (fecundação?) e onde ela termina (último suspiro? Bater do coração? Atestado de Óbito?). Por mais que tudo dependa do enquadramento com que se encara, também é possível que ele rompa com seu contexto. Para definir o que pode ser reconhecido como vida, então, é preciso que se compreenda as condições e o enquadramento que isto envolve, até para se pensar o rompimento deste. Até mesmo para distinguirmos a precariedade de uma vida, é preciso que esta primeiro seja reconhecida como tal (Butler, 2015).

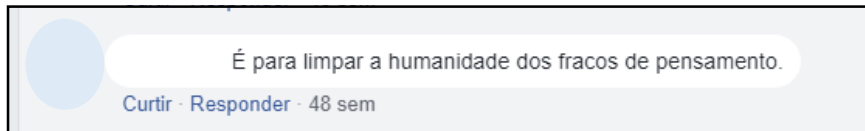


Figura 18: Comentário associando suicídio à fraqueza

Associada à fraqueza, a morte autoprovocada leva aparentemente os sujeitos que se matam a serem descartáveis, Homo Saceres no mundo contemporâneo. Isto pode ser percebido em comentários sobre “limpeza” da humanidade (Figura 18) e “evolução” (Figura 16), que relacionam aquele que tenta suicídio a seres menos evoluídos e que de alguma forma contaminariam um mundo que deveria ser habitado apenas por aqueles fortes o suficiente para sobreviver, segundo esta perspectiva. Ao relacionar o sujeito que atenta contra a própria vida à “fraqueza”, aqueles que não o fazem são diretamente associados à “força”.

Desta forma, as pessoas se manifestam abordando a temática do suicídio como uma opção (de fracos) e até mesmo um incômodo. Os comentários da figura 19 (a seguir) lembram a música Construção, em que Chico Buarque descreve o último dia de vida de um trabalhador da construção civil. Neste, tudo parece transcorrer de forma repetitiva, e se encerra com o falecimento do trabalhador, que não causa nada além de incômodo: “morreu na contramão atrapalhando o tráfego” (Buarque, 1971).

O verso é repetido em outras estrofes com a palavra “tráfego” sendo substituída por “público” e, posteriormente, “sábado”. De todas as formas, a morte do trabalhador se mostra apenas como mero incômodo na cidade movimentada (“morreu na contramão atrapalhando o público”). O que os usuários do Facebook que proferem estes discursos parecem esquecer (ou escolher ignorar?) é que uma vida não pode se sustentar por si mesma, uma vez que necessita de variadas condições favoráveis à sua existência. Fatores sociais e econômicos estão envolvidos nesta questão, de modo que é preciso se questionar qual a responsabilidade da sociedade nestas mortes, pois estas estão relacionadas aos modos de vida.

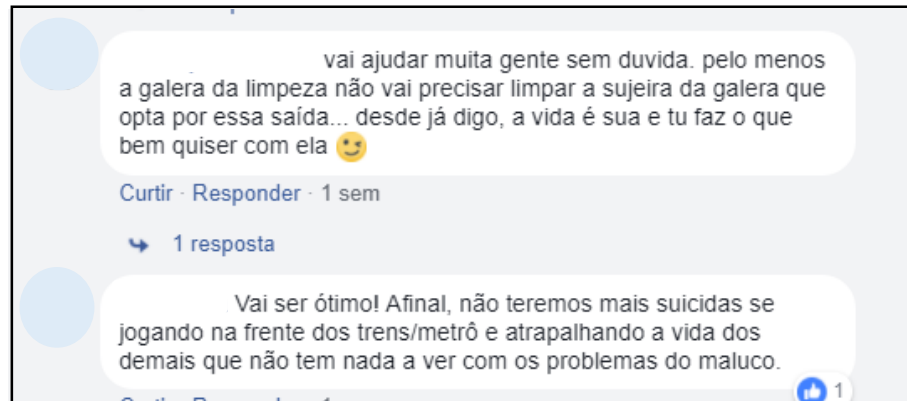


Figura 19: Comentários irônicos

De forma semelhante à música de Chico Buarque, a morte do sujeito que cessa a própria vida se mostra nos comentários anteriores como mero incômodo (“atrapalhando a vida dos demais”) e opção (“opta por essa saída”) que gera “sujeira” decorrente de “fraqueza”. Considerado, então, uma escolha de sujeitos fracos, o suicídio aparece no território como uma covardia (Figuras 20 e 21). Segundo o Dicionário da Língua Portuguesa (Bueno, 2014) “covardia” significa “pusilanimidade, medo, falta de coragem” e covarde é um “poltrão, sem coragem, medroso”.

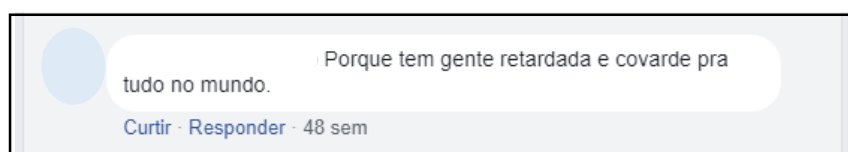


Figura 20: Comentário associando suicídio a covardia

Desta forma, percebemos que o ato de continuar vivendo e não tentar o suicídio é considerado por muitos uma atitude que necessita coragem. Ao mesmo tempo que estes comentários possuem conotação negativa, reconhecem que é preciso força para lidar com as adversidades da vida. No entanto, ao contrário do que poderia se esperar, este reconhecimento não gera identificação com o sujeito que se mata, uma vez que a força para se viver é exigida

de todos. Tampouco tal percepção suscita simpatia ou compaixão por quem não sustenta o peso do viver, sendo estes rechaçados e aparentemente considerados descartáveis, com vidas nuas, inclusive de direito a cuidados.

Ora, se a vida requer condições favoráveis para existir, a perspectiva que aponta no campo o suicídio como uma fraqueza e covardia parece desconsiderar tal aspecto. Individualizando a questão do suicídio a partir do momento em que culpabiliza unicamente aquele que se mata (e o responsabiliza pela sobrevivência: vide Figura 21), este modo de ver a questão desresponsabiliza a sociedade pelos aspectos socioeconômicos e histórico-culturais que envolvem a morte e a trata como algo separado da vida, ao invés de considerar a inseparável relação entre as duas. Não podemos pensar como se morre em nossa sociedade hoje, sem considerar como se tem vivido.

Para Butler (2015):

A precariedade implica viver socialmente, isto é, o fato de que a vida de alguém está sempre, de alguma forma, nas mãos do outro. Isso implica estarmos expostos não somente àqueles que conhecemos, mas também àqueles que não conhecemos, isto é, dependemos das pessoas que conhecemos, das que conhecemos superficialmente e das que desconhecemos totalmente. (p.31)

A precariedade vai, então, influenciar nossa relação com determinados modos de morrer e de sobreviver, que são condicionados pelo social. A vida só poderá ser valorizada quando a possibilidade de perda também se mostra importante (Butler, 2015). A morte por suicídio, no entanto, foi por vezes considerada no território não apenas uma “escolha”, mas uma “positiva”, que trará “evolução” à humanidade. Deste modo, os dispositivos-publicações aqui cartografados nos fazem ver que este tipo de perda é por vezes desconsiderado, não reconhecido, o que pode reverberar na falta de importância que se dá às possibilidades de prevenção.

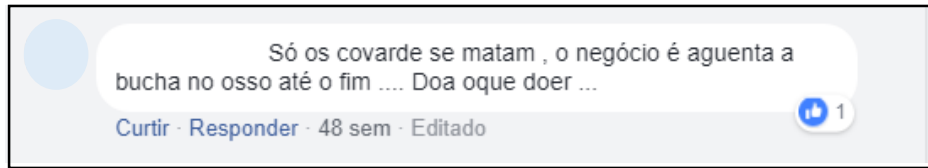


Figura 21: Comentário de usuário

Muito antes dos índices de mortes por esta causa alcançarem os números em que estão hoje, o suicídio da população indígena já era muito alto, de modo que hoje a discrepância entre a morte deste povo e dos demais brasileiros ainda é considerável. Quais medidas efetivas foram tomadas para atrasar este crescimento ou realmente diminuir os números? Butler (2015, p. 32) nos ajuda a compreender que “é exatamente porque um ser vivo pode morrer que é necessário cuidar dele para que possa viver”. Qual valor o Brasil dá à perda de seus índios?

Outro grupo de risco de suicídio no Brasil é a população LGBTTTQI+. Qual valor a perda desse grupo tem na nossa sociedade? Os idosos são há muito apontados também como aqueles com alto índice de suicídios, mas apenas quando os números entre jovens cresceram, a sociedade pareceu atentar mais para esta problemática. Nunca uma obra cinematográfica sobre o suicídio de um “velho” foi tão comentada como *13 reasons why*. Em um mundo em que a juventude é supervalorizada e o corpo jovem aquele considerado belo, não podemos crer que isto seja coincidência.

Quanto mais os índices de morte autoprovocada crescem entre a população economicamente ativa, heteronormativa, aceita e útil à produção do capital, mais isto parece ser o assunto do momento na televisão, internet e rodas de conversa. É por isso que não podemos considerar que a prevenção ao suicídio passe somente pelo falar sobre morte, mas insistimos em pensar também a vida, em um processo mais amplo do que a exclusão de meios e divulgação de informações. É preciso se atentar para a produção de subjetividade e promoção da saúde das populações de risco, como por exemplo indígenas, idosos, LGBTTTQI+, e jovens. Estas questões são importantes para a construção de políticas úteis a uma efetiva prevenção do suicídio.

Observamos que quando os sujeitos falam do suicídio como “fraqueza”, muitas vezes a associam à baixa tolerância à frustração que, por sua vez, foi relacionada com frequência à atual geração de adolescentes e jovens. Isto pode ser uma tentativa de explicar os índices crescentes de suicídio entre esta parcela da população, demonstrando mais uma vez como a morte de alguns deste grupo gera comoção e preocupação. Não esclarece, no entanto, a questão dos idosos (uma vez que são de outra geração), nem tampouco porque os indígenas jovens se matam com frequência há tantas gerações.

O território demonstra que há uma parcela significativa de pessoas que acreditam que os jovens de hoje são “mimados”, associando, inclusive, esta característica a estilos parentais, culpabilizando os pais por serem ausentes e/ou superprotetores (Figuras 22 e 23). Esta suposta explicação mais uma vez deixa de fora a população indígena, uma vez que não busca pensar como é neste contexto a relação entre pais e filhos.

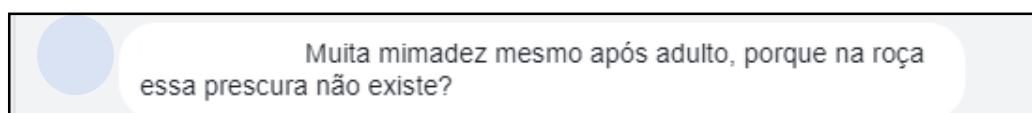


Figura 22: Comentário associando o suicídio a adultos “mimados”

Desta forma, foi possível perceber na pesquisa os pais sendo apontados como culpados pelo suicídio dos filhos jovens, uma vez que estes não foram adequadamente preparados para lidar com a vida e suas adversidades, segundo os discursos cartografados (Figura 23). É preciso se considerar que não se fala de qualquer pai, nem de qualquer filho, mas sim daqueles que possuem condições de vida que os possibilitam serem superprotegidos (pois “na roça essa frescura não existe”, Figura 22). A ausência de que os pais são acusados muitas vezes não se refere à quantidade do contato e sim à qualidade do convívio dos mesmos com os filhos, pois não é sobre o tempo que passam juntos, mas sobre a atenção, amor e cuidado envolvidos.

Falou-se com frequência no território em uma geração de jovens que quer tudo fácil e constrói expectativas exageradas por terem sido educados por adultos que os afastam da frustração, impedindo o contato com a realidade. Tal percepção também demonstra certo saudosismo, e a geração jovem atual chegou a ser chamada de “geração nutella”, em associação a uma piada utilizada na internet em 2018, em que aquilo que é produzido até os anos 1990 é chamado de “raiz” e valorizado, enquanto o que é fruto do século XXI é desconsiderado e nomeado de “Nutella”.

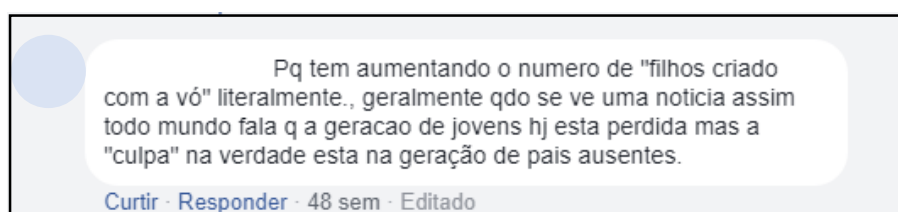


Figura 23: Comentário culpabilizando os “pais ausentes”

Neste mesmo território se refere extensivamente àquele que tenta suicídio como alguém que sofre de transtornos mentais. Referências foram feitas a diferentes classificações nosológicas, como transtorno borderline, síndrome do pânico e, majoritariamente, à depressão (Figura 24). Os comentários também utilizam de eufemismos para se referir a problemas psicológicos, de modo que muito se usou expressões como “doença da alma”, “dor da alma” ou “ferida na alma”. A depressão, principalmente, é considerada algo que leva ao suicídio e os comentários fazem relações diretas entre os dois.

Lembramos aqui que a dificuldade de acesso a cuidados com saúde é um fator de risco para o suicídio, segundo a OMS (2014). Além disto, reiteramos que o psiquiatra Botega (2015) elenca variados Transtornos Mentais neste grupo, considerando que depressão, transtorno bipolar, dependência de álcool e outras drogas, esquizofrenia e transtornos de personalidade, especialmente o borderline, colocam seus portadores em um grupo de risco à morte

autoprovocada. Além disto, também considera o histórico de transtorno mental na família. A ênfase que o profissional dá para os problemas de saúde mental representando um risco ao suicídio é claramente uma perspectiva da médica-psiquiátrica, que vem sendo adotada em larga escala pela população em geral.

O autor é uma importante figura que fala sobre o tema no Brasil, inclusive em cursos direcionados a psicólogos. Ele também alerta para a falta de tratamento adequado em saúde mental, a presença de ideação ou planejamento suicida, tentativas anteriores de se matar ou histórico de casos de suicídio na família (Botega, 2015). É preciso esclarecer, porém, que isto não significa que todo sujeito com diagnóstico de um dos transtornos mentais apontados acima irá se matar, nem tampouco que todos aqueles que se matam tinham alguma dessas condições.

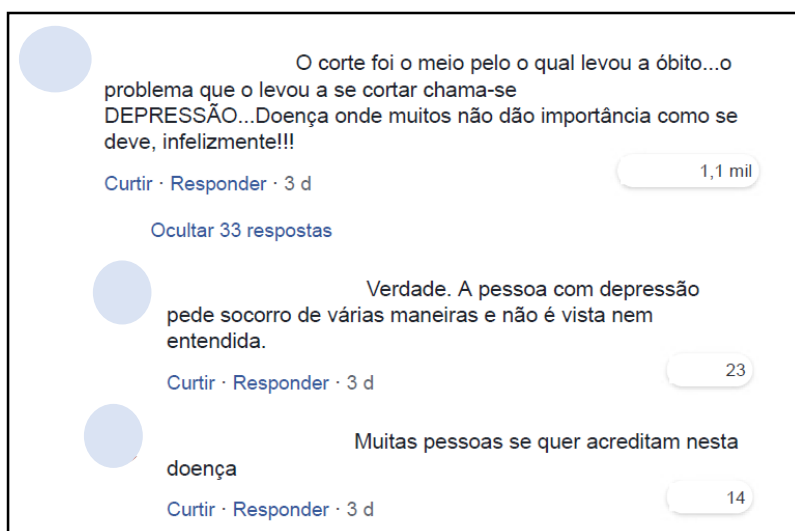


Figura 24: Comentário associando suicídio à depressão, seguido de respostas de outros usuários

O destaque dado à depressão nos comentários é, inclusive, explanado em tom de crítica por aqueles que se relacionam direta ou indiretamente a outros transtornos (Figura 25). O fato de os discursos no território se referirem majoritariamente à depressão demonstra que eles não estão necessariamente embasados pela OMS ou outros autores, uma vez que estes falam de

transtornos mentais de forma mais ampla, não limitados apenas à este diagnóstico. É possível que a associação da doença com a tristeza seja responsável por esta relação traçada. De qualquer forma, é preciso se observar que o conhecimento da população sobre saúde mental, mais do que a falta dela, ainda precisa ser ampliado.

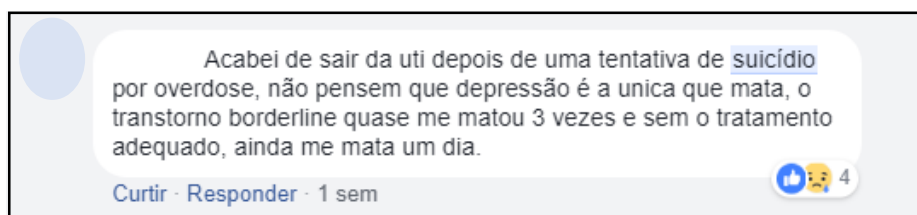


Figura 25: Comentário associando transtorno borderline e suicídio

De modo geral, os comentários que associam o suicídio a transtornos mentais muitas vezes criticam também a forma como as questões de saúde mental são tratadas hoje, por não terem na saúde pública a atenção que poderiam ter e por socialmente ainda despertarem preconceitos. Observamos que enquanto os comentários que associam o suicídio à fraqueza e covardia demonstram teor julgador e negativo, que buscam culpar hora o próprio sujeito, hora os pais deste, os relacionados a transtornos mentais tem muitas vezes caráter confessional (Figura 25 e 26) e evidenciam piedade, bem como a preocupação do território com os estigmas ainda hoje carregados pelos pacientes com transtornos mentais (Figura 24).

A própria Organização Mundial de Saúde (2014) reconhece que o estigma que os problemas de saúde mental ainda carregam é em si um fator de risco ao suicídio. Isto ocorre porque a falta de informação da população leva a uma visão negativa dos transtornos que dificulta a busca de tratamento. De forma semelhante, o abuso de substâncias, bem como o próprio comportamento suicida são estigmatizados socialmente. Deste modo, observamos que um sujeito que pensa e tenta suicídio é muito comumente julgado, tal qual ocorrido nos comentários cartografados, em que estes são denominados de fracos e covardes. Isto é um exemplo de como a sociedade muitas vezes enfrenta esta questão.

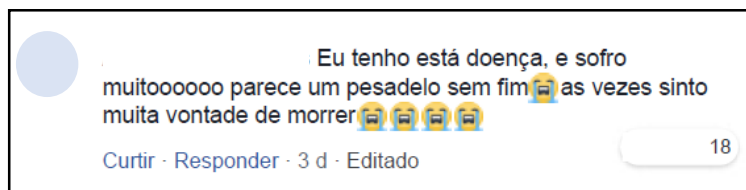


Figura 26: Comentário com relato pessoal

É possível perceber a grande expressão desses comentários, uma vez que somente na Figura número 24 a publicação inicial que associa o suicídio à depressão contou com mais de mil reações e ainda 33 respostas, estando na imagem as duas primeiras, que demonstram concordância com o que foi falado inicialmente. Além de associar os casos de morte autoprovocada à depressão, os comentários demonstram também preocupação com o descrédito que ainda hoje sofre o paciente com este transtorno.

O caráter confessional presente com frequência nos relatos demonstram um movimento muito observado no território durante a pesquisa. As pessoas mostram desinibição ao falarem sobre suas vidas pessoais e estão dispostas a discutir com estranhos sobre as mesmas, inclusive gerando extensas brigas. Até mesmo fotos de familiares (Figura 27), muitas vezes filhos, foram postadas nestes comentários públicos, de modo a compartilhar com os demais histórias similares às que estavam sendo comentadas, de pessoas que também sofrem com transtornos psicológicos ou bullying ou que também tentaram ou se mataram.

Observei este movimento com estranhamento. Apesar de saber que as pessoas falam sobre si nas redes sociais, ainda me causa estranhamento tamanha exposição da vida pessoal diante de estranhos. Ao conhecer alguém em outros territórios, que não os mediados pela tecnologia, me parece que as pessoas são mais reservadas e não falam de suas vidas pessoais com tanta abertura e facilidade. A mediação dos meios tecnológicos de comunicação parece, no entanto, fazer com que as pessoas tanto falem de si como não se inibam ao manifestar opiniões, por mais controversas que estas possam parecer.

É isto que Sibilía (2008) nomeia de “festival de vidas privadas” (p. 27). A autora esclarece que na internet as práticas “confessionais” vêm se ampliando ao longo do tempo, de modo que qualquer pessoa pode utilizar-se destas ferramentas para expor sua intimidade. Deste modo, nos últimos anos observamos surgir várias “celebridades” que não precisaram dos grandes jornais, programas de televisão ou indústria cinematográfica para se tornarem conhecidas e terem, inclusive, fãs.

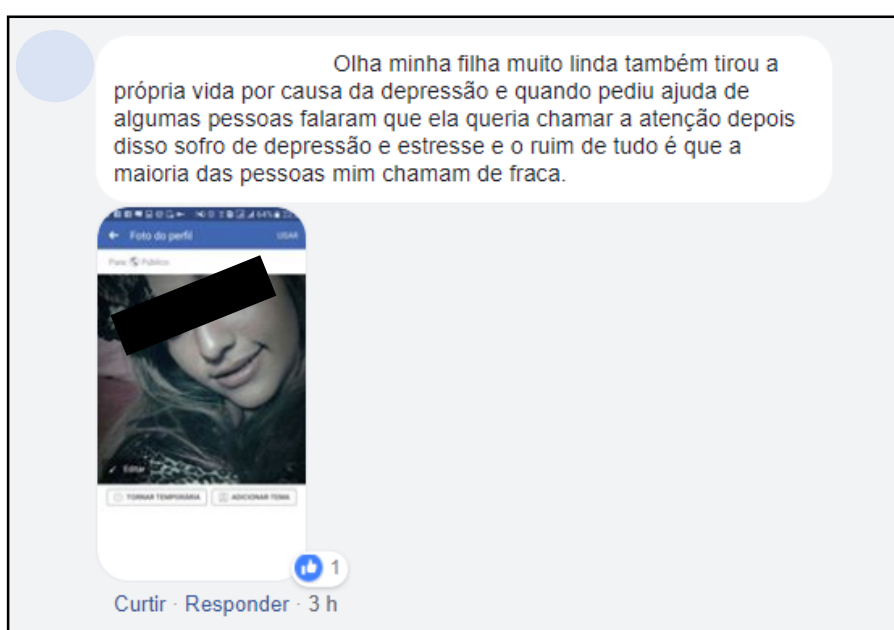


Figura 27: Comentário contendo relato pessoal e foto

Qualquer um de nós pode produzir conteúdo sobre a própria vida e publicar na internet, da mesma forma como todos podemos acessar o que foi exposto. Como afirma Sibilía (2008, p. 27): “basta apenas um clique do mouse. E, de fato, tanto *você*, como *eu* e todos *nós* costumamos dar esse clique”. Assim, os discursos sobre suicídio com teor confessional no Facebook também surgem em comentários públicos, para que qualquer um possa ver, com histórias de vida, algumas ainda ilustradas em imagens, tal qual na figura 27.

Sobre a relação entre suicídio e transtornos mentais, Venco e Barreto (2014) afirmam:

Hoje, o suicídio se inscreve no campo dos transtornos mentais (angústias, depressão, alterações de comportamento, bipolaridade, entre outros), adquirindo o status de patologia. Se na Antiguidade, o seu significado estava relacionado à “morte voluntária”, atualmente o suicídio continua sendo sustentado por crenças e mitos que se alimentam do corpo biológico para explicar o que nos angustia. Importam-nos, de fato, as verdadeiras causas que envolvem um suicídio. (Venco & Barreto, 2014, p. 296)

A citação acima demonstra como as pessoas buscam causas para o suicídio, muitas vezes o justificando com transtornos mentais, transformando todo sujeito que atenta contra a própria vida em um doente. Os comentários (Figuras 24 a 28) demonstram a frequência com que os sujeitos no território recorrem também a essa explicação, relacionando patologias e questões biológicas ao sofrimento intenso que influencia o sujeito a se matar:

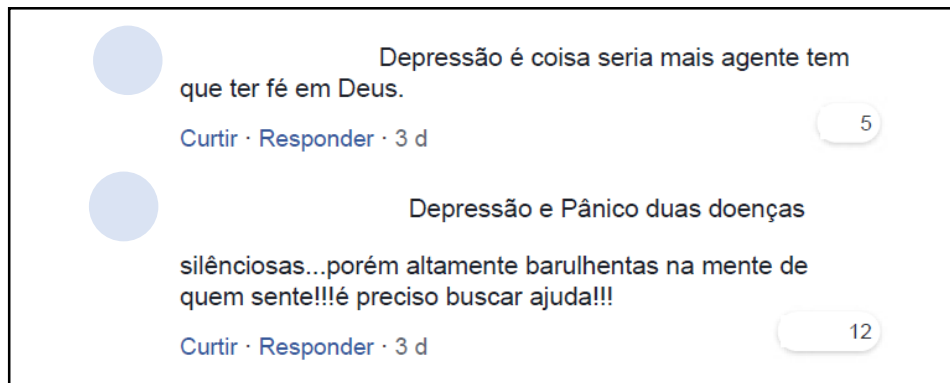


Figura 28: Comentários associando suicídio e transtornos mentais

Tal associação nos faz ainda refletir: os sujeitos no território associam o suicídio a transtornos mentais e ao mesmo tempo se referem a esta morte como não significativa - seriam, então, aqueles que sofrem com problemas de saúde mental *homo sacers* na nossa sociedade contemporânea? Retomando a perspectiva de Agamben (2007) é possível perceber o sujeito com transtorno mental como aquele que sequer vale como sacrifício, ao mesmo tempo que sua

vida se torna politicamente irrelevante na sociedade capitalista que visa a produção e o consumo.

Os comentários demonstram que os próprios sujeitos no território observam este movimento, quando relatam preocupação com o lugar dos transtornos mentais e daqueles que os carregam na nossa sociedade. Encontramos comumente comentários sobre como os demais, mesmo a família do sujeito que sofre, não dá importância a isto e trata como se fosse algo banal, bobagem ou mesmo uma tentativa de menor esforço, como preguiça. Várias pessoas comentam que apenas quem sofre com tal situação conhece a realidade do viver com problemas mentais e de como cuidar disto é complexo.

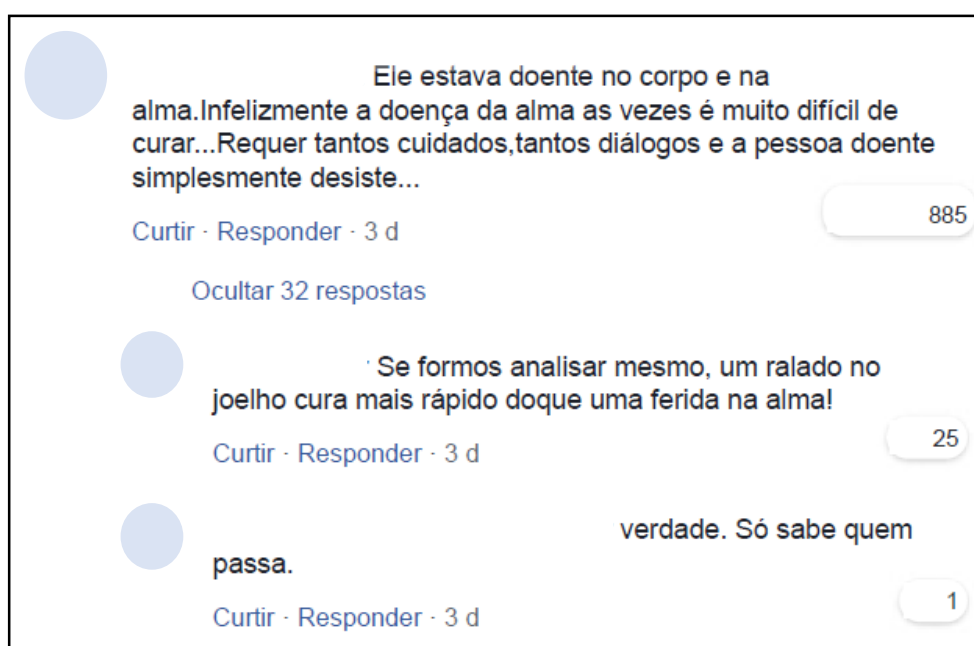


Figura 29: Comentários associando suicídio e transtornos mentais

Outro aspecto importante a se analisar aqui é a patologização que este discurso biomédico faz do sofrimento ao associar o suicídio aos transtornos mentais. Ortolan e Santos (2018) afirmam que:

“O discurso patologizante dos modos de vida, tendo como parceira a medicalização da vida, inscreve hoje o suicídio no campo dos transtornos mentais, sendo este um

fenômeno que poderia se apresentar em quadros de depressão, ansiedade, bipolaridade, dentre outros. Alocar, então, o suicídio na área médica, de saúde, implica em tê-lo como temática de discussão nas políticas públicas de saúde” (Ortolan & Santos, 2018, p. 633).

A Portaria nº 1.876 de 2006 não apenas considera o suicídio como caso de saúde pública, como reconhece o impacto que as pessoas próximas aos indivíduos que se mataram ou tentaram o suicídio recebem ao ocorrer um caso como este. Deste modo, também distingue a necessidade de uma rede articulada de saúde que promova cuidado integral a esses indivíduos e a melhoria do acesso aos serviços especializados (Brasil, 2006).

Reconhecemos também aqui a importância de uma rede que ofereça cuidados à população, com políticas e medidas que visem a promoção e a prevenção em saúde. Pensamos, no entanto, que a patologização do sofrimento não é necessária para que o suicídio seja mérito da saúde pública, uma vez que é preciso uma perspectiva ampla de saúde que não esteja pautada no binômio saúde X doença.

O reconhecimento da problemática do suicídio como algo pertinente aos cuidados da saúde pública não significa uma fuga dos processos biopolíticos. Como vem sendo mostrado ao longo deste trabalho, a valorização da vida que defende o Ministério da Saúde, precisa ser pensada a partir de um paradigma ético-estético e político, como produção de modos de existência. Assim, é preciso que as portarias e políticas se preocupem com mais do que “falar sobre” o tema, pensando os determinantes sociais de saúde, principalmente das populações mais afetadas. Afirma Löwy (2006, p. 16) “o suicídio é significativo tanto para Marx como para Peuchet, sobretudo como sintoma de uma sociedade doente”. Deste modo, precisamos interpretar os indícios e pensar esta questão a partir de uma perspectiva social.

Mesmo o psiquiatra Botega (2015), que considera o transtorno mental como um fator de risco para o suicídio, colocando-o como quase essencial para tal, reconhece que o mesmo

sozinho é insuficiente para a morte autoprovocada. O autor coloca a depressão e outros transtornos como predisponentes ao suicídio, o que não significa que todo sujeito com tal diagnóstico se mate, nem tampouco que todo aquele que tirou a própria vida sofresse destes transtornos, como afirmamos anteriormente.

Campos (2010) coloca que as noções de normal e excepcional atravessam a psicologia e seu trabalho de forma permanente. Para a autora, é o processo de produção do sistema capitalista que origina a figura da normalidade, sendo considerado normal “aquele que se adequar ao processo de trabalho instituído pelo capital” (p. 209), enquanto define o excepcional como “aquele cujo trabalho não pode ser convertido em valor-de-troca” (p.209).

O psicólogo se institui como um profissional apto a registrar e separar essas categorias, definindo o que estaria de acordo com os padrões de normalidade e o que estaria fora dele (Campos, 2010). Deste modo, observamos que a ideia do que é patológico ou não encontra-se atravessada pelo capital e pelos modos de produção, não tendo como foco o sujeito. Consideramos que a patologização e medicalização do sofrimento transforma processos naturais e mesmo sociais em aspectos a serem compreendidos pelo viés biologizante.

Sibilia e Jorge (2016), ao fazerem referência ao que Foucault denominou de biopolítica, consideram que o que se transformou na principal finalidade deste poder na era moderna ocidental foi a normalização dos sujeitos. Para as autoras, as instituições da época (escola, indústria, prisão e hospital) tinham o papel de classificar os indivíduos através de diagnósticos e, assim, hierarquizá-los entre os que eram considerados normais e anormais. Deste modo, era considerado “normal” aquele que não possuía sintomas de doenças.

Ainda segundo a mesma fonte (Sibilia & Jorge, 2016), na década de 1970 há uma modificação no modo de agir da psiquiatria, que até então excluía os desviantes. A partir deste período, esta ciência não mais visa apenas tratar sofrimentos, mas passa a “promover a saúde, a felicidade e o bem-estar” (p.43). Deste modo, as intervenções médicas e da farmacologia são

agora permeadas pela perspectiva da otimização, redefinindo o normal e o patológico, que agora também são regidos pelo mercado e o consumo.

Assim, as autoras ressaltam que “percebe-se, portanto, uma tendência à redução de toda a experiência humana à materialidade de um corpo cientificamente objetivável. Isso faz com que compreendamos as variações de nossos humores, pensamentos, sentimentos e vontades recorrendo a explicações biológicas, sobretudo neuroquímicas” (Sibilia & Jorge, 2016, p. 45). Reiteram, então, a perspectiva encontrada na pesquisa de transformação de aspectos da vida em questões que podem ser explicadas através da biologia, transformando condições naturais e características pessoais em patologias ou transtornos que necessitam de remédios para serem tratados.

As autoras concluem que:

Disso decorre uma neutralização das diferenças entre as diversas experiências subjetivas, sendo rotulado como patológico qualquer comportamento que seja considerado falho com relação às exigências do sistema de produção atual. Isso torna as doenças mentais não mais uma exceção ou um raro desvio da norma, mas uma propensão na qual toda a população tem o risco de cair. E, por isso, entende-se que deve ser medicalizada. (Sibilia & Jorge, 2016, p. 47)

Tais falas sobre depressão e outros transtornos, estiveram consideravelmente presentes no território. Observamos que um discurso igualmente encontrado foi o religioso. Descoberto em diferentes aspectos, pois hora as falas se referiam à religião como um fator protetivo, apta a ajudar o sujeito que sofre, hora servia para tecer julgamentos, sendo considerado que a pessoa que se mata deveria temer à Deus. Ao mesmo tempo, muitas repressões ao discurso com este viés foram encontradas, pois vários consideram que não se deveria falar em religião ou associá-la ao suicídio e mesmo à saúde mental.

Observamos que o viés religioso encontrado nas postagens não exclui o aspecto biologizante da mesma, nem tampouco as questões biopolíticas envolvidas. O suicídio ainda pode ser associado a transtornos mentais quando é abordado a partir de um discurso religioso, do mesmo modo que se encontra emaranhado em uma complexa teia que envolve o consumo e o capital. Enquanto fator protetivo, foi observado a religiosidade como um fator que resguarda o sujeito de transtornos mentais e mesmo ajuda aquele que convive com esta problemática (Figura 30).

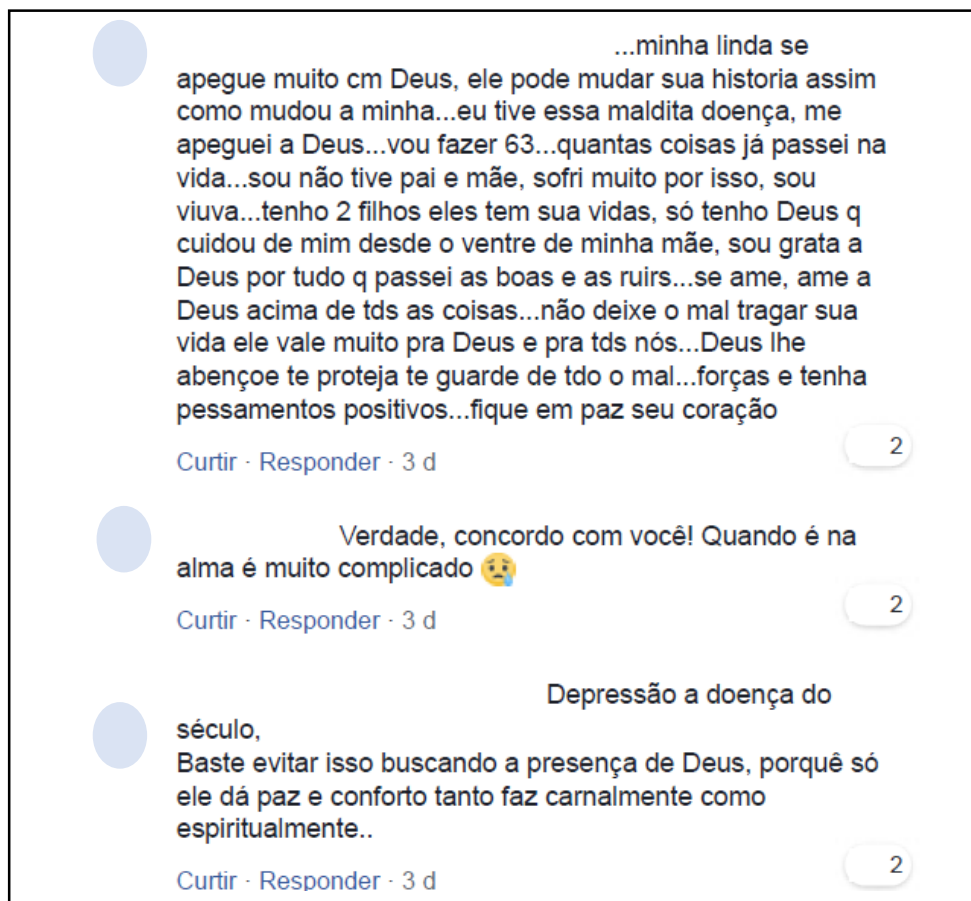


Figura 30: Comentário com viés religioso

Ao mesmo tempo, se observou também críticas a tal associação. Por vezes os comentários religiosos eram julgados por tornarem algo que é de âmbito da saúde mental, compreendida através do binômio saúde versus doença, em um fator religioso. As críticas

afirmam que o sujeito precisa de cuidados de saúde, por ter uma doença/transtorno, e que as religiões muitas vezes prejudicam, julgando o sujeito (Figura 31).

Sem Deus, vc pode ter o dinheiro que for.... lamentável um cara com tudo na vida perder pra drogas, bebida, remédios,etc. Aliás, mais um...

Curtir · Responder · 3 d · Editado 95

Ocultar 30 respostas

ter Deus e ser um babaca julgador como vc? 77

Curtir · Responder · 3 d

Mano...apaga esse comentário seu, na moral. 49

Curtir · Responder · 3 d

Marcelo Rossi mandou **um abraço** 56

Curtir · Responder · 3 d

Ai cala a boca 20

Curtir · Responder · 3 d

"Não julgais.." trouxe. 23

Curtir · Responder · 3 d

Cala boca retardado 21

Curtir · Responder · 3 d

Deixa de ser retardado seu animal. 13

Curtir · Responder · 3 d

E o dizimo ta em dia? 28

Curtir · Responder · 3 d

Cada uma viu... Aff 6

Curtir · Responder · 3 d

Tem que vir esses religiosos affff como vc sabe que ele não tenha Deus?????? Idiota 13

Curtir · Responder · 3 d

Vc que é sem Deus idiota nem sabe o Que se passava fica ai falando asneiras 8

Curtir · Responder · 3 d

Figura 31: Crítica a comentário com viés religioso

Observamos que estas críticas tem grande impacto, pois além de se repetirem, possuem muitas reações (77, 49, etc). Estas são em sua quase totalidade “curti” e “amei”, expressando aceitação da crítica e concordância. Foi possível observar durante a pesquisa que ambas as perspectivas são muito comuns: são vários os que tecem comentários com viés religioso, seja de julgamento ou apoio. Ao mesmo tempo, aqueles que falam em Deus e religião são extensamente criticados por outros usuários, que não consideram esta uma perspectiva adequada para se pensar a questão do suicídio.

Também observamos que estes movimentos demonstram resistência. Diante de sujeitos que sofrem, o território recorre à religião para mostrar apoio. Ao se deparar com julgamentos de conotação religiosa, porém, o campo critica o sujeito que assim se manifestou, atacando a ele e sua religião, como em uma tentativa de defesa daqueles que foram julgados inicialmente. Estes movimentos mostram a possibilidade do território resistir diante das pressões impostas nele mesmo e de formar grupos de apoio. Estas resistências foram observadas ao longo da pesquisa e serão mais exploradas no próximo capítulo.

4.1.3 “Todo mundo tem o direito de tirar a própria vida”: o suicídio como uma reivindicação de cidadania

Juntamente com os discursos medicalizantes e religiosos percebemos na pesquisa, embora com menor expressão que os anteriores, a perspectiva do suicídio como um direito. Esta se mostrou presente nas falas de pessoas que não demonstram pensar em ceifar a própria vida, mas também em indivíduos que assim se identificam. Desta forma, este analisador é nomeado com uma frase que retrata tal percepção:

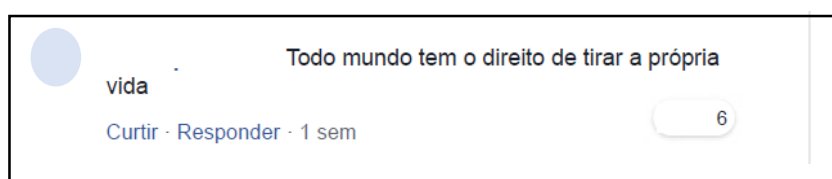


Figura 32: Comentário retratando a perspectiva do suicídio como um direito

Na mesma postagem, em outros comentários (figura 33), o mesmo sujeito explica sua perspectiva e se identifica como alguém que tem a intenção de se matar. Isto demonstra que aqueles que estão em sofrimento e visam o suicídio também podem vê-lo como direito. Esta se apresenta como uma mudança significativa de perspectiva, considerando que esta morte era criminalizada na França nos séculos XIX e XX (Venco & Barreto, 2014) e continua sendo ilegal em alguns países ainda hoje (OMS, 2014).

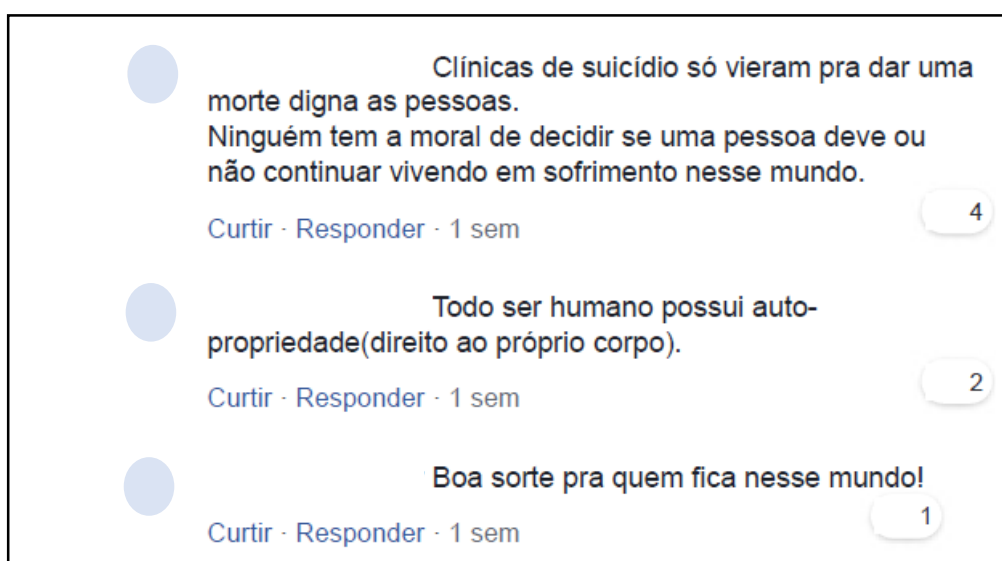


Figura 33: Comentários do mesmo usuário da Figura 32

Para pensar sobre esta visão diferenciada precisamos compreender que em geral o sujeito que está prestes a se matar é envolvido por significativo desespero, de modo que isto dificulta a visualização de alternativas à morte. Sobre este momento, Botega (2015, p. 76) afirma que “a combinação de desespero e desesperança leva à necessidade de um alívio rápido: a cessação da consciência para interromper a dor psíquica. Na crise suicida, o estado de construção cognitiva não permite opções de ação para enfrentar os problemas”.

Se não é possível naquele momento que o sujeito perceba possibilidades de enfrentar os problemas com os quais está lidando, não podemos considerá-lo apto a decidir entre tirar ou não a própria vida, uma vez que esta se coloca para o mesmo como a única opção. Na pesquisa,

observamos vários comentários que alegam a questão do suicídio como um direito (figuras 32 a 34), no entanto é mais comum encontrarmos tal discussão no campo da bioética e, mesmo aí, é escassa. Esta engloba, em geral, questões sobre eutanásia, suicídio assistido e distanásia.

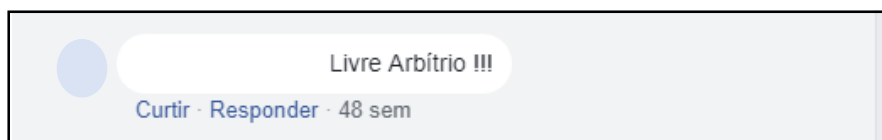


Figura 34: Comentários considerando o suicídio como um direito do sujeito em exercer seu livre-arbítrio

Kòvacs (2003) diferencia três suicídios. Segundo a autora, o suicídio em si é a “ação que o sujeito faz contra si próprio, e que resulta em morte” (p. 123). O suicídio assistido, por sua vez, é considerado pela mesma como aquele em que o paciente pede e recebe ajuda para se matar. A autora ressalva, no entanto, que isto é considerado crime no Brasil. Ela descreve ainda o que chama de suicídio passivo, que seria a ausência de ação que resulta em morte, por exemplo quando o paciente deixa, intencionalmente, de tomar a medicação recomendada. Ela ressalta uma diferença entre suicídio e suicídio assistido: no primeiro não é necessário ajuda para a realização do ato.

A autora cita Mishara (1999 citado por Kòvacs, 2003), que afirmava que a sociedade de modo geral tolera melhor os pedidos para morrer direcionados a médicos quando estes partem de pacientes que estão gravemente doentes, ainda que a morte não esteja próxima e que restem ações a serem realizadas em prol da vida. Esta perspectiva foi encontrada nos discursos cartografados, que consideraram o suicídio através da máquina anunciada em um dos dispositivos-publicação como algo digno para o sujeito que está gravemente doente. Tal qual na literatura, nesta pesquisa os sujeitos mostraram maior tolerância à morte autoprovocada diante desta situação de grave enfermidade:

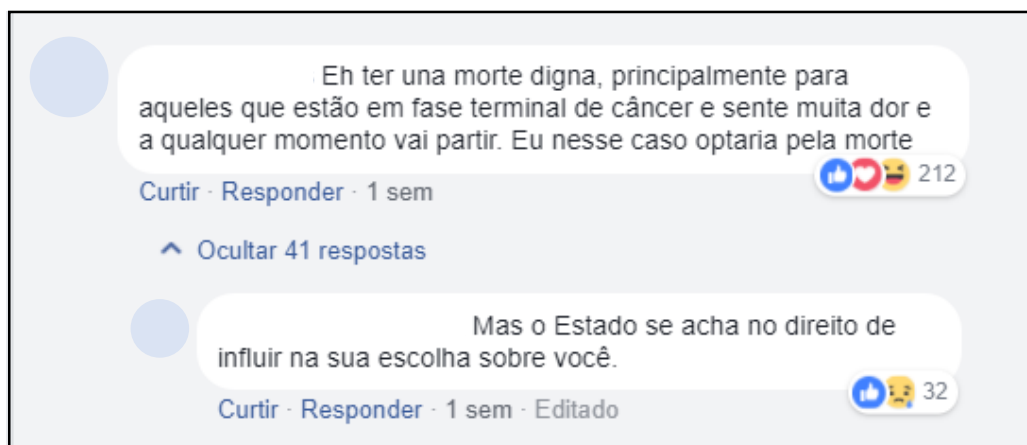


Figura 35: Comentário e resposta em concordância

Observamos que os comentários com este viés demonstram muitas curtidas, porém são muitas vezes direcionados a casos em que o sujeito deseja a morte por estar doente, associando tal período a dor e sofrimento. Isto é diferenciado do suicídio tratado neste trabalho, em que não falamos necessariamente de sujeitos com doenças mentais ou físicas. Ao mesmo tempo, os comentários que apenas consideram o suicídio um direito, sem associá-lo a doenças (Figuras 32 a 34 e 36) não possuem a mesma quantidade de reações, como é possível observar abaixo, quando mesmo após um ano de publicação, o comentário não suscitou respostas ou curtidas:

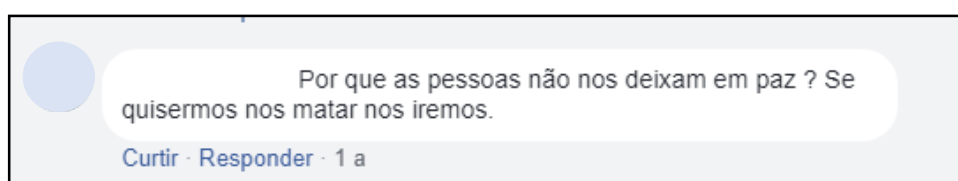


Figura 36: Comentário em defesa do suicídio como um direito

Daolio (2012) propõe o estudo do suicídio sob a perspectiva bioética, considerando esta como uma “disciplina voltada para o estudo das questões atuais da vida sob a ótica da ética” (p. 439). O autor ressalta que a bioética deve ser compreendida a partir do respeito ao humano. Desta forma, esta disciplina se preocupa com a humanidade em cada ser humano, e aquilo que

diz respeito ao suicídio, remetido em violência e falta de respeito consigo mesmo, afeta ainda a civilização como um todo, comprometendo o futuro da própria humanidade.

Além disso, o autor explana a relação do suicídio com outro princípio ligado à bioética, o da proteção. Segundo ele este “não pode ser entendido como paternalismo, mas como o ato da pessoa, dos órgãos públicos e da própria sociedade em perceber aqueles sujeitos vulneráveis aos mais variados problemas que podem levar ao suicídio” (Daolio, 2012, 440). Neste sentido, proteger se relaciona à devolução da autonomia completa ao sujeito, para que ele possa pensar com discernimento sobre seu futuro e assim tomar decisões.

O autor reitera, então, a perspectiva que apresentamos inicialmente, de que o sujeito prestes a se matar não está em pleno domínio da sua autonomia. Mais do que isso, coloca a responsabilidade em perceber os sujeitos que possam estar vulneráveis ao suicídio não apenas no próprio indivíduo, mas também nos órgãos públicos e na sociedade. Assim, o ato de ceifar a própria vida não pode ser considerado como algo privado, mas como uma questão social e de responsabilidade pública.

Desde que Durkheim (2000) escreveu sobre o tema, se pensa o suicídio também dentro das ciências humanas e sociais, pois este autor possibilitou que esta morte fosse visualizada como um fato social. Se passarmos a considerá-lo sob o viés defendido no território nestes discursos, individualizamos a morte por esta causa, desconsiderando os aspectos sociais, econômicos, históricos e culturais envolvidos. Ao mesmo tempo, a defesa da vida e a negação do suicídio como um direito do cidadão não é o suficiente para lidar com tal problemática.

Quando falamos em direito a si e à própria morte, precisamos pensar em que tipo de vida e de fim desta estamos nos referindo. Pelbart (2008) defende que o biopoder contemporâneo não produz mais vida, e sim uma sobrevida, transformando os sujeitos em meros sobreviventes. Para o autor, neste contexto a preocupação recai sobre gerir e otimizar a vida, reduzindo o ser humano a algo biológico, vegetativo. Ele utiliza o conceito de vida nua

de Agamben para esclarecer que “de certa maneira *estamos todos nessa condição terminal*” (Pelbart, 2008, p. 4). Para ele isto inclui “a democracia ocidental, a sociedade de consumo, o hedonismo de massa, a medicalização da existência, em suma, a abordagem biológica da vida numa escala ampliada, mesmo quando promovida num contexto de luxo e sofisticação biotecnológica” (p. 4-5).

Desta forma, observamos que ao falar em direito à vida ou à morte, precisamos pensar em que tipo de vida e morte estamos falando, uma vez que vivemos em um contexto de dominação biopolítica, tal qual o título do texto de Pelbart (2008). A oposição que a psiquiatria e outras áreas, inclusive a própria sociedade, impõe ao que alguns discursos defendem no território, do suicídio como um exercício do direito de cidadão, não parece considerar estas questões e se apresenta, muitas vezes, a partir de uma perspectiva moral e religiosa.

Quando não acatamos a ideia da morte autoprovocada como direito, mas não investimos em prevenção e promoção de saúde das populações mais vulneráveis, não estaríamos também defendendo o direito à sobrevida de Pelbart (2008)? O autor denomina de “sobrevivencialismo” (p. 6) a cultura atual de sobrevivência a qualquer custo. Somos hoje aquilo que ele chama de “zumbis pós modernos” (p. 7), que preferem uma existência prolongada ao máximo, mas sem prazeres reais.

Nossa dificuldade em aceitar o suicídio como um direito, então, poderia estar ligada à nosso apreço por esta sobrevida, de modo que defendemos que se matar não é a melhor alternativa, mas pouco olhamos para o lado para atentar às reais condições de vida daqueles que estão seguindo este caminho. Esta discussão não pode seguir apenas o caminho da moral, pois é preciso se pensar as condições de vida da população e traçar possíveis relações entre elas e os grupos de risco ao suicídio.

Não se trata aqui de levantar a bandeira da morte autoprovocada e considerá-la uma alternativa adequada às condições de vida da população. O que queremos abordar aqui é a

compreensão necessária de que para proteger a vida, esta precisa primeiro existir e ser reconhecida, nos termos de Butler (2015). Matos (2006, p. 46) afirma que “no empobrecimento cultural, o homem perde mais que direitos, perde a representação do direito a ter direitos”. Como pensar, então, na morte como um direito quando sequer se tem a vida como tal?

Cuidar para que os índios, idosos, LGBTTQI+, jovens, e demais sujeitos que vêm cada vez mais se matando, se mantenham vivos a qualquer custo não pode ser suficiente. É preciso que estes tenham condições de existência, pois se todos vivemos, segundo Pelbart (2008), uma sobrevida, imagine o que é uma sobrevida precária (nos termos da “Vida precária” de Butler, 2011), uma sobrevida que sequer é passível de luto (Butler, 2015).

4.2 Eixo 2: Causas para o suicídio apontadas nos discursos estudados

Neste eixo reunimos os analisadores que evidenciam causas que os discursos no território relacionavam ao suicídio. Estes nos possibilitam ver os causadores que são atribuídos ao sofrimento intenso que envolve o atentar contra a própria vida, e falar sobre os mesmos. As linhas de força aqui compostas atravessam aquelas que já vinham sendo traçadas no eixo anterior, de modo que é possível relacionar o que os discursos consideram que o suicídio é e o que leva a ele.

Estes analisadores estão associados a questões sociais e não biológicas, o que é curioso de observarmos, uma vez que a crise suicida é associada com frequência a transtornos mentais, como explicitado no eixo anterior. As falas chegam a confundirem um leitor desavisado e não implicado no território, que pode pensar em alguns momentos que não se está ali falando de suicídio, mas sim de depressão, por exemplo.

Mais uma vez os analisadores são nomeados com falas do território, e por isso estão entre aspas, sendo possível encontrar tais sentenças nos prints ao longo do trabalho. Não estamos apontando aqui o que causa um ou outro suicídio, mesmo porque este não é o objetivo da pesquisa. Tampouco estamos questionando que esta morte seja multifatorial, como defendido na literatura. Retratamos, porém, aspectos da vida que os sujeitos no campo associam ao sofrimento intenso e ao suicídio, de modo que estas são explicações às quais o território recorre na tentativa de compreender melhor a problemática, mas que não agem isoladas.

4.2.1 “Nem todo mundo pode ser o melhor”: o suicídio como resultado de pressões sociais

Neste analisador observamos algo que foi apontado com relação direta ao sofrimento que desencadeia o suicídio: a competição e a pressão exercida pela sociedade para que os

sujeitos sigam padrões e sejam sempre os melhores. Tal pressão social foi comentada pensando diferentes âmbitos da vida, de modo que os discursos a apontam como presente na educação, no mercado de trabalho, nos padrões de beleza e nos aspectos socioeconômicos.

O título deste analisador (figura 37) representa as críticas observadas tão frequentemente às pressões sociais, e deixa claro que elas são prejudiciais pois geram uma competição adoecedora. Como afirma a usuária no comentário reproduzido abaixo, nem todos podem ser os melhores, e isto gera frustração e vergonha:

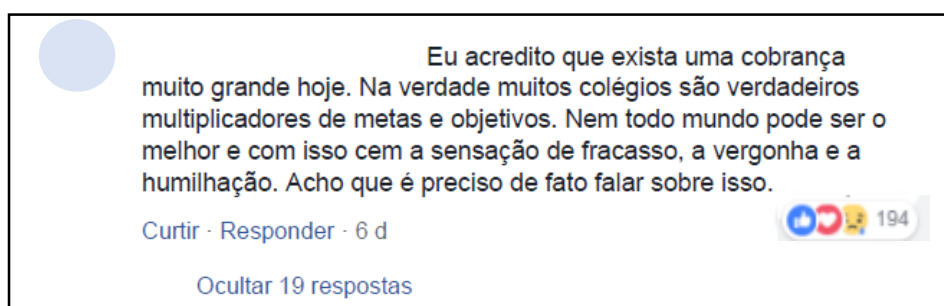


Figura 37: Comentário que dá nome a este analisador

Por diversas vezes ser bonito (segundo os padrões de beleza atuais), rico, e ter sucesso foram considerados sinônimos de felicidade e há sujeitos que sequer acreditam que pessoas com tais atributos podem se matar, delegando a explicação deste fato ao uso de drogas e/ou transtornos mentais. Observamos, então, que ao mesmo tempo que a pressão para seguir padrões foi criticada no território, ela também ali marcava sua presença, sorrateiramente, em comentários que muitas vezes demonstram a mesma violência, porém de forma velada.

Botega (2015) afirma que, da perspectiva sociológica, mortes violentas como o suicídio, acidentes, crimes, além de alcoolismo e óbito por outras drogas, são decorrentes da pressão e da tensão social. O autor considera que os contextos socioculturais devem também ser considerados na busca da compreensão do que leva ao comportamento suicida, bem como do que o mantém. Na pesquisa observamos que os sujeitos, mesmo sem saber, seguem esta

recomendação, à medida que exploram as diferentes linhas que ligam suicídio e os contextos sociais e culturais em que o sofrimento é produzido hoje.

A figura abaixo traz um relato pessoal sobre a temática das pressões sociais. O nome do colégio da rede privada de educação brasileira foi apagado:

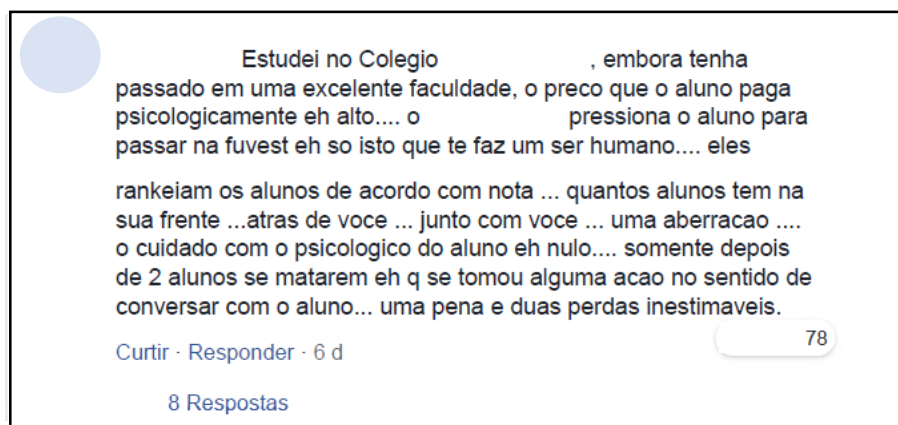


Figura 38: Relato pessoal sobre a pressão no mundo educacional

É preciso ainda observar que ao mesmo tempo que os discursos apontam as diferentes pressões sociais, também relatam quando sofrem ou acompanham o sofrimento de outros por estas razões. Isto mostra que os comentários não são observações descuidadas, mas surgem também de vivências do sujeito (figura 39). Ademais, é importante reconhecer o papel da mídia nisto tudo. Ela, segundo Matos (2006), estimula o sujeito de uma forma que ele não pode “dar conta”, enquanto outras realidades, caem no esquecimento. Pensamos então nos modos de ser que também são apagados da memória coletiva, como se apenas o padrão midiático fosse aceitável hoje.

Rolnik (1997) já falava em como a globalização, ao mesmo tempo que intensifica misturas, produz “kits de perfis-padrão de acordo com cada órbita do mercado, para serem consumidos pelas subjetividades, independente de contexto geográfico, nacional, cultural etc.” (p.20). As identidades não têm mais características locais, sendo agora flexíveis e globalizadas,

pois agem de acordo com o comércio. Elas são forçadas à mudança, uma vez que é preciso produzir o perfil adequado ao consumo naquele momento, podendo se esvaziar de sentido, caso contrário.

Para Debord (1997), atualmente se prefere as aparências ao ser, de modo que as sociedades modernas existem de espetáculos. O sujeito não mais vive, mas sim representa. O autor explica que “o espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens” (p.14). Isto se assemelha às redes sociais tecnológicas de hoje, pois nossas relações construídas em grande parte com a ajuda destas são intermediadas por tais elementos, nas nossas vidas pessoais e profissionais.

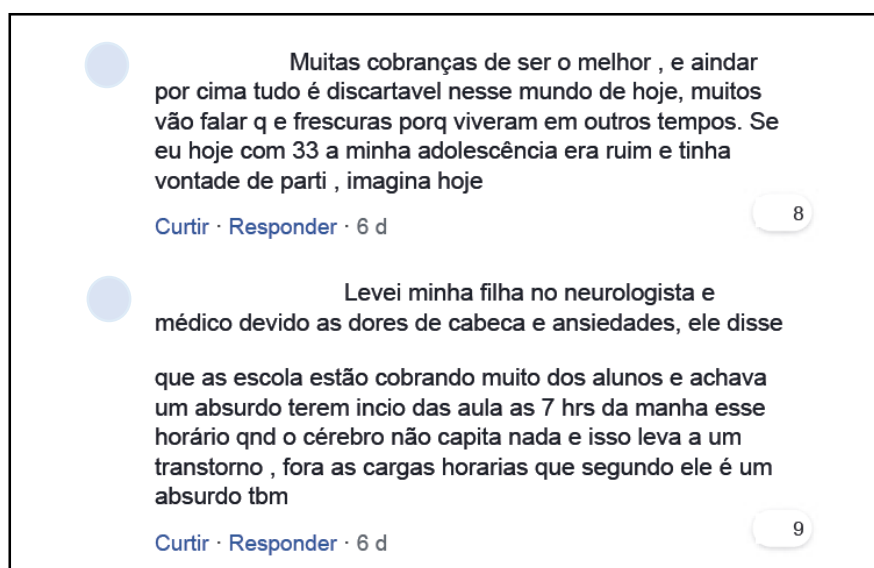


Figura 39: Comentários sobre cobranças sociais

Desta forma, cada vez mais nos deparamos com o que Rolnik (1997) nomeia de “Identities prêt-à-porter”, que são consumidas como próteses pelos sujeitos na esperança de conseguir um espaço no mercado, ou seja, de compor também o espetáculo. A autora fala de dois diferentes movimentos no campo da subjetividade: o enrijecimento de algumas identidades, e a ameaça de extinção de todas elas.

A estudiosa afirma que mesmo quando as minorias são defendidas enquanto identidade, isto se compõe em uma problemática. A questão não é a organização destas enquanto grupo, pois isto deve ocorrer para que se possa combater injustiças. O que defende é que tais coletivos não podem ser tomados como reivindicação identitária, uma vez que este tipo de referência precisa ser combatido. Esta oposição não se refere a pulverizar todas as identidades, mas sim a favorecer movimentos de singularização, promovendo a criação de existências (Rolnik, 1997).

O sociólogo Ehrenberg (2010) traça o conceito de “melhor que bem”, traduzindo o que os comentários estudados na pesquisa exploram com propriedade: a necessidade de sermos não apenas felizes, mas sim os melhores, os mais felizes, como retratado na figura 40 (abaixo), quando se fala em “perfeição”. Desta forma, observamos que os modelos identitários existentes hoje, as “Identidades prêt-a-porter” de Rolnik (1997), precisam ser sempre as suas melhores versões, em um estímulo a comparações.

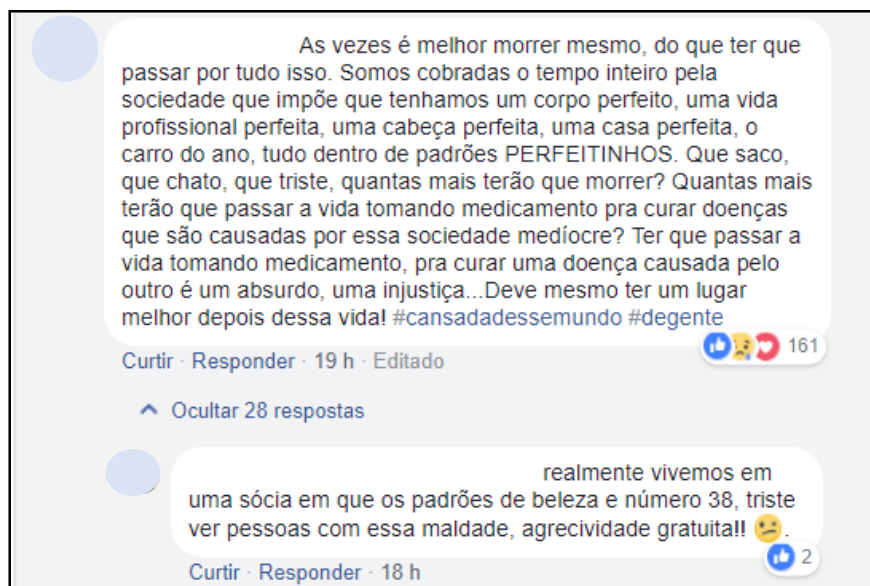


Figura 40: Comentários I e II sobre cobranças sociais

A competição está envolvida nesse contexto e em diferentes aspectos da vida precisamos ser sempre os melhores, na educação, no mercado de trabalho, no mundo da moda e da beleza. Este é o caminho para ser mais feliz (Ehrenberg, 2010). É isto que o mundo exige

atualmente. Debord (1997, p. 14) esclarece que “o espetáculo é ao mesmo tempo o resultado e o projeto do modo de produção existente”. Para o autor, ele é o maior exemplo a ser seguido de vida em sociedade que existe hoje; e sabemos que isto tem uma relação estreita com o consumo, que promovem tais modelos de subjetividade a serem alcançados.

O comentário abaixo é mais um exemplo de como os discursos cartografados criticam as cobranças sociais, relacionando as mesmas ao suicídio, inclusive a casos conhecidos como este:

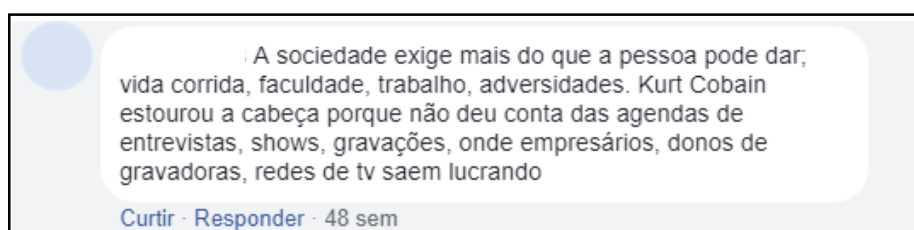


Figura 41: Comentário III sobre cobranças sociais

Venco e Barreto (2014) corroboram que:

Novos discursos foram acrescentados à história do suicídio, em presença de um mundo em constante mutação, indiferente à dor do outro, que estimula o consumismo desenfreado enquanto aumenta o desemprego, o que certamente cria um sentimento de incerteza e vazio, gerando novos casos de suicídios. Apesar disso, continua o silêncio no que se refere ao mundo do trabalho como possível causa de suicídio. (p. 296)

Deste modo, os autores não apenas relacionam o suicídio ao mercado de trabalho e ao desemprego, como também problematizam o consumo e o individualismo, associando-os à história desta morte. Isto nos mostra que não há uma forma simples de pensar o suicídio e suas causas, pois vários aspectos estão relacionados. O filósofo e sociólogo Bauman (2008) percebe a sociedade contemporânea a partir de uma supervalorização do consumo e esclarece que, neste

contexto, as pessoas e subjetividades são também transformadas em mercadoria. Deste modo, também buscamos explorar e agregar atrativos em nós mesmos.

As pressões sociais parecem, então, levar a um consumo de uma vida agitada, em que para agregar valor a nós mesmos precisamos buscar sermos os melhores em tudo. O território apontou relação deste aspecto com as redes sociais e a internet, consideradas entrelaçadas às pressões vivenciadas pelo sujeito:

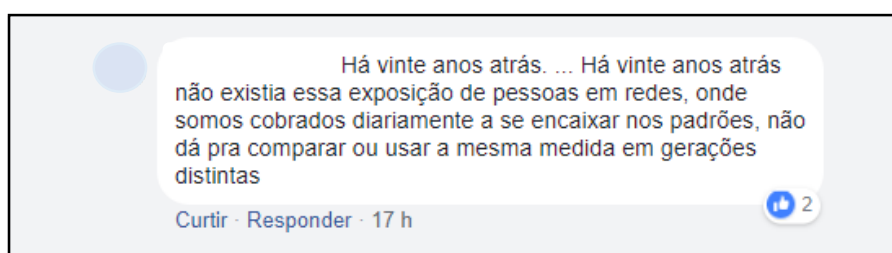


Figura 42: Comentário relacionando a internet às cobranças atuais

O comentário acima demonstra uma percepção de que as redes sociais mediadas pela internet proporcionam uma exposição que amplia a cobrança por encaixe em padrões sociais pré-estabelecidos. Debord (1997, p.17) afirma que “o que aparece é bom, o que é bom aparece”, e isto parece continuar em vigor hoje. As redes mediadas pela tecnologia aumentam a exigência não só porque possibilitam maior acesso à vida do outro, como também devido à facilidade de divulgação de modelos de subjetividade prontos para serem consumidos.

Matos (2006, p. 20) esclarece que “a ‘sociedade do espetáculo’ contemporânea é a da visibilidade absoluta: é panóptica”, de modo que todos vigiam uns aos outros e ninguém sabe realmente quando (não) está sendo olhado. Assim, o sujeito cada vez mais se autorregula, pois está sempre submetido a um mecanismo de vigilância, que pode ser real ou o que a autora chama de virtual. Aqui, no entanto, nos referimos a este como “mediado pela tecnologia”, pois consideramos que tal intermédio não faz com que as relações não sejam reais. Ainda que seja através da internet, estamos sempre sob a possibilidade de sermos observados.

Desta forma já há até mesmo um nome para aqueles que tem como ofício a prática de serem modelos de subjetividades online: influenciadores digitais. Estes sujeitos tem como “profissão” influenciar aqueles que estão do outro lado do computador e celular, apesar de que não os únicos a fazerem isto, neste mundo em que, como diz Sibilía (2008), “você, eu e todos nós” cumprimos esse papel. O que pode parecer a desavisados mera venda de itens de beleza, entretenimento e muitos outros, produz também modos de ser que são consumidos em série por aqueles que assistem/veem/acompanham a vida destes novos ídolos do século XXI.

A realidade hoje é que qualquer um pode estar em evidência, algo bem diferente de quando Foucault descreveu como apenas algumas pessoas poderiam ser reconhecidas como celebridades. Na época, esses sujeitos eram escolhidos com cuidado. No novo século, no entanto, eu ou você, e todos nós fomos convertidos em “personalidades do momento” (Sibilía, 2008). E assim o é, na sociedade em que qualquer um pode acumular milhares de curtidas ao postar a foto da moda.

Pelbart (2008) esclarece que há atualmente um grande investimento no corpo, o que é fácil de perceber ao conhecermos os ditos influenciadores digitais. Segundo o autor, reduziu-se a própria subjetividade ao corpo: “a sua aparência, a sua imagem, a sua performance, a sua saúde, a sua longevidade” (Pelbart, 2008, p. 5), o que nos possibilita falar atualmente em uma bioidentidade. Adequa-se o corpo tanto à ciência, e a suas regras que ditam nossa saúde e buscam nos afastar da morte, quanto ao espetáculo, na busca de ser considerado belo tal qual os modelos vigentes, os influenciadores.

Hoje observamos, então, que tanto há aqueles que divulgam o corpo magro nas redes (e estes são a maioria), quanto há representantes de grupos minoritários que ganham destaque, como obesos e negros, dentre outros. Apesar de válido enquanto luta, a venda de ambos os corpos como identidades a serem consumidas dificulta, como já explicitado por Rolnik (1997), a singularização. Este movimento de padronizar o sujeito envolve os variados aspectos da vida,

pois o corpo não precisa ser apenas belo, mas também saudável, inteligente, ter um bom emprego, seguindo assim pela lógica das inúmeras pressões diárias. Deste modo, o território muitas vezes aponta o quão considera ser atualmente mais difícil lidar com as pressões sociais devido ao alcance que a tecnologia proporciona em relação à vida do outro (figura 43).



Figura 43: Comentário sobre as redes sociais

Podemos relacionar esta percepção tanto à competição apontada por Ehrenberg (2010), que seria estimulada pela exposição de vidas perfeitas, como à Bauman (2008) e à forma como hoje somos também mercadorias expostas e prontas a serem consumidas. Desta forma, torna-se difícil aceitar as limitações e o quão complexo e problemático é tentar ser “o melhor” em tudo, como a sociedade nos pressiona, pois somos também produtos e precisamos nos vender bem.

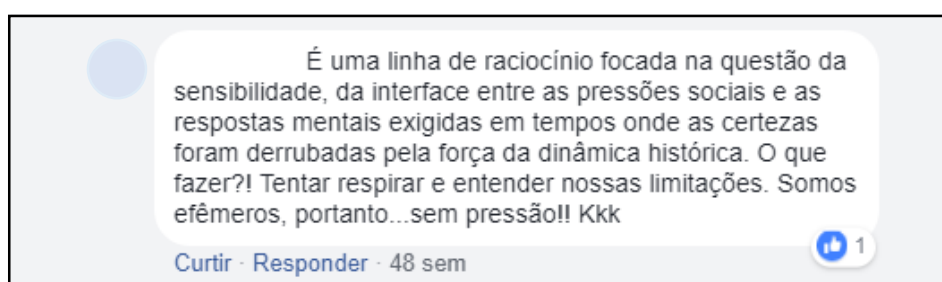


Figura 44: Comentário sobre pressões sociais

Sibilia (2008) explicita como o sujeitos são chamados a se mostrarem no século XXI. O que é privado cada vez mais passa a ser publicizado, de modo que a subjetividade que já foi considerada como algo próprio do interior do indivíduo passa a se construir de outras formas.

Assim, o uso que os seres humanos fazem dos aplicativos e redes tecnológicas servem a essas novas demandas socioculturais e permitem a construção de modos de ser diferentes.

Abaixo, uma sequência de comentários mostra como a cobrança social pode ser velada. Com um discurso de “respeito” e aceitação, um usuário, ao explicar comentários que se referiam a uma adolescente que sofria bullying sendo chamada de “gorda”, associa esta característica do sujeito a “problemas de saúde”. Isto demonstra uma cobrança para que as pessoas sigam os padrões sociais de beleza, que consideram o corpo magro o mais belo e desejável, porém utilizando argumentos diferentes. A resposta ao usuário de uma mulher que se identifica como “gorda” desvela a cobrança e o preconceito que envolve o comentário inicial:

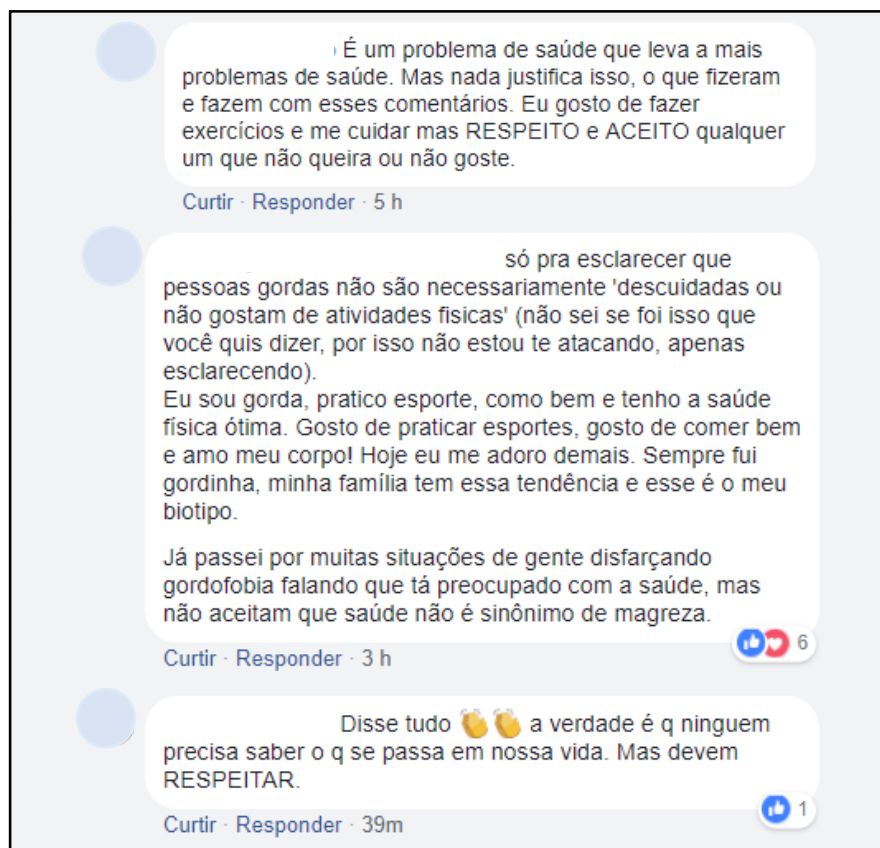


Figura 45: Comentários revelando a pressão social velada em falas que alegam respeito

Este aspecto observado atravessa o próximo analisador, que explora como o sujeito é julgado ao não cumprir com os padrões sociais. Enquanto o comentário acima fala em

“respeito”, são muitos os que rechaçam aqueles que saem dos arquétipos e desafiam a pressão social, tanto intencionalmente, por resistir a tal agenciamento, como aqueles que, mesmo tentando, não conseguem se adequar ao solicitado pela sociedade contemporânea.

4.2.2 “Não há suicídio... na verdade a sociedade comete homicídio”: o suicídio como uma reação ao preconceito

Neste analisador exploramos os comentários que pensam o suicídio como uma morte provocada por outrem, à medida que falam sobre a presença constante de preconceitos na sociedade contemporânea. Eles relacionam diretamente o sofrimento intenso daquele com comportamentos suicidas às pressões sociais e, principalmente, ao que ocorre com aqueles que não se encaixam nos padrões. Ao mesmo tempo, os discursos ressaltam a problemática que é a falta de mobilização social para mudança desta realidade (figura 46).

Ressaltamos que as falas não são nossas, enquanto pesquisadoras, mas do público que posta sua opinião no Facebook. Dentre as publicações-dispositivos analisadas, uma se referia exatamente ao preconceito sofrido por uma adolescente devido ao seu peso. Esta se matou em 2018 e sua história ficou conhecida na internet pois mesmo após sua morte havia quem fizesse comentários maldosos a seu respeito, se referindo à forma física da garota.

Além desta publicação, em outras também surgiram tanto comentários preconceituosos como críticas a estes. Como as pressões sociais são enfrentadas em diferentes esferas da vida (você sempre tem que ser o melhor profissional, aluno, ter o corpo mais belo - e este é sempre o mais magro - e etc), a discriminação sofrida por quem não se enquadra nos padrões também surge em diversos aspectos, principalmente porque os modelos são cada vez mais inalcançáveis.

Pelbart (2008) esclarece que, como a subjetividade foi “reduzida ao corpo” (p. 5) e este é colocado com um padrão praticamente impossível de ser atendido, os sujeitos sofrem. Diz o autor: “Não hesitamos em chamá-lo, mesmo nas condições moduláveis da coerção

contemporânea, de um corpo fascista - diante do modelo inalcançável, boa parcela da população é jogada numa condição de inferioridade sub-humana” (Pelbart, 2008, p. 5-6). Assim, podemos falar hoje em uma vida “biologizada”, reduzida ao corpo, de modo que continuamos sendo apenas sobreviventes (Pelbart, 2008).

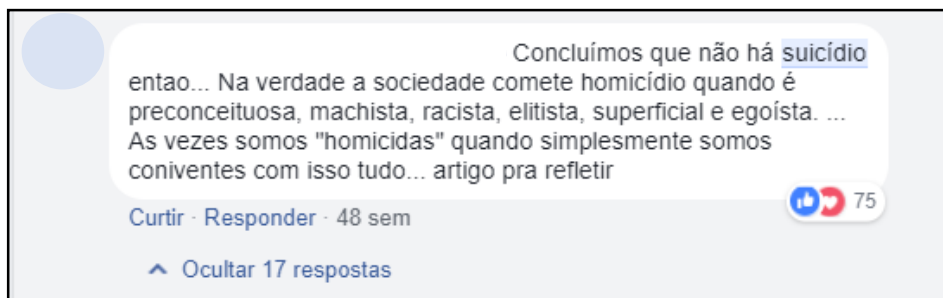


Figura 46: Comentário que dá nome a este analisador

A figura acima traz o comentário que inspirou o nome desta seção. Ele compara a morte autoprovocada com um homicídio, que seria cometido pela sociedade preconceituosa em que vivemos. Sobre este aspecto, é importante ressaltar que

Muito se teoriza sobre o suicídio, mas falta maior preocupação e elaboração sobre o suicida: ouvi-lo, compreendê-lo, com vistas a dimensionar o fenômeno e perceber até que ponto nossa sociedade, preocupada com as aparências e descomprometida com as pessoas, influi ou é responsável pelo aumento, diminuição e ocorrência de gesto tão dramático e comprometedor. (Daolio, 2012, p. 437-438)

A citação de Daolio nos faz pensar no individualismo a que os usuários muitas vezes se referiram nos discursos cartografados. Ao mesmo tempo, as falas sobre preconceito atravessam o analisador explorado no eixo 1, em que o território associava o suicídio a transtornos mentais. Aqui mais uma vez se considerou a discriminação que sofre o sujeito com problemas de saúde mental, considerando esta uma barreira para o acesso desse sujeito a cuidados:

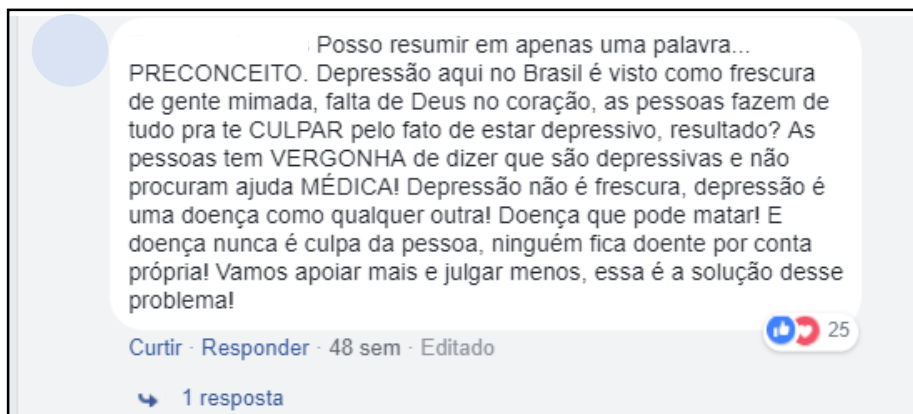


Figura 47: Comentário sobre preconceito em relação a transtornos mentais

É interessante observar como os discursos que o comentário acima afirma se referirem à depressão são encontrados na pesquisa em relação ao suicídio. As falas de “frescura de gente mimada, falta de Deus no coração” (Figura 47) são analisadas no eixo anterior, a partir da frequência com que estas apareceram na pesquisa sendo associadas à morte autoprovocada. Ao mesmo tempo, a tendência a culpabilizar o sujeito em sofrimento e/ou depressivo (que tanto se misturaram nos discursos) foi também observada.

Muitas vezes defendeu-se nos comentários que a responsabilidade por se cuidar é daquele que sofre, ou mesmo da vítima das agressões e preconceitos. Isto foi muito observado quando os discursos se referiam também à bullying. Segundo Gibaldi Vaz (2014) esta expressão é recente, e seu conceito data da década de 1970, na Escandinávia. Inicialmente, ele se referia apenas às escolas como locus, de modo que se acreditava que atingia somente crianças e adolescentes, pensando sempre a agressão através da violência física.

Com o tempo, começou a se utilizar o conceito em outros contextos, como no mundo do trabalho. Também se passou a considerar outras formas de agressão, como a verbal e a emocional, de modo que “será classificado como bullying toda forma de discriminação baseada em gênero, raça, orientação sexual, aparência e religião” (Gibaldi Vaz, 2014, p. 40).

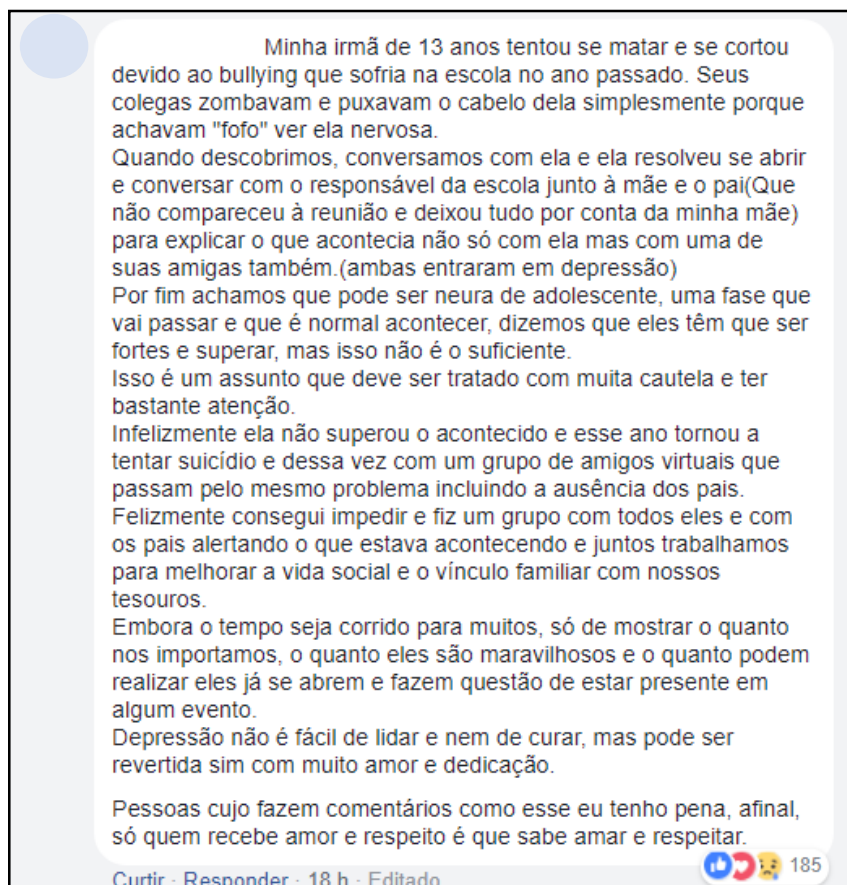


Figura 48: Comentário com relato pessoal

Na pesquisa, muito se falou sobre bullying e preconceito, associando-os a tentativas de suicídio, como no relato acima. É interessante observar que, tal qual na figura 47 o comentário revela uma culpabilização e responsabilidade do sujeito com depressão, a pesquisa também demonstrou que ainda se considera muitas vezes que é aquele que sofre a discriminação que não deve se deixar afetar, responsabilizando-o assim pelo sofrimento vivenciado, como na imagem 49.

Matos (2006) esclarece que a mídia ajuda a veicular estereótipos, pois evita a complexidade naquilo que transmite, visando que todos compreendam de forma rápida a mensagem. Ao mesmo tempo, isto ocorre porque esta cultura midiática contribui para que a população não acesse outras formas de se obter informações. Assim, somos compostos por aquilo que a autora chama de “semiformação”, devido à rapidez nas informações.

Matos (2006) afirma então que “O semiculto sente-se capaz de falar de tudo porque ‘bem informado’, mas seu saber está em descompasso com o Saber e é desproporcional também com respeito a seus próprios conhecimentos. Não sabe que não sabe” (p.41). Acreditamos que muitos comentários nas redes sociais são assim formados: o sujeito se sente livre para falar sobre a vida, ou a morte, do outro, pois considera-se sabedor de muitas coisas sobre suicídio com as informações rasas a que tem acesso na manchete de um reportagem compartilhada. De forma semelhante, pensa saber muito sobre o sujeito que ali fala de si, através dos comentários traçados em poucos caracteres.

Como um “semiculto”, formado pela mídia tecnológica, o sujeito “não sabe que não sabe” o suficiente sobre a vida do outro para julgá-lo. Assim, além de falar sobre suicídio, depressão, bullying, e outros assuntos sérios, sem informações suficientes para tal, os sujeitos no território ainda culpabilizam aqueles que sofrem com tais problemas, responsabilizando-os pela situação vivenciada:

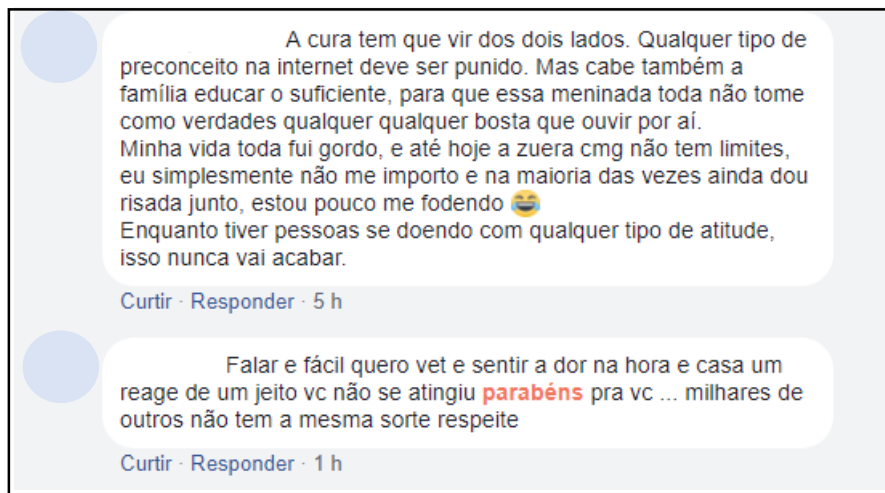


Figura 49: Comentário responsabilizando o sujeito discriminado

O sujeito acima, apesar de relatar ser alvo de gozações por sua condição física, coloca nele mesmo a responsabilidade de não sofrer, de modo que dá a atender que a culpa é daquele

que se deixa afetar, e não do outro que discrimina e agride verbalmente, culpabilizando aqueles que não reagem da mesma forma que ele a agressões. Ao mesmo tempo, a própria rede social mediada pela tecnologia proporciona uma réplica a essa percepção, quando outro usuário esclarece em resposta ao primeiro que os sujeitos são diferentes e reagem de diversas formas às agressões. Este comentário sugere uma atitude de respeito que possibilite um devir outrem, deixando claro para o primeiro usuário que ninguém irá necessariamente ser atingido da mesma forma que ele.

A pesquisa nos permitiu perceber que muitas vezes a culpabilização que os comentários demonstram vem dos próprios sujeitos que se identificam como centrais às discussões: aqueles diagnosticados com transtornos mentais, bem como que são alvos de preconceitos e agressões verbais e virtuais.

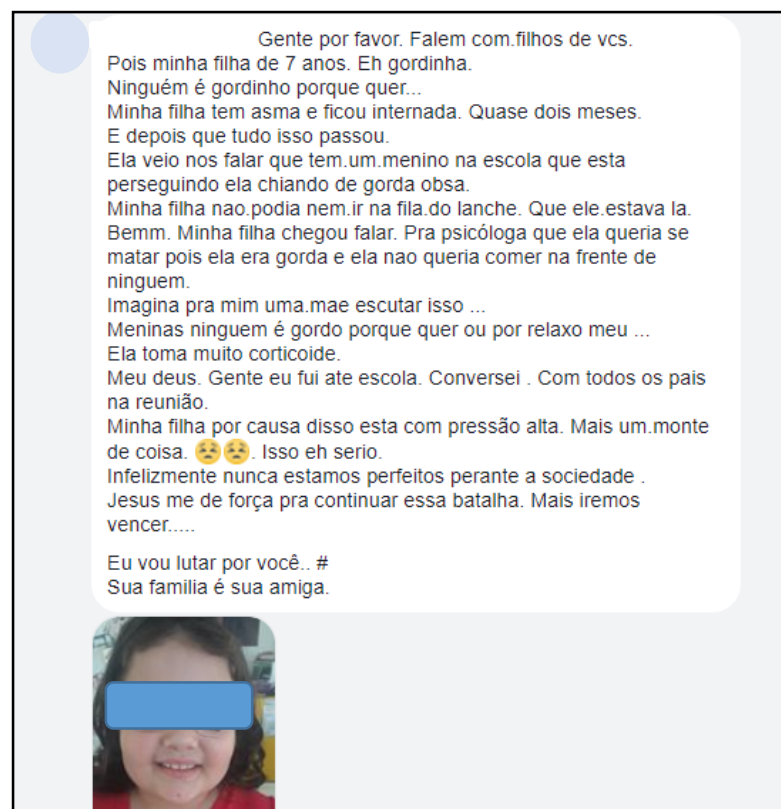


Figura 50: Comentário com relato pessoal

Na comentário acima, observamos um relato pessoal de uma mãe cuja filha sofre bullying por sua condição física. Ao mesmo tempo que a responsável demonstra angústia pelo ocorrido e afirma considerar algo sério, a mesma inicia seu discurso afirmando que “ninguém é gordinho porque quer” (comentário de usuário, Figura 50) e explicitando uma série de condições de saúde que levaram a sua filha a tal situação. Ora, com tal fala a mãe preocupada reforça, sem perceber, uma série de preconceitos que envolvem a condição física da filha, associando o ser “gordinho” a algo negativo e, ainda, a problemas de saúde. Abaixo, vemos um comentário postado em resposta ao anterior, que também contém relato pessoal:

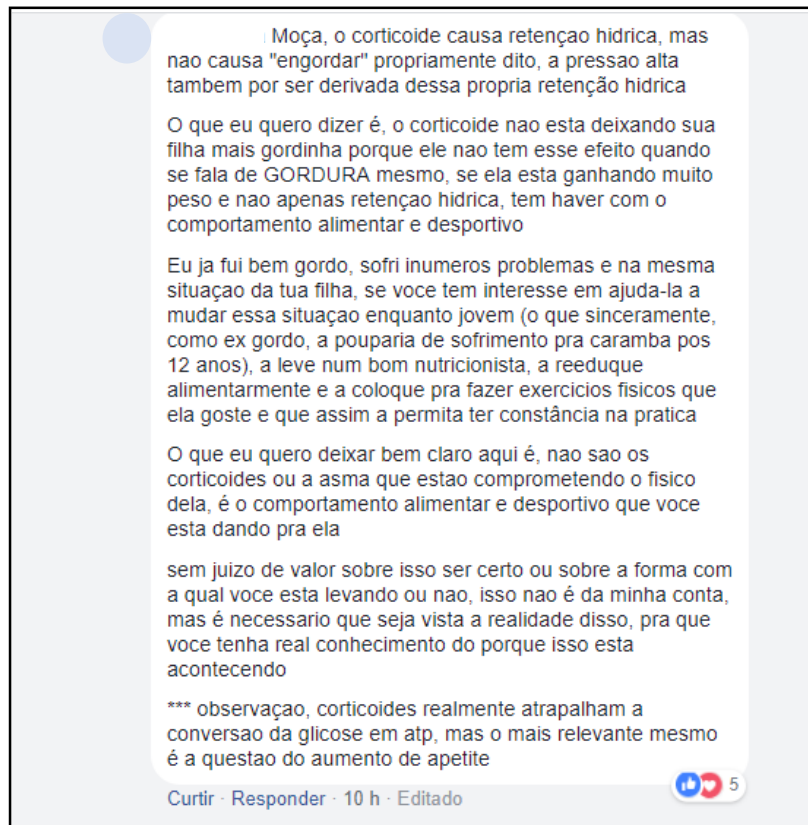


Figura 51: Comentário em resposta ao da Figura 50

O usuário acima se identifica como “ex-gordo” e afirma a necessidade de a criança de sete anos retratada na figura 50 emagrecer para poupá-la de sofrimento “pós 12 anos”, período que marca a entrada na adolescência, segundo a construção social vigente. Chama atenção que

o sujeito, ao se identificar com a situação vivenciada pela criança, reforça também a necessidade da mesma emagrecer e seguir os padrões de beleza, o que, a julgar pelo comentário, ele próprio fez.

Em momento algum a mãe da figura 50 ou o sujeito que a responde se manifestam contra as condições sociais e culturais que elegeram o corpo magro como belo, se mostrando agenciados pelas linhas que nos forçam a seguir padrões pré-estabelecidos. Apesar disto, movimentos de resistência foram percebidos, advindos de outros usuários que não necessariamente relatam vivências semelhantes, mas se mostram dispostos a dar suporte às vítimas de discriminações. Estes movimentos serão explanados melhor no próximo capítulo. Além disto, observamos pessoas que usam a própria rede social para contrapor a perspectiva dos comentários acima, como na figura a seguir:

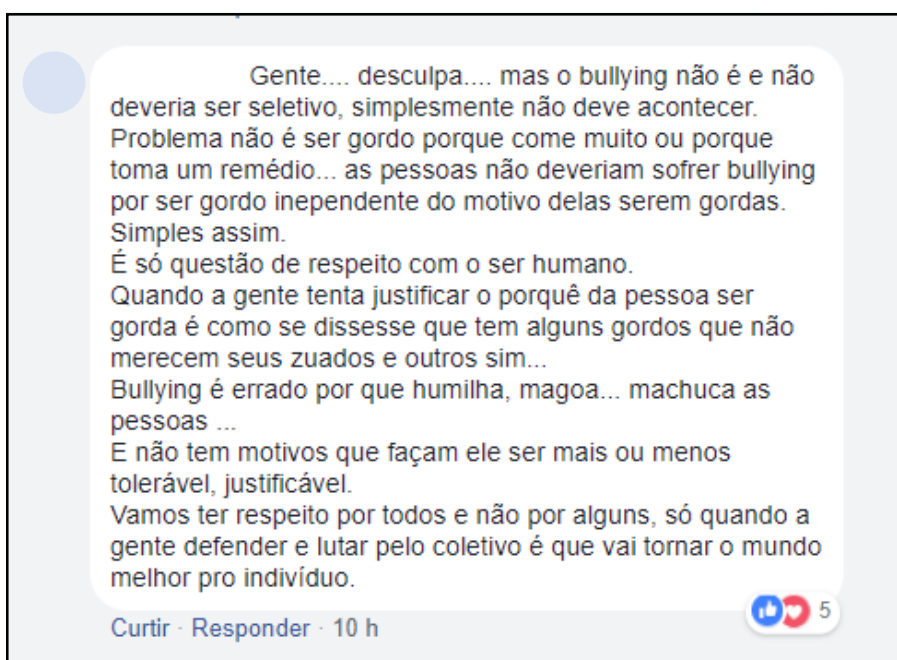


Figura 52: Comentário de usuário

Assim, estes comentários demonstram as possibilidades de resistência do território, pois ainda que se encontrem muitas agressões, também é possível nos depararmos com sujeitos

dispostos a contrapor as pressões sociais para se seguir modelos. Estes movimentos possibilitam singularizações, a construção de uma pluralidade de modos de ser, mesmo com as forças que nos impulsionam para o contrário e que vêm sendo exploradas aqui nesta pesquisa. Na imagem abaixo, um sujeito que traz uma perspectiva diferenciada das duas figuras 50 e 51:

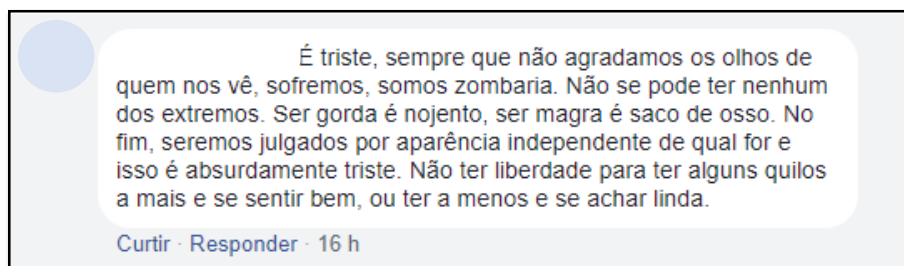


Figura 53: Comentário de usuário

Ao contrário das imagens 50 e 51, este comentário nos faz refletir sobre como é complexo seguir os padrões e ainda assim evitar ser vítima de preconceitos. O que esta fala evidencia é o quão difícil é não ser julgado em nossa sociedade, de modo que satisfazer as expectativas sociais se mostra quase impossível, o que gera sofrimento, como explicitado acima por Pelbart (2008).

Isto se relaciona às mudanças do modelo de vigilância contemporâneos. Foucault (1987) falava no panóptico na sociedade disciplinar moderna, que se baseava no princípio de disciplinar corpos. Bauman (2014) afirma que o panóptico foi relegado a partes da sociedade que engloba os sujeitos excluídos, como prisões e clínicas psiquiátricas, no mesmo sentido que Goffman aborda ao falar de instituições totais. Hoje, porém, Bauman fala que “a servidão, com a vigilância do desempenho 24 horas por dia, sete dias por semana, está se tornando plena e verdadeiramente, para os subordinados, uma tarefa do tipo ‘faça você mesmo’” (Bauman, 2014, p. 44). Uma sociedade do espetáculo “panóptica”, como chama Matos (2006), em que todos são vigiados.

Tal como os subordinados “autovigilantes” de que fala Bauman (2014), nós também parecermos ter nos tornado nossos próprios vigias, por isso é tão difícil saber quando se está ou não sendo olhado. Tal qual a sociedade se constrói hoje, nós, que nos queixamos dos padrões e da pressão, somos igualmente agenciados e agenciadores destes, vigiando a nós mesmos para estar dentro do que é exigido e transportando, tal como coloca o autor em relação aos empregados hoje, nosso panóptico pessoal.

Desta forma, é extremamente difícil fugir aos julgamentos, uma vez que nós mesmos não estamos jamais satisfeitos com nossa realidade, sempre na expectativa de disciplinar nossos próprios corpos, tal como exprimem as figuras acima. Apesar disto, os movimentos de resistência nos dão esperanças, e é isto que exploraremos a seguir.

5. (In)Discretas Esperanças

Você procura a perfeição, eu tenho andado sobre efeito
Mas posso te dizer que já não aguento mais
Desencana, não vou mudar por sua causa, não tem jeito
Quem é que decide o que é melhor pra minha vida agora?
(Aquele Paz- Charlie Brown Jr.)

Aqui discutimos os movimentos de resistência, invenção e fuga que acompanhamos se constituírem no território, considerando a noção discutida por Foucault. O nome do capítulo faz referência ao livro de Matos (2006) intitulado “Discretas esperanças”, pois apesar de ter sido difícil ler alguns comentários que encontramos durante a pesquisa, violentos e que pressionam o sujeito, as resistências aqui descritas nos deram esperanças. Elas nos possibilitaram perceber que a internet não é apenas um espaço de julgamento, mas também de acolher o outro.

Não poderíamos, porém, denominar um movimento que ocorre na internet, em um espaço aberto ao público em uma rede social, como algo exatamente “discreto”. Os movimentos aqui retratados não objetivaram não chamar a atenção, pelo contrário: convocam mais pessoas a participar dessas redes de apoio, em que se busca menos julgar o outro e mais ouvir com atenção e aconselhar com cuidado.

Por isto chamamos o capítulo de “(In)Discretas Esperanças”, pois por mais que as resistências ainda possam se ampliar, na sociedade do espetáculo panóptica de Matos (2006) há sempre alguém observando, ainda que este alguém seja você mesmo, como os “autovigilantes” de Bauman (2014). Em um mundo em que os diários não são mais privados, mas expostos a quem sequer se conhece, em um movimento amplo de publicização do que já foi particular, “as ‘personalidades’ são convocadas a se mostrarem” (Sibilia, 2008, p. 23), de modo que precisamos entender os limites da discrição.

Além disto, desejamos que estes movimentos de resistência se ampliem e tomem cada vez mais as redes sociais mediadas pela tecnologia, possibilitando também a produção de inovações em formas de resistir. São eles que contribuem para a criação de novos modos de ser através de processos de singularização, e consideramos que sejam uma boa maneira de combater as “Identidades prêt-a-porter” de Rolnik (1997). Por isso, não podemos pensá-los “discretos”.

Com esta perspectiva, este capítulo aborda dois analisadores: a formação de redes de apoio e de trabalho, na esperança também de que com este destaque dado na pesquisa, estes movimentos alcancem cada vez mais espaço. Foucault (1995) afirma que seus estudos, apesar de parecerem se debruçar sobre o poder, na realidade pensam a transformação dos seres humanos em sujeitos. Para ele, o poder foi envolvido pois “Pareceu-me que, enquanto o sujeito humano é colocado em relações de produção e de significação, é igualmente colocado em relações de poder muito complexas” (Foucault, 1995, p. 232).

Para o autor, utilizar as resistências ao poder e as tentativas existentes de se dissociar destas relações pode ser um modo efetivo de compreendê-las (Foucault, 1995). Desta forma, seguimos aqui também os movimentos de resistência, acompanhando as linhas de fuga na tentativa de melhor entender também as de força, que atravessam o território onde os discursos sobre suicídio são construídos.

Iniciamos este momento com o trecho da música da banda brasileira Charlie Brown Jr acima, pois ele retrata de forma adequada o que os movimentos aqui explorados representam. Nos analisadores anteriores falamos sobre as pressões a que os sujeitos são submetidos na (e pela) sociedade contemporânea, em que se busca, tal qual na letra da canção, a “perfeição”, sujeitos “melhores que bem” (Ehrenberg, 2010) em todos os aspectos da vida dos mesmos. Mas assim como na música, os sujeitos na rede social mediada pela tecnologia também estão cansados e produzem formas de mudar esta realidade.

Assim, neste capítulo falamos com mais detalhes sobre as resistências que vínhamos apontando ao longo do trabalho. Elas demonstram tentativas de romper com as correntes de opressão descritas anteriormente, mostrando fugas e novas possibilidades. Tal qual o eu lírico da música “Aquela paz”, alguns usuários do Facebook também demonstraram perceber que não precisam mudar por outros e pelas pressões sociais sofridas, pois sabem o que é melhor para a própria vida.

Em seu Abecedário, Deleuze (1994) demonstra perceber as resistências como criação, associando-a com potência de vida. Ele identifica seu trabalho e o de Foucault formando redes, que seriam de conceitos e, assim, também de oposição a um pensamento dominante. Neste capítulo exploramos analisadores que assim se mostram tanto em relação às pressões vigentes, quanto ao tabu que a morte e o sofrimento enfrentam hoje e já há um tempo.

5.1 “Se precisar conversar...”: Lamentos, ajuda e redes de suporte se formando

Durante a pesquisa foi possível observar também a formação de redes entre os usuários do Facebook. Apesar de já termos conhecimento de que os sujeitos se relacionam no território mediado pela internet tal qual fora dele, estes movimentos ainda geraram surpresa. Em um ambiente em que disputas são traçadas rapidamente e ofensas são jogadas ao vento, atravessado por pressões sociais e por uma vigilância constante, pudemos observar a formação de verdadeiras redes de suporte entre os usuários.

Tal qual a frase que dá nome a este analisador, muitas vezes usuários ofereceram suporte e apoio a outros que sequer conheciam, se oferecendo para conversar através da própria ferramenta de mensagens instantâneas do Facebook. “Se precisar conversar...”, iniciavam comentários em que o sujeito se oferecia para ajudar o outro da melhor forma que conseguisse, ainda que esta fosse uma conversa e atenção online e não face a face, o que demonstra a potência deste campo ainda pouco explorado para produção de saúde.

Guattari e Rolnik (1996, p. 28) esclarecem que “Todos os fenômenos importantes da atualidade envolvem dimensões do desejo e da subjetividade”. Para os autores, a produção desta é coletiva, pois a subjetividade está situada no campo social e material, e não individual. Os processos aqui observados são coletivos e também compõem os modos de produção vigentes. Ao mesmo tempo, possibilitam a singularização, uma vez que o apoio encontrado nos comentários é um incentivo a que o sujeito quebre com os padrões impostos pela sociedade contemporânea, produzindo “subjetividade em sua pluralidade” (Guattari & Rolnik, 1996, p. 28).

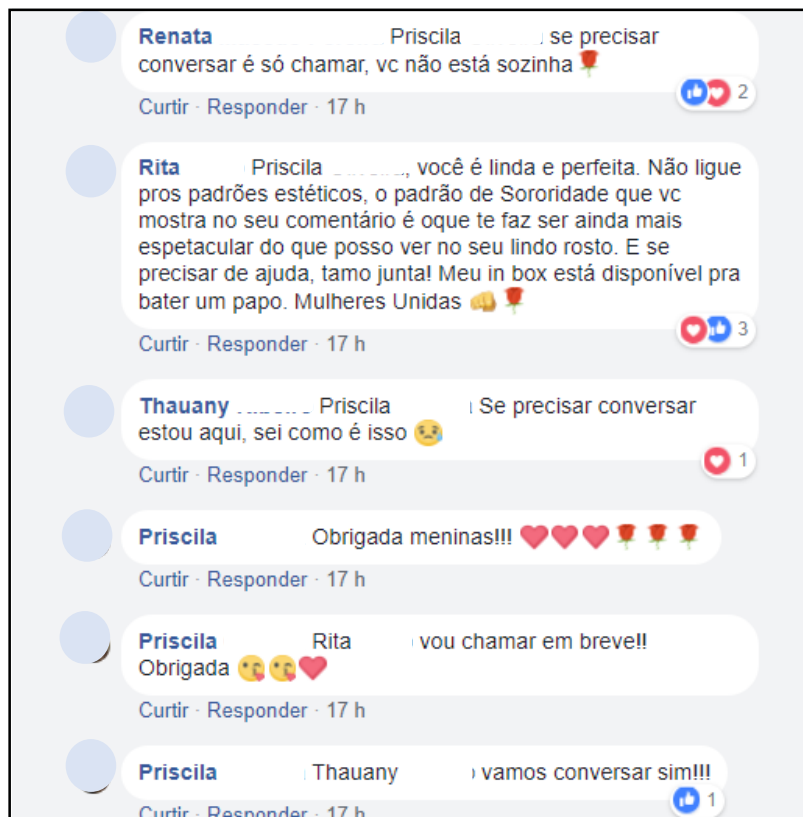


Figura 54: Rede de suporte em formação

Na imagem acima, cobrimos penas o sobrenome dos usuários, para que o leitor tenha maior compreensão de como se iniciou o diálogo entre as diferentes mulheres envolvidas. Observamos durante a pesquisa muitos comentários que visam apoiar os sujeitos,

principalmente aqueles que expõem em relatos suas vidas e sofrimentos pessoais. O mesmo campo que mostrou a possibilidade de julgamento e de crueldade dos usuários, também escancarou a nossos olhos a possibilidade de ser suporte, através de elogios, conselhos e dicas de como encontrar ajuda ou mesmo mensagens de “força” (comentário de usuário), e elogios a comentários e opiniões postadas, como na sequência abaixo, em que um usuário é largamente congratulado por sua opinião manifesta.

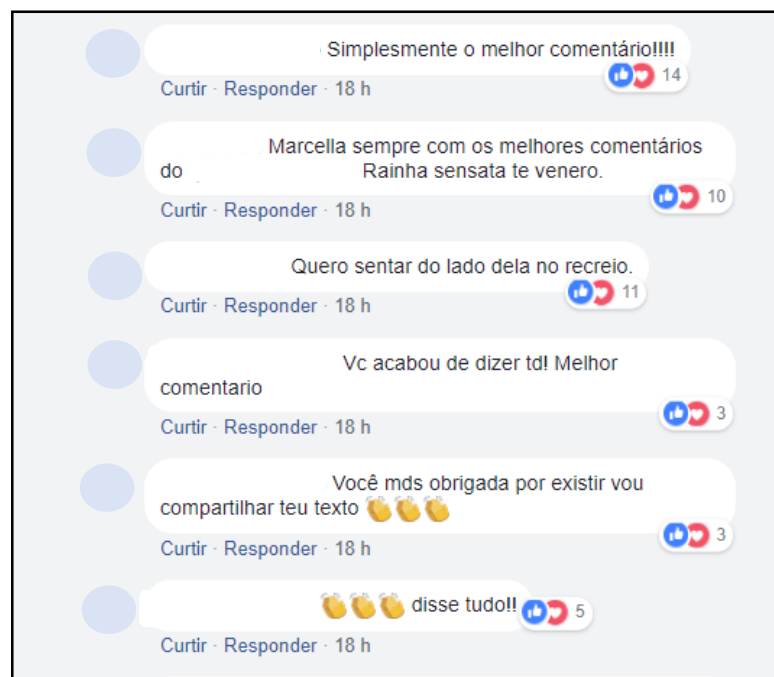


Figura 55: Elogios a comentário

Este movimento possibilita inclusive um outro tipo de contato entre os sujeitos, que começam a adicionar o perfil de outros usuários e conversar por mensagens instantâneas (figuras 54 e 56). Isto abre opções para a construção de um outro tipo de vínculo, não mais mediado por páginas de notícias, mas construído através de uma comunicação direta entre os usuários, por meio de seus perfis online. Não acompanhamos este movimento para saber o que ocorreu após a iniciativa destes contatos iniciais, mas percebemos aí uma possibilidade de interação diferenciada no território.

Pelbart (2008) esclarece que para Foucault é exatamente onde há maior incidência de poder – a vida - que também existe a resistência. “Em outras palavras, às vezes é no extremo da *vida nua* que se descobre *uma vida*, assim como é no extremo da manipulação e decomposição do corpo que ele pode descobrir-se como virtualidade, imanência, pura potência, beatitude” (Pelbart, 2008, p. 16). Desta forma, foi no próprio território, emaranhado com linhas de força que agenciam o sujeito a uma subjetividade vendida como ideal, que encontramos possibilidades de singularização na forma de resistência que nos dão esperança de que existam fugas às pressões encontradas.

As Linhas de fuga na perspectiva de Deleuze e Guattari não se refere apenas à evasão. Os autores também falam em fugir para perder a posição de estar parado. Ou seja, fuga para eles é um movimento ativo do sujeito (Zourabichvili, 2004). Desta forma observamos aqui que a formação de redes de apoio como resistência não significa que o sujeito apenas escape da situação, mas também que participe ativamente do surgimento de novos processos, que se mostram de suporte ao outro.

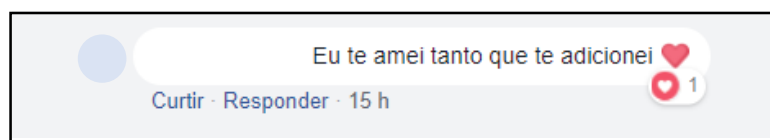


Figura 56: Comentário que demonstra a possível formação de novos vínculos

Além disto, o campo também se mostrou como espaço de potência para os sujeitos manifestarem lamentos. Estes foram observadas de forma bem mais tímida que os julgamentos, porém estiveram presentes e isto nos faz perceber diferentes linhas que atravessam o território, compondo redes de resistência à opressão vigente. Os sujeitos lamentam neste campo, mediado pela internet, casos famosos de suicídio, como de artistas (figura 57) ou simplesmente casos de pessoas comuns que causam comoção nacional ou internacional por algum aspecto específico.

De forma semelhante, este movimento não significa uma passividade dos sujeitos no território. Pelo contrário: lamentar casos de suicídio significa falar sobre os mesmos, não deixá-los serem encobertos pelo tabu enfrentado pela morte na contemporaneidade. Assim, notamos que ao se manifestar sobre tais acontecimentos, os sujeitos no campo exercem um papel ativo na quebra deste movimento que tenta afastar a morte da vida.

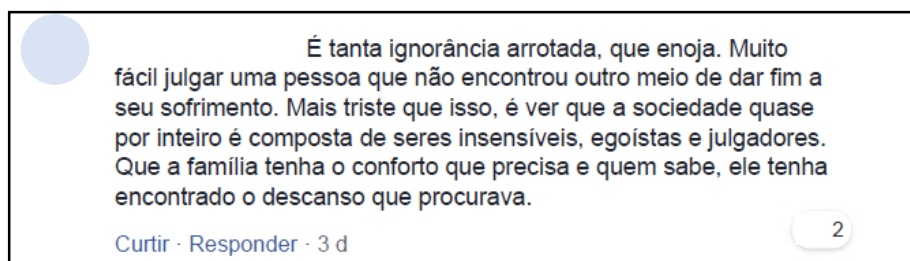


Figura 57: Comentário postado no dispositivo-publicação sobre a morte do DJ Avicii

As pessoas utilizam as publicações sobre as mortes de sujeitos conhecidos para lamentar os óbitos ocorridos. É interessante observar como chegam inclusive a desejar força às famílias das vítimas, ainda que seja pouco provável que a mensagem alcance seu destinatário, como no caso acima. Além disto, também se dirigem diretamente ao sujeito que faleceu, desejando em geral que ele seja “acolhido” ou “esteja bem”, em comentários com teor religioso. Isto nos mostra que mais do que efetivamente se comunicar com alguém, os sujeitos procuram exteriorizar seus sentimentos, percebendo o território como receptivo e próprio a tal expressão.

Botega (2015) já esclareceu que a integração em grupos sociais, como vizinhos e/ou amigos, é um fator protetivo ao suicídio, enquanto que o isolamento social e a falta de apoio pode se mostrar como um fator psicossocial de risco. Isto demonstra a potência do movimento aqui observado e do território como um todo. A rede social mediada pela tecnologia mostrou-se nesta pesquisa como campo possível do sujeito encontrar acolhimento e suporte quando está passando por situações adversas.

Isto mostra que precisamos entender melhor sobre os efeitos desse território não só na produção de subjetividade, como na promoção de saúde mental. A integração dos sujeitos no campo pode ter os mesmos efeitos que interações face a face, pois assim, como vizinhos formam uma rede social, o Facebook também o é. A mediação tecnológica não despotencializa as relações construídas neste espaço, mas sim amplia a possibilidade de contato dos sujeitos e de inserção em grupos que podem, como demonstrado aqui, servir de suporte àquele que sofre.

5.2 “Sair desse comportamento demagógico e buscar fazer algo útil”: A formação de redes de trabalho

Um outro movimento observado, este mais incipiente, chamou nossa atenção no território. Ele surgiu em apenas um dispositivo-publicação, mas causou tamanha agitação no território que obteve 4,8 mil reações no comentário inicial (figura 58) e gerou inúmeras respostas que estas possibilitaram a formação de uma espécie de rede de trabalho, como nomeamos inicialmente. Assim como este movimento chamou a atenção dos demais usuários, também a nossa foi absolvida e consideramos importante registrar aqui o surgimento deste tipo de iniciativa.

Esta mobilização descrita na imagem abaixo (figura 58) sugere que os sujeitos no território, ao invés de apenas manifestarem seu incômodo com os discursos ofensivos que surgem no próprio Facebook, se mobilizem e façam algo para tentar diminuir tais agressões e possibilitar um trabalho com os agressores. É importante que este movimento surja no mesmo território em que tantas violências foram por nós, e pelos demais usuários da rede, presenciadas.

Pelbart (2008, p. 2) afirma que:

Tal inteligência, tal potência de vida disseminada por toda parte nos obriga a repensar os próprios termos da resistência. Poderíamos resumir tal movimento do seguinte modo: ao poder sobre a vida responde a potência da vida, ao biopoder responde a biopotência,

mas esse “responde” não significa uma reação, já que o que se vai constatando é que tal potência de vida já estava lá desde o início. [...] Aquilo que parecia inteiramente submetido ao capital, ou reduzido à mera passividade, a “vida”, aparece agora como reservatório inesgotável de sentido, manancial de formas de existência, germe de direções que extrapolam as estruturas de comando e os cálculos dos poderes constituídos.

Desta forma, não é como se este movimento de formar redes de trabalho para possibilitar a educação dos agressores no mundo mediado pela tecnologia fosse mera reação às violências presenciadas. Na verdade, esta potência de vida já existia no território, e este campo que parecia passivo e submisso à globalização e ao consumo de formas de ser agora se mostra possível de quebrar barreiras e criar novos sentidos e existências.

A figura 58 a seguir esclarece a ação sugerida por uma usuária:

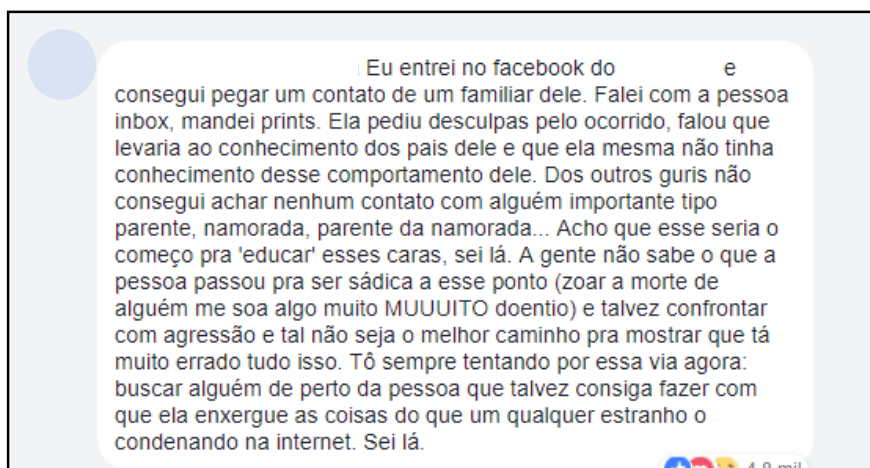


Figura 58: Comentário que possibilitou o início da formação de uma rede de trabalho

Este movimento foi observado apenas na sétima postagem analisada, do perfil Quebrando o Tabu, que continha imagens sobre a notícia do suicídio de uma adolescente que sofria bullying e prints dos comentários agressivos deixados na rede social do sujeito que

anunciou a morte. Diante de manifestações tão violentas na rede social, uma usuária decidiu compartilhar uma ideia de como agir nestes casos (figura 58).

Tal atitude gerou muitas reações, em sua maioria positivas. Muitos sujeitos elogiaram a atitude e até mesmo manifestaram pretensão de seguir os passos da usuária e ajudar a encontrar familiares e outras pessoas próximas dos agressores, como é possível perceber nos diferentes comentários recortados e colados na figura 59. Estas reações levaram ao que chamamos aqui de formação de rede, pois vários sujeitos compõem esta ação.

Diante da opressão sofrida na sociedade hoje para que se cumpra padrões, o que já exploramos no capítulo anterior, o movimento aqui explicitado se mostra como uma resistência, potência de vida que possibilita uma ação micropolítica em um campo o qual ainda se mostra pouco habitado e utilizado pelas instituições de saúde e sociais na busca de prevenir o suicídio. Através dele se faz possível uma reeducação de agressores, e também funciona como apoio àqueles que sofrem com a violência. Desta forma, novas formas de ser são geradas, tanto para quem violentou, quanto para quem foi agredido.

Isto vai ao encontro do proposto por Guattari, que nomeia a micropolítica como resistência às formas de dominação. Ao centrar-se na singularidade e no devir, se possibilita a criação de multiplicidades. A vida “escapa ao controle” mesmo em nossa sociedade, subvertendo assim o instituído (Soares, 2016, p. 125), como aqui foi feito. Guattari e Rolnik (1996) esclarecem que “a tentativa de controle social, através da produção da subjetividade em escala planetária, se choca com fatores de resistência consideráveis, processos de diferenciação permanente” (p. 45). A estes os autores nomeiam de “revolução molecular”.

Para eles, os novos movimentos não são apenas definidos como resistências à produção de subjetividade serializada. Além deste processo, se encontra aí a tentativa de criação de singularidades, e o que os caracteriza é que eles se automodelem, pois construir práticas próprias, baseado em teorias também particulares, é o que possibilita a autonomia (Guattari &

Rolnik, 1996). Assim, o movimento aqui descrito, de criação de redes de trabalho, tal qual o anterior, cumpre com esse papel, ao se automodelar, e com isso não apenas combater as pressões sociais mas também possibilitar a singularização. Podemos, então, pensar as resistências aqui apontadas como revoluções moleculares.

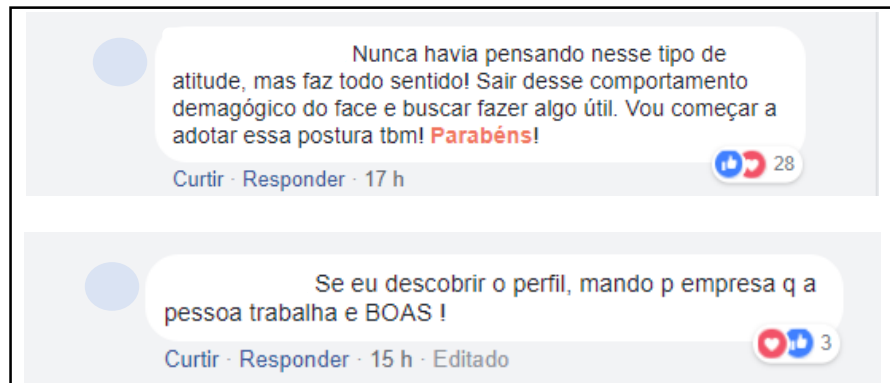


Figura 59: Comentários sobre a ideia retratada na figura 58

A ideia de revolução molecular diz respeito sincronicamente a todos os níveis: infrapessoais (o que está em jogo no sonho, na criação, etc.); pessoais (por exemplo, as relações de autodomação, aquilo que os psicanalistas chamam de Superego); e interpessoais (a invenção de novas formas de sociabilidade na vida doméstica, amorosa, profissional, na relação com a vizinhança, com a escola, etc.). (Guattari & Rolnik, 1996)

A revolução que aqui acompanhamos se dá então em todos os níveis, mas se torna mais evidente quando observamos o carácter interpessoal. A sugestão de denúncia a familiares e amigos/conhecidos do sujeito que tece agressões na internet, não para condená-lo, mas para buscar ajuda ao mesmo, possibilita uma forma inovadora de socialização na rede social mediada pela tecnologia, onde, em geral, julgamentos são mais frequentes.

Apesar da potencialidade observada neste movimento, alguns sujeitos afirmam que esta atitude nem sempre é útil, pois para que ela tenha o alcance necessário é preciso que a pessoa

que recebe a mensagem parta da mesma perspectiva, de que comentários agressivos devem ser evitados e de que bullying é algo inadequado. Também é necessário que o receptor da mensagem esteja disposto a se responsabilizar por contatar e orientar o agressor. Alguns sujeitos relatam tentativas frustradas:

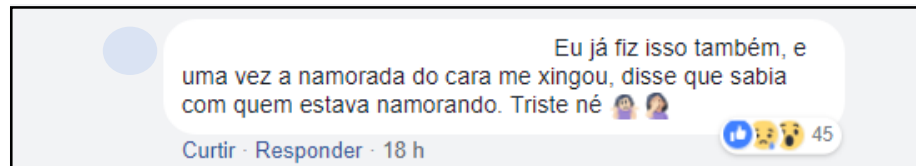


Figura 60: Relato de tentativa frustrada de contato de pessoas próximas ao agressor

Enquanto isso, outros usuários do Facebook, ainda que em menor número, demonstraram desaprovação à atitude e à rede que se formava no território (figura 61), tecendo críticas, comentários irônicos e até mesmo ameaças à usuária que fez o comentário inicial. Na figura abaixo colamos algumas das diferentes publicações com este teor que foram postadas ao longo dos comentários da reportagem:

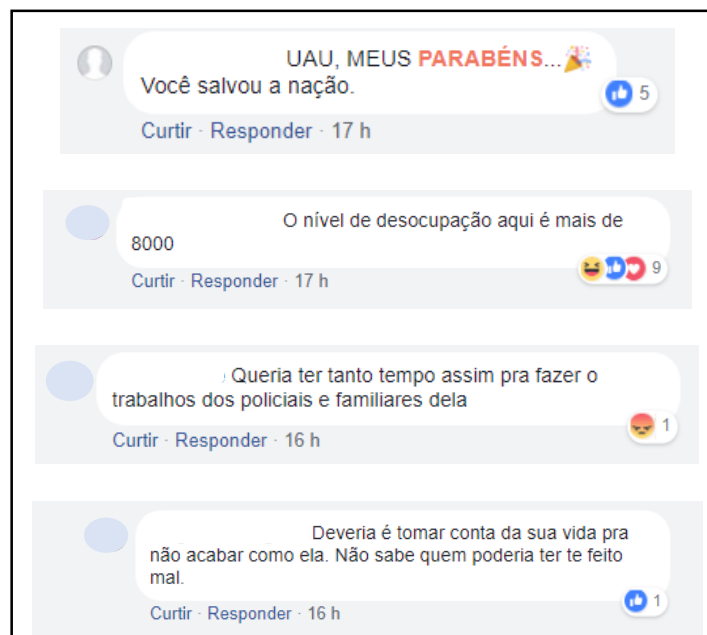


Figura 61: Críticas, comentários irônicos e ameaça

Diante das críticas pudemos novamente refletir sobre a peculiaridade de algumas interações neste território, em que os sujeitos se expressam livremente, muitas vezes sem se identificar corretamente, utilizando-se de perfis falsos, como nos dois primeiros comentários acima, cujas fotos não identificam os sujeitos. Tal qual observado inicialmente, percebemos mais uma vez que mesmo iniciativas simples e comentários que não agridem nenhum usuário, podem gerar ofensas e discussões.

Neste caso, a participante que sugeriu a atitude criticada em momento algum se manifestou agressivamente, ainda que ao se defender das violências direcionadas a ela. Abaixo colocamos um comentário desta usuária, que demonstra em sua postura mais uma forma de resistir às pressões, criando linhas de fuga para se defender, sem ofender e, ao mesmo tempo, expressar a própria aversão aos movimentos agressivos do território:

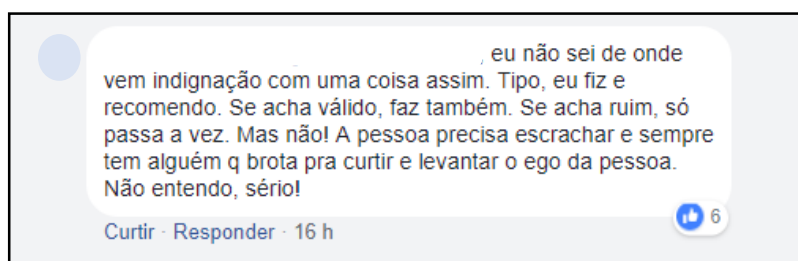


Figura 62: Comentário da usuária (figura 58)

Acreditamos, porém que as oposições não diminuem a potência do movimento iniciado, tanto que os comentários de aprovação foram em número muito mais significativo que os de ironia e desagrado, de modo que estes não conseguiram impedir a formação da rede. Pressões continuarão existindo, pois o que os vários analisadores aqui apresentados nos possibilitaram perceber foi a complexidade das linhas que envolvem os discursos sobre suicídio hoje. Precisamos, então, insistir na leitura de Soares (2016) e ter na própria subjetividade uma estratégia para resistir ao funcionamento do capitalismo.

6. “Posto, logo existo”

Quando eu soltar a minha voz por favor, entenda
Que palavra por palavra eis aqui uma pessoa se entregando
Coração na boca, peito aberto, vou sangrando
São as lutas dessa nossa vida que eu estou cantando
(Sangrando – Gonzaguinha)

A música de Gonzaguinha abre estas considerações finais para ajudar a compor uma reflexão sobre o campo. Tal qual o eu lírico da canção, percebemos com a pesquisa que os sujeitos no território também se entregam a cada palavra postada no Facebook. As “lutas da vida” também são assunto recorrente no campo e percebemos que isto demonstra a potencialidade das redes sociais mediadas pela tecnologia como espaço de contato com o outro, inclusive ao pensarmos a problemática do suicídio.

Nosso objetivo nesta pesquisa foi cartografar os discursos sobre suicídio de usuários de redes sociais mediadas pela tecnologia. Com isto, intencionamos apreender as percepções dos usuários de páginas virtuais sobre a temática do suicídio, caracterizar afetações acerca do tema neste campo e analisar os discursos encontrados em sua relação com os processos de produção de subjetividade contemporâneos. Com os analisadores explorados, buscamos atender a tais finalidades.

Iniciamos nosso estudo com dificuldades, principalmente pelo contato com um campo explorado de modo incipiente pela Psicologia. Os passos de Kastrup (2015) esclareceram melhor como a atenção do cartógrafo deve agir no território, o que possibilitou transformações no nosso modo de habitá-lo, permitindo que nos apropriássemos mais efetivamente da pesquisa. “O rastreio, o toque, o pouso e o reconhecimento atento” (Kastrup, 2015, p. 40) foram, então, fundamentais para que este trabalho se efetivasse.

À medida que entendemos a relação dos usuários com o território compreendemos que ao soltarem naquele espaço as suas vozes, também ali tínhamos sujeitos se entregando, e relevando não apenas percepções e afetações sobre o suicídio, mas também deixando transparecer aspectos que falam da própria produção dos mesmos enquanto seres. É como se com suas postagens, os sujeitos demarcassem seu espaço no mundo: “posto, logo existo”, em uma referência à frase de Descartes, porém demonstrando uma apropriação da tecnologia como mais uma forma de existência.

Neste campo foi preciso possibilitar-se devir diferentes subjetividades para conseguir entender melhor o que lá era colocado, o que não significa imitá-los, pois não é a isso que este termo se refere. Um devir não alude a correspondência de relações, ou identificação com o outro. Da mesma forma, não se pode efetivamente tornar-se o outro que sofre. Devir é mais uma aliança que uma filiação, é um rizoma. Assim, foi com o devir que pudemos perceber como as ideias sobre suicídio formam também uma rede, uma multiplicidade, em que os pontos se conectam uns com os outros, sem ter um centro, ponta inicial ou fim. Por qualquer lado pode-se entrar (Deleuze & Guattari, 1997).

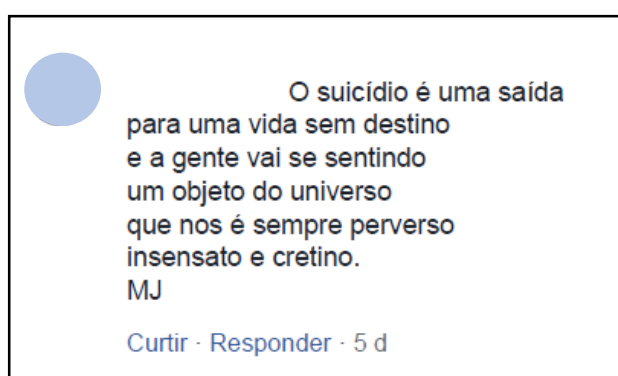


Figura 63: Comentário com poesia sobre suicídio publicada por usuário do Facebook

É por isso que os analisadores aqui apontados, as linhas de força e de fuga, se atravessam a qualquer momento, formando um todo múltiplo. Sabemos que este aprendizado de devir o outro não é simples, pois precisávamos exercitá-lo a todo momento durante a pesquisa.

Consideramos, porém, que se os sujeitos se dispuserem a isso, inclusive nas redes sociais mediadas pela tecnologia, isto também pode potencializar resistências às forças presentes.

A poesia acima (Figura 63) ajuda-nos a refletir sobre como o próprio campo contribui com este exercício, pois traz o suicídio como uma “saída”. Tais elementos que vão despontando no território podem contribuir a esse devir, pois esclarecem sentimentos, pensamentos, expectativas de sujeitos que tentam e pensam em se matar.

Foi com esta prática que chegamos a diferentes analisadores. Em **“O silêncio cria oportunidades”: o suicídio como um desafio ao tabu da morte**, exploramos como a sociedade contemporânea lida com o fim da vida e como percebemos na pesquisa o suicídio rompendo com tais barreiras no campo cartografado. Este analisador mostra em si não só uma percepção dos sujeitos sobre o tema como um assunto a ser abordado, mas também diz da potencialidade do território de produzir resistências a este interdito que nada mais é do que uma pressão social para que não se fale sobre morte e outras questões que são associadas à tristeza.

Em **“Seleção natural”: o suicídio como doença, fraqueza e covardia**, exploramos estas diferentes percepções sobre a temática, associada com frequência a aspectos negativos. Foi necessário refletir sobre a relação destes aspectos com a medicalização da vida. Alertamos aqui que é preciso também pensarmos mais sobre a associação desta com a Psicologia, pois muitas vezes nossa área e nós Psicólogos, enquanto profissionais, contribuímos para transformar aspectos de cunho social em questões de âmbito psicológico e médico.

O analisador **“Todo mundo tem o direito de tirar a própria vida”: o suicídio como uma reivindicação de cidadania**, nos ajudou a perceber que a discussão sobre a morte como um direito, ou não, precisa passar pela vida. Não podemos assumir o suicídio como liberdade do cidadão, sem considerar os aspectos que envolvem o viver das diferentes populações, principalmente as que correm mais riscos (como indígenas e LGBTTQI+, por exemplo), no mundo biopolítico contemporâneo.

Ressaltamos mais uma vez que todas estas linhas compõem um rizoma, uma rede, e não almejamos aqui dar explicações simplistas ou únicas ao suicídio. Como defende a própria Organização Mundial de Saúde (2014), isto sequer seria possível. Desta forma, mesmo o eixo 2 da pesquisa, que aponta aquilo que os usuários relacionam a causas para a morte autoprovocada, não ambiciona explicar tal problemática.

Os analisadores **“Nem todo mundo pode ser o melhor”**: o suicídio como resultado de pressões sociais; e **“Não há suicídio... na verdade a sociedade comete homicídio”**: o suicídio como uma reação ao preconceito; exploram aspectos a que o território dá significativa relevância ao pensar a multiplicidade de fatores que envolve a questão da morte do sujeito provocada intencionalmente por ele próprio. Eles apontam aquilo que consideram causar sofrimento hoje e que pode estar associado ao crescimento dos índices. Sozinhos estes aspectos não podem explicar o alto número de suicídios no Brasil e no mundo, mas nos ajudam a compreender as linhas de forças envolvidas na produção de subjetividade atualmente e sua relação com a vida e a morte.

Apesar de não ser possível explicar de forma simples o suicídio ou os crescentes índices, podemos tentar preveni-los (OMS, 2014). Observamos que esta morte é descrita como um continuum, pois envolve desde pensamentos até a ação propriamente dita, passando por diferentes comportamentos, como ameaças (OMS, 1969, citado por Botega, 2015). Uma vez que a rede social mediada pela tecnologia se mostrou aqui útil a relacionar os discursos sobre suicídio e o contexto em que estes são produzidos, começamos a pensar também na possibilidades deste campo contribuir com a prevenção na área.

Como afirma Sibilia (2008), no mundo da tecnologia, formas tradicionais de se comunicar, como cartas, diários pessoais e simples conversas, parecem ser retomadas com “novas roupagens”. Assim como explicitado no comentário abaixo (figura 64), casos de suicídio já ocorriam anteriormente, a diferença existente hoje se dá pela facilidade de os conhecermos

através da internet. Claro que os índices demonstram um crescimento nas taxas, mas as novas possibilidades de comunicação fazem com que as notícias cheguem mais rápido e facilmente ao conhecimento da população, inclusive desafiando o tabu à morte (analisador 4.1.1).

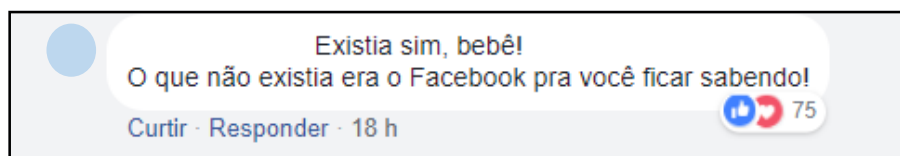


Figura 64: Comentário em resposta a um usuário que afirma que não existiam suicídios em outras décadas

Desta forma, pensamos como o território explorado demonstra potência para detectar comportamentos suicidas. Os muitos comentários cartografados nos fizeram perceber que há possibilidade de se usar as redes sociais mediadas pela tecnologia como ferramentas para mapear ameaças e possíveis riscos de suicídio. Diante das mudanças nas formas de se comunicar explicitadas por Sibilía (2008), nos perguntamos até que ponto as mensagens de despedida encontradas no território podem ser consideradas como novas versões fragmentadas das famosas cartas de suicídio, pedidos de socorro que seria possível interceptar antes da morte do sujeito caso estivéssemos mais atentos a suas redes sociais.

Claro que isto atravessa questões que envolvem o âmbito dos limites entre público e privado. Porém, os comentários que cartografamos são abertos e demonstram que, quando expor questões particulares compõem a ordem do dia, não é preciso invadir a privacidade de nenhum usuário para detectar riscos de suicídio. Desta forma, porque não utilizarmos de forma mais efetiva as novas tecnologias para não apenas prevenção desta morte, mas também, em uma perspectiva mais larga, ampliar os cuidados em saúde mental neste território?

O Próprio Facebook demonstra que as empresas que administram estas redes já estão atentas para estas questões. Ao iniciarmos a pesquisa, diante de utilizarmos a palavra “suicídio” repetidas vezes no rastreamento ao campo, fomos em dois momentos surpreendidas com um alerta

da rede, em que a mesma oferece ajuda (Figura 65). Através do Facebook, podemos ser direcionados a canais de auxílio pessoal ou até mesmo indicar alguém para receber tal suporte. Isto, porém, se mostra como uma iniciativa privada da empresa, e não como uma apropriação das ciências humanas, sociais e de saúde destas ferramentas que estão à nossa disposição, caso saibamos utilizá-las.



Figura 65: Oferta de auxílio do Facebook

Não estamos aqui afirmando que a criação de ferramentas como a demonstrada acima seja a solução ou mesmo a forma correta de abordar a temática do suicídio no território, porém consideramos que é preciso cada vez mais nos apropriarmos deste campo para potencializar não apenas a detecção de riscos, mas a própria promoção de saúde, bem como o diálogo sobre a morte e o sofrimento. O Facebook, tal qual as demais redes sociais mediadas por meio tecnológico, demonstram que estão aqui para ficar, pois por mais que mude o aplicativo utilizado, as inovações na comunicação se mantêm.

Outro aspecto importante a se observar é o acesso de adolescentes e jovens a este território, pois estes são grupos com significativa vulnerabilidade e risco de suicídio no Brasil, sendo uma das maiores causas de morte entre pessoas de 15 a 29 anos no mundo (Brasil, 2017; OMS, 2014). O grande acesso deste público à internet, então, torna este campo um espaço de acesso privilegiado ao mesmo, principalmente com as facilidades existentes hoje, como programas de operadoras de celular a baixo custo e sistemas de Wi-fi gratuitos em locais

públicos, como praças. O próprio contato de sujeitos nesta faixa etária com discursos online sobre suicídio foi o que motivou esta pesquisa.

Outra peculiaridade do território é a possibilidade de identificar os sujeitos que sofrem bullying através desta ferramenta. O chamado cyberbullying é uma forma de expressão do bullying, se caracterizando por agressão ou assédio moral através de recursos tecnológicos como celulares ou internet. Ele traz várias consequências aos envolvidos, de modo que é importante se pensar em estratégias que visem diminuir o sofrimento gerado, além de prevenir os possíveis efeitos que possa vir a causar (Souza, Veiga Simão & Caetano, 2014).

Assim como a tecnologia pode ser um canal para que discriminações e preconceitos sejam cometidos, com perfis falsos ou não, é importante que se pense também em modos de mapear estas ocorrências. É sabido que o bullying é apontado como fator psicossocial de risco ao suicídio (Botega, 2015) e a modalidade online desta violência já é comum hoje. Desta forma, é importante se pensar em meios não só de inibir esta prática, como também de apoio àqueles que sofrem com ela e de educação dos sujeitos, na busca de preveni-la.

Da mesma maneira como já há ferramentas para se buscar auxílio quando o sujeito utiliza a palavra suicídio nas redes sociais, é preciso que se ofereça orientação e apoio a quem sofre cyberbullying. Tal qual as agressões, a ajuda precisa também chegar através da tecnologia, e não apenas dela. O uso da mesma se faz essencial, porém, por poder potencializar o alcance das informações e suporte oferecido. Uma vez que o usuário que sofre o cyberbullying pode ter acesso as agressões sofridas online, parece lógico que este mesmo território precisa ofertar também suporte.

Ao mesmo tempo que este caminho parece ser não apenas viável, mas necessário, há também outras possibilidades a serem discutidas. As pressões e questões sociais que exploramos ao longo deste trabalho compõem aspectos fundamentais para compreendermos a problemática estudada e promovermos ações que possibilitem a mudança do atual cenário. No

entanto, precisamos dar também destaque às resistências encontradas, que despontaram na pesquisa como potencialidades que podem ser ainda mais desenvolvidas.

Os movimentos encontrados, que intitulamos de **“Se precisar conversar...”**: **Lamentos, ajuda e redes de suporte se formando**, e **“Sair desse comportamento demagógico e buscar fazer algo útil”**: **A formação de redes de trabalho**, demonstram a potência de vida do território. Os sujeitos no campo ratificam a possibilidade da formação de redes como fatores protetores ao suicídio, uma vez que as resistências exploradas opõem-se exatamente às pressões sociais e ao preconceito explicitados no segundo eixo de analisadores.

Isto deixa claro que precisamos pesquisar mais sobre estes aspectos e iniciativas que também compõem linhas da produção de subjetividade hoje, e favorecem à proteção ao suicídio e promoção de saúde. Enquanto os fatores de risco são extensivamente explorados, e com razão, mais energia precisa ser também investida nos aspectos protetivos, pois estes se mostram fundamentais à problemática em questão, por mais difícil que seja mapeá-los e explorá-los.

Talvez o caminho esteja também em investir no que Guattari propôs ao falar em micropolíticas como resistências à dominação (Soares, 2016), pois cada território tem suas peculiaridades que atravessam sua forma de se opor às linhas que ajudam a compor o mesmo. Assim, tal qual as ações macro são importantes, estas também precisam ser valorizadas. Foi com cuidado em explorar o território da rede social mediada pela tecnologia que pudemos conhecê-lo melhor e tecer considerações sobre o mesmo. Cada campo precisa ser também habitado e explorado, para que resistências possam ser encontradas nesse emaranhado.

O território aqui cartografado, por sua vez, se mostrou potente. Consideramos que é preciso que a Psicologia e demais ciências humanas, sociais e da saúde, se apropriem mais deste campo. É importante que se pense a construção de políticas públicas que auxiliem na prevenção ao suicídio de modo mais cuidadoso, levando em conta a multiplicidade do rizoma que compõe a temática. A Psicologia afirma se importar com os modos de se produzir e se estar no mundo,

e o campo da tecnologia se mostra como um espaço importante deste. Questionamos então que estratégias podem ser criadas para que possamos habitar este território com mais afinco, porém, para além disto, o que falta hoje para que possamos perceber a necessidade de fazê-lo.

Para além disto, percebemos com esta pesquisa a necessidade de que discussões sobre morte compreendam a própria vida. Diante do contexto de dominação biopolítica em que vivemos hoje e da vida nua vivenciada por cada um, pensamos com Pelbart (2008, p. 14) “o que pode o corpo e a vida” hoje? Como podemos insistir que há diferença entre viver e sobreviver, quando o que se têm são condições incertas de existência? Como defender que o sujeito não se mate, quando a alternativa é uma vida precária?

Acreditamos que é preciso muito mais que “falar sobre suicídio” para que comecemos a trabalhar em estratégias efetivas de preservar a vida humana. A quebra do interdito que já vem sendo realizada é importante, mas não pode ser a única estratégia para se lidar com a questão. Esperamos que nossa cartografia possa contribuir com a apropriação do território mediado pela tecnologia pelas pesquisas e serviços ofertados, mas também com a produção de novos agenciamentos e linhas de fuga.

Decerto há outras coisas a serem ditas e aspectos que não conseguimos contemplar neste trabalho. Buscamos aqui, porém, soltar a nossa própria voz, entregue, dissertando sobre as lutas de se pesquisar nesse território e sobre o tema abordado, com o intuito de abrir espaço para novas ideias e possibilitar questionamentos tanto na pesquisa quanto nas nossas práticas que visam prevenir o suicídio e produzir vida.

7. Referências

- Agamben, G. (2007). *Homo Sacer: O poder do soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG.
- Almeida, A. F. (2000). Efeito de Werther. *Análise Psicológica*, 1 (18), 37-51. Resgatado de <http://www.scielo.mec.pt/pdf/aps/v18n1/v18n1a03.pdf>
- Alvarez, J. & Passos, E. (2015). Cartografar é habitar um território existencial. In E. Passos, V. Kastrup & L. Escóssia (Orgs.). *Pistas do Método da Cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade* (p.131-149). Porto Alegre, RS: Sulina.
- Ariès, P. (2003). *História da Morte no Ocidente*. Rio de Janeiro, RJ: Ediouro.
- Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP). (2014). *Suicídio: informando para prevenir*. Resgatado de https://www.cvv.org.br/wpcontent/uploads/2017/05/suicidio_informado_para_prevenir_abp_2014.pdf
- Barreiro, M. M. (2017). Suicídio como autodeterminação da cidadania perante o Estado. *Revista Bioética (impr.)*, 25 (2), 301-310. <http://dx.doi.org/10.1590/1983-80422017252190>
- Barros, L. P. & Kastrup, V. (2015). Cartografar é acompanhar processos. In Passos, E., Kastrup, V. & Escóssia, L. (Orgs.), *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade* (pp. 52-75). Porto Alegre, RS: Sulina
- Bauman, Z. (2001). *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 278 p.
- Bauman, Z. (2007). *Vida Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 210 p.
- Bauman, Z. (2008). *Vida para o consumo: a transformação das pessoas em mercadoria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 199 p.
- Bauman, Z. (2014). *Vigilância Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 134 p.
- Botega, N.J. (2014). Comportamento suicida: epidemiologia. *Psicol. USP [online]*, 25 (3), 231-236. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-6564D20140004>

- Botega, N. J. (2015). *Crise suicida: avaliação e manejo*. Porto Alegre: Artmed, 302 p.
- Brasil. Ministério da Saúde. (2006). *Portaria nº 1.876, de 14 de Agosto de 2006. Diretrizes Nacionais para Prevenção do Suicídio*. Resgatado de http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt1876_14_08_2006.html
- Brasil. Ministério da Saúde. (2014). *Portaria Nº 1.271, de 6 de Junho de 2014*. Resgatado de http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt1271_06_06_2014.html
- Brasil. Ministério da Saúde. (2017). *Suicídio. Saber, agir e prevenir*. Resgatado de <http://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2017/setembro/20/folheto-Suicidio-Publico-Gera.pdf>
- Brasil. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. (2017). *Agenda de Ações Estratégicas para a Vigilância e Prevenção do Suicídio e Promoção da Saúde no Brasil: 2017 a 2020 [recurso eletrônico]*. Resgatado de <http://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2017/setembro/21/17-0522-cartilha---Agenda-Estrategica-publicada.pdf>
- Brasil. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. (2017). *Ministério da Saúde lança agenda estratégica de prevenção do suicídio [coletiva]*. Resgatado de <http://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2017/setembro/21/Coletiva-suicidio-21-09.pdf>
- Brasil. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. (2017). *Suicídio. Saber, agir e prevenir. Boletim Epidemiológico*, 48 (30), 14 p. Resgatado de <http://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2017/setembro/21/2017-025-Perfil-epidemiologico-das-tentativas-e-obitos-por-suicidio-no-Brasil-e-a-rede-de-atencao-a-saude.pdf>
- Buarque, C. (1971). *Construção*. Em *Construção* [Mídia de gravação: LP] Brasil: Phonogram

- Bueno, S. (2014). Silveira Bueno: dicionário da língua Portuguesa. São Paulo: DCL.
- Butler, J. (2011). Vida precária. *Contemporânea*, 1, 13-33. Resgatado de <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/viewFile/18/3>
- Butler, J. (2015) *Quadros de Guerra: Quando a vida é passível de Luto?* Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Campos, R. H. F. (2010). A função social do Psicólogo. In Yamamoto, O. H., Costa, A. L. F. (Orgs.), *Escritos sobre a profissão de psicólogo no Brasil* (pp. 203-212). Natal, RN: EDUFRN.
- Centro de Valorização da Vida. (2016). Setembro Amarelo: História [Post da Web]. Resgatado de <http://www.setembroamarelo.org.br/historia/>
- Conselho Nacional de Saúde. (2016). *Resolução 510/2016*.
- Corazza, S. M. (2010). Introdução ao método biografemático. In Costa, L. B. da & Fonseca, T. M. G. (Orgs.), *Vidas do fora: habitantes do silêncio* (pp. 85-107). Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS.
- Costa, L.B. (2011). Pesquisa biografemática, modos de usar. In Costa, L. B. da, *Estratégias biográficas: o biografema com Barthes, Deleuze, Nietzsche e Henry Miller* (pp. 131-138). Porto Alegre, RS: Sulina.
- Costa, L. B. (2014). Cartografia: uma outra forma de pesquisar. *Revista Digital do LAV*, 7 (2), 65-76. <http://dx.doi.org/10.5902/1983734815111>
- Costa, L. A., Angeli, A. A. C., & Fonseca, T. M. G. (2012). Cartografar. In Fonseca, T. M. G., Nascimento, M. L. & Maraschin, C. (Orgs.), *Pesquisar na diferença: um abecedário* (pp. 45-48). Porto Alegre, RS: Sulina.
- Costa, C.B. & Corazza, S.M. (2010). *Pesquisa biografemática: escrita de vida*. Resumo publicado em evento Salão de Ensino da UFRGS, Porto Alegre, RS. Resumo resgatado

de https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/80993/Ensino2010_Resumo_20102234.pdf;sequence=1

Daolio, E. R. (2012). Suicídio: tema de reflexão bioética. *Revista. Bioética (Impr.)*, 20 (3), 436-41. Resgatado de http://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/763/816

Dapieve, A. H. M. (2006). *Suicídio por contágio – A maneira pela qual a imprensa trata a morte voluntária*. Dissertação de Mestrado. Resgatado do Repositório de Teses da PUC Rio.

Debord, G. (1997) *Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto.

Deleuze, G. (1988) *Foucault*. São Paulo: Brasiliense. 143 p.

Deleuze, G. (1994). *Abecedário [1988-1989]*: Documentário. Paris: Éditions Montparnasse.

Deleuze, G. & Guattari, F. (1995). *Mil platôs – capitalismo e esquizofrenia*, V. 1. Rio de Janeiro: Ed. 34. 95 p.

Deleuze, G. & Guattari, F. (1997). *Mil platôs – capitalismo e esquizofrenia*, V. 4. São Paulo, SP: Ed. 54. 176 p.

Deleuze, G. & Guattari, F. (1977). *Kafka: por uma literatura menor*. Trad. Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Imago.

Denzin, N. K. & Lincoln, Y. S. (2006). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre, RS: Artmed.

Durkheim, É. (2000). *O suicídio: estudo de sociologia*. São Paulo, SP: Martins Fontes.

Elias, N. (2001). *A solidão dos moribundos seguido de Envelhecer e morrer*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

Ehrenberg, A. (2010). *O culto da performance: da aventura empreendedora à depressão nervosa*. Aparecida: Ideias & Letras.

- Escóssia, L. & Tedesco, S. (2015). O coletivo de forças como plano de experiência cartográfica. In E. Passos, V. Kastrup & L. Escóssia (Orgs.), *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade* (pp. 92-108). Porto Alegre, RS: Sulina.
- Félix-Silva, A. V. (2015). Comigo Ninguém Pode? Subjetividades Trans E Politização Do Corpo No Limiar Da Contemporaneidade. In: B. Bento & A. V. Félix-Silva. (Org.), *Desfazendo Gênero: Subjetividade, Cidadania, Transfeminismo*. (pp. 181-2001). Natal, RN: Edufrn.
- Filho, J. R. A. (2016). A “Chacina do Pan” e a produção de vidas descartáveis. *Fractal: Revista de Psicologia*, 28(1), 111-117. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1984-0292/1163>
- Filho, K. P. & Teti, M. M. (2013). A Cartografia como método para as ciências humanas e sociais. *Barbarói*, 38, 45-59.
- Foucault, M. (2005). Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Foucault, M. (1987). Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis, Vozes, 288p.
- Foucault, M. (1995). O sujeito e o poder. In: Dreyfus, H. L.; Rabinow, P. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica* (pp. 231-249). Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária.
- Furtado, I. (2016). Dolores (e os remédios para dormir). Parnaíba, PI: Sieart.
- Gibaldi Vaz, P. R. (2014). Na distância do preconceituoso: narrativas de bullying por celebridades e a subjetividade contemporânea. *Galaxia (Online)*, 28, 32-44. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-25542014219044>
- Gotsens, M, Marí-Dell’Olmo, M., Rodríguez-Sanz, M., Martos, D., Espelt, A., Pérez, G., ... Borrell, C. (2011). Validation of the underlying cause of death in medicolegal deaths.

Revista Espanhola de Salud Publica, 85(2),163-74. doi: 10.1590/S1135-57272011000200005.

Grimm, J. (1989) Os contos de Grimm. São Paulo: Edições Paulinas.

Guattari, F. & Rolnik, S. (1996) *Micropolítica: Cartografias do Desejo*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.

Kastrup, V. (2008). O método da cartografia e os quatro níveis da pesquisa intervenção. In: Lucia Rabello de Castro, Vera Lopes Besset (Org.). Pesquisa intervenção na infância e juventude. Rio de Janeiro: Trarepa/FAPERJ.

Kastrup, V. (2015). O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. In Passos, E., Kastrup, V.& Escóssia, L. (Orgs.), *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade* (pp. 32 - 51). Porto Alegre, RS: Sulina.

Kastrup, V. & Barros, R. B. (2015). Movimentos-funções do dispositivo na prática da cartografia. In Passos, E., Kastrup, V.& Escóssia, L. (Orgs.), *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade* (pp. 76-91). Porto Alegre, RS: Sulina.

Kishi, K. (2015). Suicídio: um tabu que acarreta as deficiências brasileiras na prevenção. *SciELO em Perspectiva: Humanas*, Retrieved from: <http://humanas.blog.scielo.org/blog/2015/03/30/suicidio-um-tabu-que-acarreta-as-deficiencias-brasileiras-na-prevencao/>

Kovács, M. J. (2003). Bioética nas questões da vida e da morte. *Psicologia USP*, 14 (2), 115-167. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65642003000200008>.

Lévy, P. (1996). *O que é o virtual?* São Paulo: Ed.34.

Lévy, P. (1999). *Cibercultura*. São Paulo: Ed. 34.

Löwy, M. (2006). Um Marx insólito. Em K. Marx, *Sobre o suicídio* (pp. 13-19). São Paulo, SP: Boitempo.

- Marquetti, F. C. (2014). O suicídio e sua essência transgressora. *Psicologia USP*, 25 (03), 237-245. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-6564D20140006>
- Matos, O. (2006). *Discretas esperanças*. São Paulo, SP: Editora Nova Alexandria.
- Minayo, M. C. S. (1998). A autoviolência, objeto da sociologia e problema de saúde pública. *Cad. Saúde Pública*, 14 (2), 421- 428. Resgatado de <http://www.scielo.br/pdf/csp/v14n2/0120.pdf>
- Moraes, M. (2014). Do “PesquisarCOM” ou de tecer e destecer fronteiras. In Tavares, G.M., Moraes, M. & Bernardes, A.G. (org.). *Cartas para pensar políticas de pesquisa em Psicologia* (pp. 131-137). Vitória, ES: EDUFES.
- Moretto, M. L. T., Svartman, B. P., Freller, C. C., Massola, G. M., Crochik, J. L. & Da Silva, P. F. (2017). O suicídio e a morte do narrador. *Psicologia USP*, 28, p. 159-164. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-656420172802>
- Organização Mundial de Saúde. (2000). *Prevenção do Suicídio: Manual para professores e educadores*. Resgatado de http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/66801/5/WHO_MNH_MBD_00.3_por.pdf
- Organização Mundial de Saúde. (2013). *Mental Health Action Plan 2013-2020*. Resgatado de http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/89966/1/9789241506021_eng.pdf?ua=1
- Organização Mundial de Saúde. (2014). *Preventing suicide: a global imperative*. Resgatado de http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/131056/1/9789241564779_eng.pdf?ua=1&ua=
- Organização Mundial de Saúde. (2014). Country reports and charts available. Resgatado de www.who.int/mental_health/prevention/suicide/country_reports/en/index.html
- Organização Mundial de Saúde. (2017). *Preventing suicide: a resource for media professionals – Update 2017*. Resgatado de <http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/258814/1/WHO-MSD-MER-17.5-eng.pdf?ua=1>

- Ortolan, M. L. & Santos, H. P. (2018). Suicídio: estamos mesmo falando disso? In Leal, I., von Humboldt, S., Ramos, C., Valente, A. F. & Ribeiro, J. L. P. (Org.), *Actas do 12º Congresso Nacional de Psicologia da Saúde*. (pp. 633-641).
- Passos, E. & Barros, R. B. (2015). Por uma política da narratividade. In Passos, E., Kastrup, V. & Escóssia, L. (Orgs.), *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade* (pp. 150-171). Porto Alegre, RS: Sulina.
- Passos, E., Kastrup, V. & Escóssia, L. (Orgs.). (2015). *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre, RS: Sulina.
- Pelbart, P. P. (2008, Outubro). Vida e morte em contexto de dominação biopolítica. Em Instituto de Estudos Avançados (IEA) da USP, *O Fundamentalismo Contemporâneo em Questão*. Conferência proferida no Ciclo promovido pelo IEA da USP, São Paulo, SP. Resgatado de <http://www.iea.usp.br/iea/textos/pelbartdominacaobiopolitica.pdf>
- Polanczyk, G. V. (2017). Many reasons to talk about suicide. *Rev. Assoc. Med. Bras.*, 63, p. 557-558. <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9282.63.07.557>
- Romagnoli, R. C. (2009). A cartografia e a relação pesquisa e vida. *Psicologia & Sociedade*, 21(2), 166-173. Resgatado de <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v21n2/v21n2a03.pdf>
- Rolnik, S. (2011). *Cartografia Sentimental: Transformações contemporâneas do desejo*. Porto Alegre, RS: Sulina, Editora de UFRGS.
- Rolnik, S. (1993). Pensamento, corpo e devir: Uma perspectiva ético/estético/política no trabalho acadêmico. *Cadernos de Subjetividade*, 1 (2), 241-251. Resgatado de <http://www4.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/pensamentocorpodevir.pdf>
- Rolnik, S. (1997). Toxicômanos de identidade: subjetividade em tempo de globalização. In Lins, D. (Org.), *Cultura e Subjetividade: saberes nômades* (pp.19-24). São Paulo, SP: Papyrus.

- Romagnoli, R. C. (2014). O conceito de implicação e a pesquisa-intervenção institucionalista. *Psicologia & Sociedade*, 26 (1), 44-52. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822014000100006>.
- Rossi, A. & Passos, E. (2014). Análise Institucional: revisão conceitual e nuances da pesquisa-intervenção no Brasil. *Revista EPOS*, Rio de Janeiro, 5(1), 156-181.
- Sibilia, P. (2008). *O show do eu: a intimidade como espetáculo*. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira.
- Sibilia, P. & Jorge, M. F. (2016). O que é ser saudável? Entre publicidades modernas e contemporâneas. *Galaxia (São Paulo, online)*, 33 (set-dez), 32-48. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-25542016225865>
- Soares, F. M. (2016). A produção de subjetividades no contexto do capitalismo contemporâneo: Guattari e Negri. *Fractal, Rev. Psicol.*, 28 (1), 118-126. <http://dx.doi.org/10.1590/1984-0292/1170>
- Souza, S. B., Veiga Simão, A. M. & Caetano, A. P. (2014). Cyberbullying: Percepções acerca do Fenômeno e das Estratégias de Enfrentamento. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 27(3), 582-590. DOI: 10.1590/1678-7153.201427320
- Stake, R. E. (2011). *Pesquisa Qualitativa: estudando como as coisas funcionam*. São Paulo, SP: Penso Editora.
- Tedesco, S. H.; Sade, C. & Caliman, L. V. (2013). A entrevista na pesquisa cartográfica: A experiência do dizer. *Fractal, Ver. Psicol.*, 25(2), 299-322.
- Värnik, P. (2012). Suicide in the world. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 9, 760- 771. Resgatado de: <http://www.mdpi.com/1660-4601/9/3/760>
- Venco, S. & Barreto, M. (2014). O sentido social do suicídio no trabalho. *Rev. TST*, 80 (1), 294-302. Resgatado de <https://hdl.handle.net/20.500.12178/61186>

- Waiselfisz, J. J. (2014). *Juventude Viva. Os jovens do Brasil: Mapa da Violência 2014*
Resgatado de http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil.pdf
- Zanella, A. V. (2012). Escrever. In Fonseca, T. M. G., Nascimento, M. L. & Maraschin, C. (Orgs.), *Pesquisar na diferença: um abecedário* (pp. 89-91). Porto Alegre, RS: Sulina.
- Zourabichvili, F. (2004). *O vocabulário de Deleuze* [Versão eletrônica]. Resgatado de <http://www.escolanomade.org/wp-content/downloads/deleuze-vocabulario-francois-zourabichvili.pdf>